

MUSEU



COTRIJORNAL

ANO 10

IJUÍ, FEVEREIRO/MARÇO DE 1983

Nº 102

De uma vez só, o cruzeiro foi desvalorizado em 30 por cento, criando um clima de incerteza sobre o futuro da economia do país. Um imposto de exportação sobre a soja, decretado junto com esta máxi, já teve seu percentual reduzido, numa vitória política da mobilização dos produtores rurais.

MÁXI UM IMPACTO NA AGROPECUÁRIA

Página 11

**FUNGOS NA SOJA:
UMA DOENÇA
DA MONOCULTURA**

Página 7

**COOPERATIVAS:
COMERCIALIZAR
EM CONJUNTO
FICA MAIS FÁCIL**

Última página

**OS PRIVILÉGIOS
DO TRIGO COM
PREÇO EM DÓLAR.
MAS FALTARÁ
MUITA SEMENTE**

Página 4

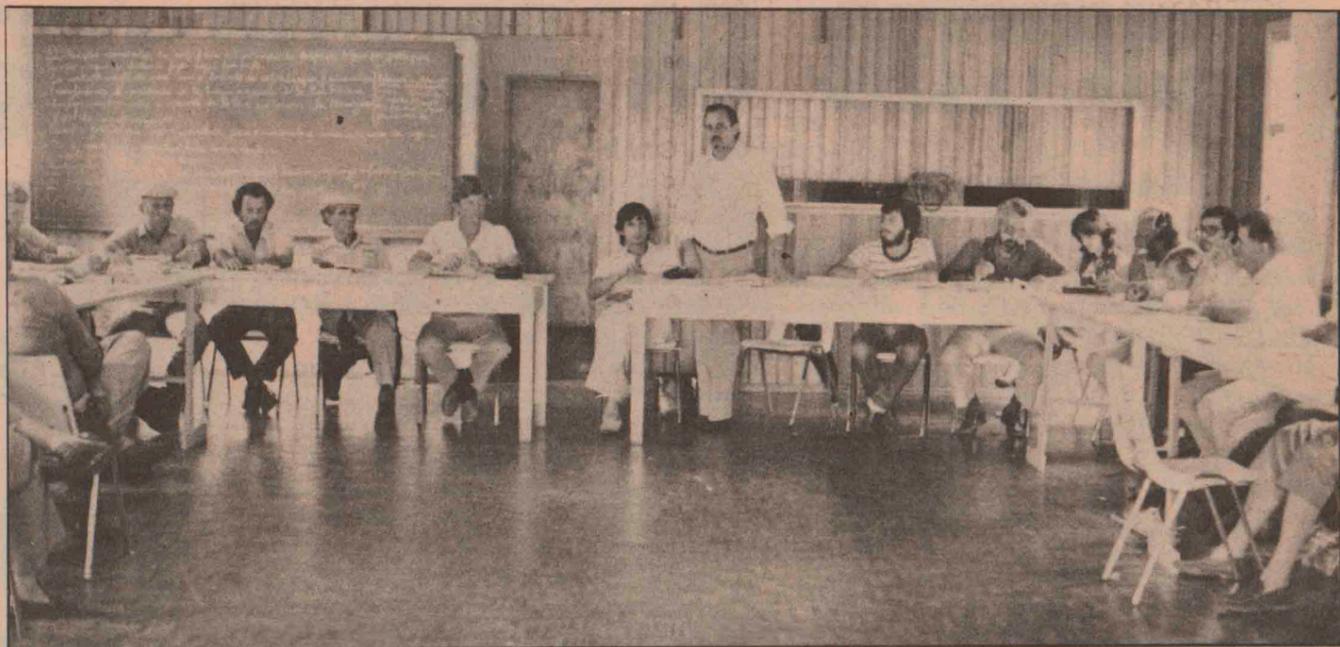


Cotrijuí
**O ENSAIO
DE UMA NOVA
ESTRUTURA**

Página 3

**Caderno de
Balanço**

"Uma revisão na estrutura global da Cooperativa". Assim o presidente Ruben Ilgenfritz da Silva tenta sintetizar o que começa a ocorrer na Cotrijuí, com as mudanças internas que vinham sendo especuladas há bastante tempo, e que agora já fazem parte dos debates entre produtores e dirigentes. Estas mudanças atingem essencialmente aspectos operacionais da Cooperativa, com uma redefinição de tarefas para sua diretoria eleita (presidente, vice e superintendente), e podem inclusive evoluir, com a criação de uma central, em torno da qual atuariam as atuais regionais, que voltariam a ser cooperativas singulares.



MUDANÇAS INTERNAS

Por enquanto, tudo isso "é um pequeno ensaio para o que pode vir a ocorrer", como ressaltou o vice-presidente Arnaldo Drews, numa das tantas reuniões em que o assunto foi discutido com representantes e produtores. Foi, aliás, Arnaldo Drews quem começou a oferecer respostas às indagações que os associados vinham fazendo, num encontro realizado no dia 9 de fevereiro, em Ijuí, com representantes do município. Até ali, pouco havia sido dito a respeito das mudanças, e isso chegou a inquietar um pouco os produtores.

A NOVA REALIDADE

Nessa reunião de fevereiro, Drews admitiu que as reformulações internas estavam a caminho, para que a Cooperativa se adaptasse a uma nova realidade, em função de seu próprio crescimento. Assim, seriam tomadas medidas como, por exemplo, a transferência do escritório da presidência para Porto Alegre, onde Ruben Ilgenfritz da Silva já está atuando desde o início de março. "O presidente terá, com isso, maior mobilidade para tratar das questões políticas, pois a Cotrijuí atua em quatro regiões e necessita de contatos permanentes com os grandes centros e Brasília", explica Arnaldo Drews.

Ele também antecipou que passaria então a assumir o controle administrativo da Região Pioneira, e anunciou que este poderia ser o início de reformulações mais profundas em toda a estrutura da Cotrijuí, como sua transformação em central. No dia 1º de março, estas informa-

ções foram novamente transmitidas aos representantes de Ijuí, que voltaram a ouvir a direção no dia 15 do mesmo mês. Deste encontro, participaram também o presidente e o superintendente Clóvis Adriano Farina, que explicaram as mudanças encaminhadas e que já estão inclusive num organograma.

AS ATRIBUIÇÕES

Neste organograma, que é um quadro da estrutura administrativa da Cotrijuí, desde a diretoria eleita, passando pelos conselhos, diretorias indicadas e todos os seus setores, aparecem de forma simplificada as áreas de atribuição do presidente, do vice-presidente e do superintendente. Ruben Ilgenfritz da Silva ficará com a supervisão geral das regionais (Pioneira, Dom Pedrito, Rio Grande e Mato Grosso do Sul) e das diretorias Administrativa e Financeira e de Recursos Humanos, além das subsidiárias, como o Irfa - Instituto Rio-grandense de Febre Aftosa, a Cotridata - Processamentos de Dados, a Transcooper - Serviços de Transportes e a Cotriexport.

Ruben terá dessa forma o controle de um pequeno "staff" e das áreas assim chamadas políticas. O "staff" é que cuida dos serviços prestados às regionais, complementando o que se faz a nível de cada unidade, nas áreas administrativa e financeira. A previsão, com base na evolução que as mudanças poderão ter, é a de que o "staff" terá aos poucos suas tarefas descentralizadas, com as regionais assumindo boa parte destes serviços.

PRESEÇA NOS CENTROS

O presidente continuará, no entanto, centralizando todas as decisões políticas, que preservem a unidade da Cooperativa, pois as mudanças envolvem aspectos funcionais. Já estão trabalhando com ele em Porto Alegre o diretor administrativo e financeiro, Osvaldo Meotti, e mais seis assessores. Esta equipe forma o escritório da presidência na capital, onde poderá atuar, segundo Ruben Ilgenfritz da Silva, de forma mais dinâmica, "pois a necessidade de presença nos centros de decisão é cada vez maior".

O vice-presidente Arnaldo Drews supervisionará a Regional Pioneira e as diretorias Agrotécnica, de Compras e Abastecimento e de Operações. Drews assume o controle direto da Pioneira, e fica com a supervisão das áreas agrotécnica, compras e abastecimento porque estas, de fato, segundo Ruben Ilgenfritz da Silva, estão mais vinculadas à administração da regional. Todas as unidades e postos dos quase 20 municípios desta região irão, portanto, operar sob a supervisão do vice-presidente.

O superintendente ficará com praticamente as mesmas atribuições que vinha tendo há mais tempo. Clóvis Adriano Farina cuidará da regional de Rio Grande e da Cotriexport, subsidiária que atua na exportação e importação. Assim fica definido o organograma, que foi elaborado depois de sucessivas reuniões da diretoria. Agora, as reformulações passam a ser testadas na prática.

APROFUNDAR O DEBATE

"Nós devemos reconhecer os limites de expansão de uma cooperativa, para que esta continue sendo uma cooperativa e não apenas uma entidade meramente mercantil", diz o presidente, para quem está dado o primeiro passo na direção de algo bem mais ambicioso. Ruben entende que "uma revisão na estrutura global da Cotrijuí" pode ter como desfecho a criação de uma central. Esta hipótese está sendo levada em conta, e precisa ser aprofundada, com a participação de dirigentes e associados neste debate.

"As propostas, as reivindicações de cada região são próprias destas regiões e nem sempre são as mesmas. Precisamos entender que uma organização cooperativa deve permitir a participação política efetiva do produtor", diz ele. O desmembramento das regionais, que seriam novamente cooperativas singulares, é a alternativa em estudo. Mas não se sabe ainda em detalhes como isso poderá ocorrer, para que a Cotrijuí funcione como uma central.

O que se sabe, por enquanto, segundo Ruben, é que essa iniciativa não iria, da forma como está sendo encaminhada, ameaçar a Cotrijuí como um todo. Para ele, o desmembramento permitiria que se respeitasse as características regionais e fortaleceria o conjunto. É ele quem diz: "Precisamos de unidade nas decisões políticas, para que estejamos o mais próximo possível do espírito de uma cooperativa".

As questões levantadas pelos representantes

As reuniões com os representantes colocaram em discussão também outros assuntos, que foram debatidos principalmente com Arnaldo Drews. Abaixo uma síntese de algumas das questões levantadas nos encontros, com exceção do realizado dia 15 de março em Ijuí, que foi uma reunião fechada, por decisão dos próprios produtores:

● **Capitalização:** os representantes questionaram a forma como ocorre atualmente a capitalização. Drews respondeu que não há como uma cooperativa sobreviver sem estes recursos, mas adiantou que estão em estudos inovações, como a fixação de uma idade limite para que cesse o desconto para capitalização por par-

te do associado ou a retirada de quotas quando de invalidez. Mas nada está definido por enquanto.

● **Despesas:** o que a Cooperativa está fazendo para reduzir custos? O vice-presidente explicou os cortes na área de pessoal e disse que também estão sendo analisadas alternativas que racionalizem os serviços, para que cada conta esteja o mais próximo possível da auto-suficiência, ou seja, tenha uma equiparação entre despesa e receita. Com as recentes mudanças no "staff" foram dispensados em torno de 30 funcionários. No ano passado, somando-se as regionais, cerca de 500 foram demitidos.

● **Fábrica:** a possibilidade da fábrica de óleos de Ijuí voltar a funcionar foi levantada. Esta hipótese vem sendo levada em conta, pois a indústria, paralisada desde o início do ano passado, está em condições de operar. Resta, contudo, segundo Drews, aguardar o comportamento do mercado, para se saber se compensa esmagar ou vender grãos, "pois a indústria deve ser uma opção em função dos resultados que pode oferecer".

● **Participação:** os representantes entendem que devem estar melhor informados sobre as atividades da Cotrijuí e as gestões externas que esta realiza. Eles questionam inclusive sua própria função como líderes de núcleos e admitem que

há "divergências entre si". Os representantes também chegaram à conclusão de que "não renderam o esperado, em função de uma série de fatores".

● **Dificuldades:** como a Cotrijuí vem tentando contornar suas dificuldades financeiras? Drews lembrou que a Cooperativa continua com sua disposição de vender o terminal de Rio Grande e observou que os contatos neste sentido ainda não evoluíram. Segundo ele, os obstáculos enfrentados hoje pela Cotrijuí "são, afinal, um reflexo da própria situação do produtor". A venda do terminal seria - disse ele - uma saída definitiva para estas dificuldades no momento.

CUSTEIO DÁ MENOS RECURSOS

A definição dos VBCs (Valores Básicos de Custeio) e preços mínimos, anunciados pelo governo com um pouco de atraso este ano, não foi suficiente para esclarecer muitas dúvidas sobre a safra de inverno de 83. O VBC para o trigo, por exemplo, foi aumentado em apenas 86 por cento. Mas o preço mínimo, por sua vez (veja na página ao lado), promete um reajuste de até 130 por cento, quando estiver corrigido, em dezembro. Isso significa incentivo ou desestímulo a esta cultura, que puxa qualquer debate em torno das lavouras de inverno?

A situação é bastante complicada. Primeiro, porque, além de contar com um VBC relativamente baixo, o produtor enfrentará este ano novos e velhos obstáculos. É agora, quando for preparar a lavoura de inverno, que o agricultor começará a pagar um novo juro de 60 por cento, contra os 45 por cento em vigor até a safra de verão. Também é agora que ele receberá menos recursos com juros subsidiados, pois os minis e pequenos terão 90 por cento do custeio à taxa de 60 por cento; os médios, 60 por cento; e os grandes, 40 por cento.

REAJUSTE DE 87%

É no inverno também que a maxidesvalorização do cruzeiro, decidida a 18 de fevereiro, mostrará seus primeiros efeitos no aumento dos custos da produção. E, finalmente, será agora que o produtor enfrentará de fato os riscos da tal de desburocratização do crédito, que já vigorou na safra de soja. A desburocratização afrouxou uma série de exigências, mas é arriscada, pois pode complicar a situação de qualquer um na hora de se reclamar o Proagro.

Começando pelos VBCs, o produtor vai descobrir que terá menos recursos este ano, em comparação com o ano passado. Os valores de custeio do trigo, da aveia, do centeio e outras culturas, anunciados no dia 2 de março pela Comissão de Financiamento da Produção, ficaram com um reajuste médio de 87,47 por cento. Só que a inflação no período (de fevereiro de 82 a fevereiro de 83) ficou em 104 por cento. Aí já se verifica que boa parte do VBC foi "comida" pela inflação.

ANTES E DEPOIS

O trigo ficou com um VBC de Cr\$. . . 63.700,00 para a faixa de produtividade de mil a 1.200 quilos por hectare, que é considerada para repasse pela Cotrijuí, contra o. Cr\$ 34.200,00 do ano passado, com um aumento de 86 por cento. Cálculos feitos pelo Departamento de Estudos Econômicos da Cooperativa, antes da tal de máxi, indicavam que o custeio deveria ficar em Cr\$ 84.559,00, ou seja, com um reajuste de 147 por cento sobre o de 82.

O mesmo departamento havia concluído que os custos de produção, também calculados antes da máxi, tenderiam a aumentar este ano ao redor de uns 150 por cento. É preciso levar em conta que o cruzeiro ficou 30 por cento mais fraco, em relação ao dólar, e que os custos tendem, naturalmente, a crescer, pois tudo ficou mais caro. O governo não levou a máxi em conta, na hora de definir o VBC, e tampouco quando fixou o preço mínimo, como mostra uma análise na página ao lado.

Depois da máxi, para que o produtor pudesse ter uma idéia da nova situação, o tecnólogo João Valmir Cezimbra Lopes fez as contas sobre os aumentos dos custos, constatando que eles não ficariam nos Cr\$. 155.113,00 projetados inicialmente para cada hectare de trigo. Com o cruzeiro valendo menos, estes custos saltariam para Cr\$ 166.020,58. É claro que esta é uma estimativa, apenas para que o agricultor tenha uma noção de quanto vai precisar a mais, depois da máxi, que pesará também nas demais culturas de inverno.

AINDA SEM VBC

Todas as demais culturas, com exceção do alho, não tem ainda, oficialmente, VBCs e preços mínimos conhecidos. É claro que estes valores foram já estabelecidos, mas até o dia 23 de março as agências do Banco do Brasil ainda não tinham recebido estas informações. É a partir, aliás, da circular que transmite às agências estes dados que a Cooperativa define os repasses, dentro das faixas de produtividade da Região Pioneira.

Assim fica prejudicada uma análise em cima dos valores de custeio para lavouras como a aveia, o centeio, a linhaça e a cevada. Mas isso não impede que se divulguem algumas estimativas feitas pelo Departamento de Estudos Econômicos, para que também com referência a estas culturas o produtor tenha algum ponto de referência para avaliar custos e, a partir daí, tirar suas conclusões.

Estas estimativas mostram que a aveia teria, antes da máxi, um custo de Cr\$. . . . 133.776,00 por hectare, e depois da máxi de Cr\$ 143.048,72. O departamento calculou também que o VBC deveria ficar em Cr\$ 70.720,00 antes da máxi, considerando-se uma produtividade de até 1.200 quilos por hectare. Acontece que não se sabe ainda de quanto será o VBC para a aveia.

EXCEÇÃO: O ALHO

Já a linhaça estava com um custo estimado em Cr\$ 127.175,00 antes da máxi. Depois ele foi atualizado e ficou em Cr\$. . . 135.824,00. O VBC para esta cultura, antes da máxi, havia ficado em Cr\$ 65.185,00 para uma produtividade de 900 quilos por hectare. A colza teve um custo estimado em Cr\$ 160.551,00 antes da máxi, e depois em Cr\$ 172.011,16. O VBC para a colza foi calculado em Cr\$ 87.464,00 para uma produtividade de 1.200 quilos por hectare.

Só que o VBC para esta cultura é fixado pelo Banco do Brasil com critérios que se baseiam em informações transmitidas pelas cooperativas, a respeito de custos, pois ela não faz ainda parte das lavouras beneficiadas pela política oficial, por estar em fase de implantação. Por isso, a colza não conta ainda também com um preço mínimo de garantia.

O alho foi a única outra cultura, além do trigo, que teve seus VBCs e preço mínimo conhecidos oficialmente até o dia 23 de março. Para a faixa de produtividade média da Região, de 3.500 a 4.500 quilos por hectare, o VBC ficou em Cr\$ 552.100,00, e está mais ou menos de acordo com os custos projetados. O alho será financiado diretamente pelo Banco do Brasil, mas o produtor poderá ser encaminhado através da Cotrijuí para obter financiamento.



Custeio para o trigo foi aumentado em apenas 86 por cento

Dinheiro em parcelas

Assim como já aconteceu quando da lavoura de soja, também agora, para as culturas de inverno, os financiamentos serão liberados em três parcelas. Mas também neste caso, só se sabe oficialmente como irão funcionar as liberações para o trigo e o alho. As demais culturas terão percentuais e períodos de liberação anunciados junto com os VBCs e preços mínimos, que não chegaram às agências do Banco do Brasil.

Para o trigo, o esquema será o seguinte: primeira parcela, referente a 60 por cento do total do custeio, a partir de março; a segunda, de 30 por cento, a partir de maio; e a terceira, de 10 por cento, a partir de julho. O alho terá a

primeira parcela liberada em março, correspondendo a 75 por cento do total; a segunda, de 15 por cento, a partir de junho; e a terceira, de 10 por cento, a partir de setembro.

Mesmo que não se tenha ainda oficialmente o esquema das liberações para as demais culturas, já se sabe, por informações que devem ainda ser confirmadas, que a aveia terá 65 por cento em março, 25 por cento em maio e 10 por cento em setembro. Para o centeio, a primeira será de 70 por cento em março, 20 por cento em maio e 10 por cento em agosto. A cevada terá 65 por cento em abril, 25 por cento em junho e 10 por cento em setembro.

AS FAIXAS DE VBC PARA O TRIGO

FAIXA	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC-Cr\$/ha
1	Até 600	35.100,00
2	601 a 800	46.500,00
3	801 a 1.000	55.200,00
4	1.001 a 1.200	63.700,00
5	1.201 a 1.400	77.100,00
6	1.401 a 1.600	88.000,00
7	Acima de 1.600	102.000,00

AS PARCELAS DO CUSTEIO

PRODUTO	LIBERAÇÕES					
	1ª		2ª		3ª	
	%	A PARTIR DE	%	A PARTIR DE	%	A PARTIR DE
TRIGO	60	Março	30	Maio	10	Julho
ALHO	75	Março	15	Junho	10	Set.

SÓ O TRIGO JÁ TEM PREÇO

Foi até com um pouco de surpresa que os dirigentes de cooperativas e os economistas receberam a notícia de que o governo não iria mexer nas normas que fixam o preço mínimo do trigo. O preço foi anunciado no dia 14 de março e tem um valor de referência de Cr\$. . . 5.086,00 pela saca de 60 quilos, que será corrigido a partir de abril e até dezembro, de acordo com a cotação do dólar. Pelas projeções que são feitas, se prevê que ele ficará em torno de uns Cr\$ 9 mil. De início parece um preço razoável, mas será mesmo compensador na época da comercialização?

O diretor da Criaec — Central Regional de Informações Agropecuárias da Fidene, de Ijuí, Argemiro Luís Brum, acha difícil de se antecipar se o produtor será de fato bem remunerado. Acontece que, no meio de qualquer avaliação, deve ser considerada a tal de máxidesvalorização do cruzeiro, que vai pesar bastante nos custos. E a máxi não foi levada em conta na hora de se definir este valor de referência de Cr\$. . . 5.086,00 anunciado pelo ministro Amaury Stábile, da Agricultura.

MOEDA AMERICANA

É fácil de se explicar o que aconteceu. No ano passado, o governo fixou, também em março, a tonelada de trigo em 275 dólares, o que dava na época Cr\$ 2.433,00 pela saca de 60 quilos. Este valor foi sendo corrigido a partir de abril, de acordo com a cotação do dólar, e ficou em dezembro em

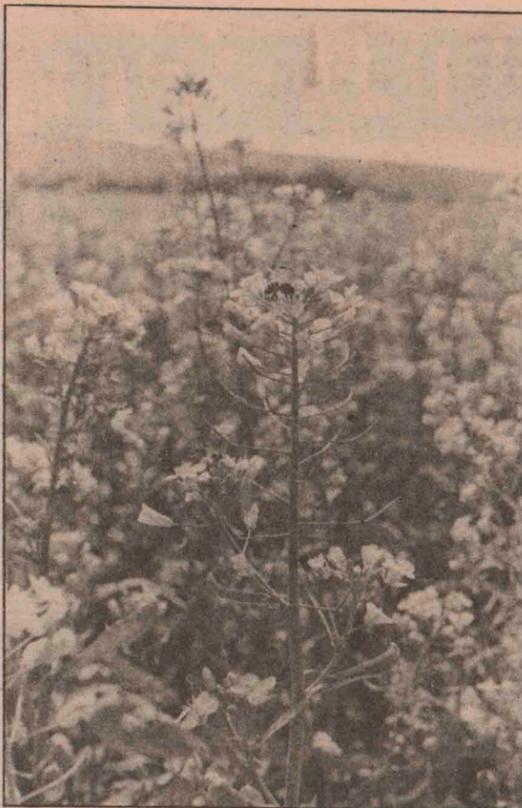
Cr\$ 3.895,14. Este ano, o governo manteve a correção com base no dólar, mas não utilizou a moeda americana para chegar ao preço de referência.

O governo apenas reajustou o valor em cruzeiros em 109 por cento, chegando aos Cr\$ 5.087,00. Este valor equivale agora a 210 dólares, ou seja, representa um achatamento no preço. Argemiro Luís Brum observa que, com isso, não foi considerada a máxidesvalorização do cruzeiro, ocorrida a 18 de fevereiro. Se a máxi tivesse sido levada em conta, o preço de referência seria de uns Cr\$ 6.300,00 agora, e em dezembro passaria de Cr\$ 12 mil.

QUANTO PRECISA?

O Departamento de Estudos Econômicos da Cotrijuí, que fez uma estimativa sobre o preço mínimo, chegou a Cr\$. . . 9.956,00 como o valor ideal para que o produtor obtivesse algum lucro. Mas esse cálculo foi feito antes da máxi, levando em conta os custos de uma lavoura de 50 hectares e uma produtividade de 1.200 quilos. Com a máxi, quanto o produtor teria de fato que receber para não sofrer prejuízos? Uma atualização revela que o preço deveria ficar em Cr\$ 10.664,72.

Mas esta é uma previsão, pois dar uma resposta segura fica difícil, segundo o diretor da Criaec, já que a lavoura de trigo seria a primeira testada pelas altas dos custos em função dessa valorização do dólar, que encarece vários insumos. Na verdade, o produtor talvez só venha a ficar sabendo mesmo quanto



Preço necessário para a colza: Cr\$ 11.073,47

vai ganhar com a próxima safra de trigo depois da lavoura colhida. É por isso que ninguém deve se empolgar muito se o preço mínimo chegar em dezembro a uns Cr\$ 9 mil, representando um aumento a princípio expressivo sobre os Cr\$ 3.895,00 conseguidos no ano passado, ou seja, uns 130 por cento.

É preciso levar em conta, atualmente, que quase tudo é imprevisível, porque as mudanças na política econômica acontecem de uma hora para outra. Por enquanto, o que se sabe é que o produtor até que não terá muita desvantagem, tendo o preço mínimo do trigo reajustado pela variação do dólar, pois a tal de taxa cambial vai andar junto com a inflação e com a correção monetária. Isto quer dizer que o preço do trigo vai andar do lado dos índices da inflação, até dezembro, se nada mudar até lá, é claro.

AS FRUSTRAÇÕES

Outro detalhe importante é que, conforme se viu nos



O preço do trigo varia com a cotação do dólar

últimos 10 anos, os incentivos de preço e VBC não são capazes, sozinhos, de assegurar boas compensações. Brum lembra, aliás, que as necessidades de ganho do produtor são calculadas sobre uma produtividade de 1.200 quilos por hectare. Se a safra não for boa, como não tem sido, não há preço bom que ajude quem planta.

Um levantamento feito pelo Departamento de Estudos Econômicos da Cotrijuí confirma este raciocínio, reforçando tudo o que se tem dito sobre os riscos da lavoura de trigo. Esta cultura só deu lucro ao produtor, no Rio Grande do Sul, em cinco safras, a contar de 1972 e até o ano passado. Neste período, o trigo apresentou prejuízos em seis anos (72, 75, 77, 79, 80 e 82). E, na maioria das vezes, as frustrações aconteceram, também como já se sabe, nos anos em que o trigo foi incentivado.

E AS OUTRAS?

Para as demais culturas de inverno, não há ainda preços

mínimos conhecidos, mesmo que estes já tenham sido fixados. Mas, enquanto aguarda a liberação destes números, o produtor pode estudar mais alguns dados das estimativas feitas pela Cotrijuí, para que possa depois confrontá-los com os preços mínimos. As estimativas foram feitas em torno de projeções para a aveia, o linho e a colza, calculando as necessidades de preços para estas culturas na época de comercialização.

A aveia, segundo os estudos, precisaria de um preço de Cr\$ 8.631,00 pela saca de 60 quilos, antes da máxi, para que o produtor obtivesse algum lucro. Depois da máxi, este valor foi corrigido para Cr\$ 9.233,16. O linho precisaria de Cr\$ 10.924,00 antes da máxi, e de Cr\$ 11.672,95 depois. E a colza ficou com um preço de Cr\$ 10.328,00 antes da máxi, e de Cr\$ 11.073,47 depois. Resta aguardar os preços mínimos, para se saber se eles ficarão próximos destes valores.

Sobra espaço para as forrageiras

Apesar do governo voltar a acenar com boas perspectivas para quem plantar trigo, este poderá ser o inverno das forrageiras, pelo menos na Região Pioneira da Cotrijuí. E para que isso se confirme, não conta apenas a preocupação do produtor em diversificar sua produção. É que nunca como agora ocorreu tanta falta de sementes para as lavouras de inverno, e não só no Rio Grande do Sul. O quadro geral não é nada bom, e não há sinais de que possa ser alterado.

O trigo, por ser ainda a cultura de maior expressão, centraliza os debates em torno do assunto, e chega a se prever, segundo informações oficiais, que esta lavoura será reduzida este ano a uns 700 mil hectares

no Estado, contra a área de 1 milhão e 300 mil hectares de 82. O diretor técnico da Cotrijuí, Renato Borges de Medeiros, admite que a oferta de sementes é realmente limitada, e atinge não só o trigo como outros grãos, em função principalmente da má safra do ano passado.

A Cotrijuí já antecipa que não conseguirá atender a todos os pedidos de sementes de trigo, e é possível, com isso, que a área de plantio na Pioneira não seja superior à do ano passado, que ficou em 90.400 hectares. Em compensação, a demanda de aveia será quase toda atendida, porque a Cooperativa dispõe de sementes produzidas na própria Região. Também a colza não terá pro-

blemas, mesmo porque muitos produtores possuem sementes em casa.

FORRAGEIRAS

Mas para a cevada e a linhaça a situação é a mesma do trigo. Renato enfatiza, contudo, que a cevada não está, de qualquer forma, entre as culturas recomendadas para a Região. Já a linhaça, que é uma boa alternativa para rotação no inverno, foi igualmente prejudicada pela frustração do ano passado, o que reduziu a oferta de sementes, e além disso não conta ainda com um programa bem definido que atenda a procura nesta área.

Esta situação não irá, afinal, frustrar o produtor? É claro que ela preocupa, mas é preciso que se analise também, se-

gundo Renato, o que o inverno terá de positivo. Com a falta de sementes para a produção de grãos, em 83 as forrageiras poderão conquistar mais uma fatia expressiva, na hora de se distribuir as áreas para as plantações de inverno. E para corresponder a esta tendência, a Cotrijuí dispõe de sementes à vontade.

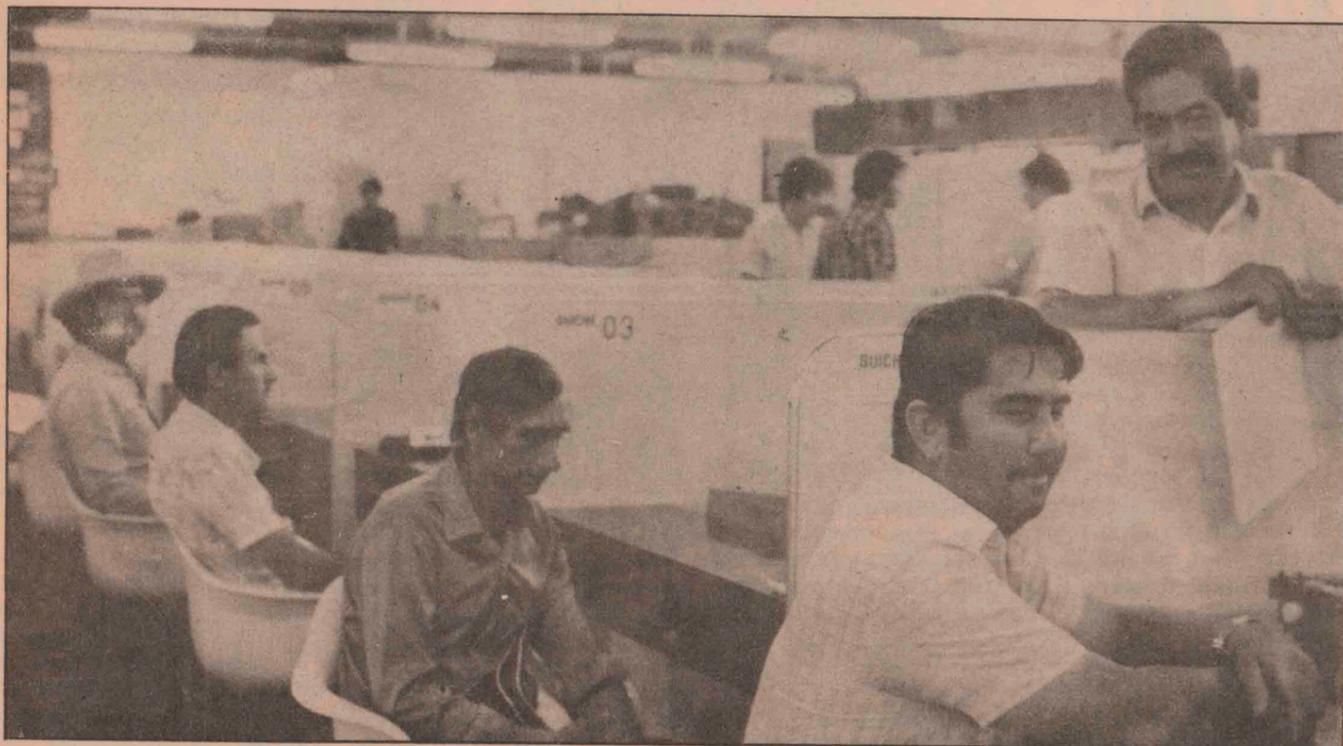
DIVERSIFICAR

Renato observa que os produtores estão apostando cada vez mais, por exemplo, na aveia como pastagem. Tanto que dos 10 mil hectares a que correspondem os pedidos de sementes feitos até agora, boa parte se destina à formação de pasto. Outras forrageiras estão caminhando para um aumento

certo nas áreas de plantio, não só em função da inexistência de um maior volume de sementes de outras culturas, mas porque o produtor está de fato preocupado com a diversificação, segundo Renato.

Outra constatação importante, feita pelo Departamento Agrotécnico, é a de que a colza será plantada muito mais este ano para ajudar na recuperação do solo, como adubação verde, do que para a produção de grãos. Para Renato, estes aspectos positivos devem ser ressaltados, num momento em que a falta de semente de trigo até que contribui para que esta lavoura se mantenha dentro de limites que não comprometam a produção diversificada que se persegue há anos.

O GRANDE TESTE DO CRÉDITO MAIS FÁCIL



A desburocratização do crédito, anunciada em junho do ano passado pelo governo, já esteve em vigor para a lavoura de soja que agora está sendo colhida, mas será testada de fato no inverno. É com o trigo, a aveia e outras culturas que apresentam maiores riscos que todas as medidas poderão mostrar o que têm de bom e também de ruim para o produtor. Aos poucos, a desburocratização vai sendo melhor entendida, para que ninguém caia na armadilha de que tudo ficou mais fácil na hora de tomar financiamentos.

Com a decisão de tornar o crédito rural menos burocrático, o Banco Central terminou com uma série de obstáculos, mas também deixou muita gente confusa. As primeiras mudanças foram anunciadas numa circular, a 706, que sofreu várias alterações, num curto espaço de tempo. Estas alterações podem não ter mexido no que a desburocratização tinha de essencial, mas foram suficientes para estimular dúvidas e receios entre os produtores.

MAIOR RESPONSABILIDADE

Agora, tudo está bem mais claro, pois a lavoura de soja já foi formada e está sendo colhida de acordo com as mudanças, que transferem para o produtor uma maior responsabilidade quando da aplicação dos recursos. A desburocratização dispensa, por exemplo, a apresentação de propostas antecipadas para fechamentos dos contratos; permite que as verbas sejam liberadas em parcelas e fiquem em conta corrente; e faz com que o agricultor decida se deve ou não aplicar insumos na lavoura.

Também de acordo com a desburocratização, fica a cargo do produtor o uso de sementes certificadas

ou não, desde que estas sejam de boa qualidade. E, para completar, todas as compras feitas serão pagas diretamente aos fornecedores pelo produtor, sem interferência do Banco, que concederá prazos diferenciados para pagamento em parcelas das dívidas referentes ao custeio.

Junto com estas medidas, chegou a se prever, conforme a circular 706, que as lavouras passariam por três fiscalizações, quando seria constatada a aplicação correta ou não dos recursos. Mas uma das alterações vindas depois fez com que se tornasse obrigatória apenas uma fiscalização, antes da liberação da última parcela do financiamento. As lavouras financiadas com até 100 MVR (o que corresponde a Cr\$. . . 1.125.000,00) serão vistoriadas por amostragem, e as com valor acima disto passarão todas pela observação dos fiscais.

Com a soja, o Banco do Brasil não enfrentou, por enquanto, nenhum imprevisto. Mas como será com o trigo, se o produtor entender que pode utilizar qualquer semente e dispensar o uso de fertilizantes? Segundo o gerente da agência do Banco em Ijuí, Jorge Serpa, nem tudo pode ser simplificado desta forma. "A resolução que desburocratiza o crédito não abre mão do uso de tecnologia adequada, o que, aliás ela enaltece, apenas transferindo para o produtor a exata consciência de que isso é indispensável", afirma ele.

Em síntese, segundo Serpa, "a mudança básica é a de que a tecnologia deve ser uma exigência do próprio produtor". Assim, ele entende que, ao deixar de exigir a aplicação de fertilizantes, por exemplo, o Banco apenas dá a quem

planta o direito de utilizar ou não um insumo, de acordo com as necessidades da lavoura. Quanto às sementes, estas devem ser, segundo Serpa, "qualificadas, principalmente no caso do trigo, ou seja, fiscalizadas, certificadas e analisadas".

AS CONSEQUÊNCIAS

Se não for assim, o produtor estará correndo o risco de enfrentar a pior de todas as consequências da desburocratização, que é a de perder o direito ao Proagro. Por isso, além de não descuidar na utilização dos insumos, ele deve guardar todas as notas e outros comprovantes para que não tenha dificuldades pela frente, se ocorrer uma frustração de safra. A fiscalização será, neste caso, rigorosa, quando examinar os pedidos de Proagro.

Outro aspecto da desburocratização, que pode não ter ficado bem esclarecido quando das alterações introduzidas na circular 706, é o que trata do pagamento da dívida. Este será feito em até quatro vezes, por médios e grandes produtores, com as seguintes parcelas: a primeira, 30 dias após a colheita; a segunda, 60 dias; a terceira, 90 dias; e a quarta e última, 120 dias depois da colheita.

Os minis e pequenos produtores terão um tratamento diferente. Eles poderão saldar o débito referente ao custeio em duas parcelas, 90 e 120 dias depois da colheita. A vantagem está no fato de que os minis e pequenos terão o direito de efetuar o pagamento da primeira parcela somente 90 dias depois da safra. Só que eles devem levar em conta que o juro ao mês é de cinco por cento, e calcular bem se será compensador atrasar um pouco o pagamento.

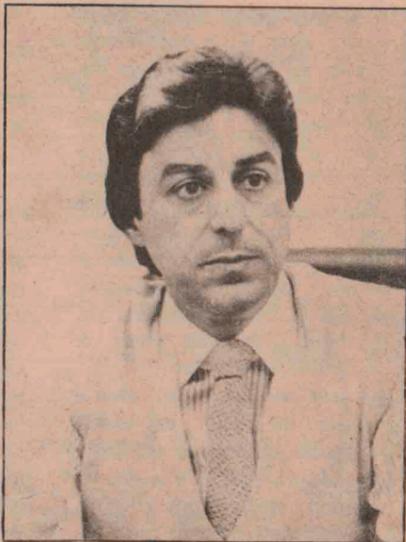
Nova medição nas áreas plantadas

Se precisar recorrer ao Proagro, o produtor não terá apenas que comprovar a utilização de insumos, para que fique bem claro que não foi por descuido que a lavoura frustrou. Este ano, o Banco do Brasil vai fazer valer de novo uma norma em vigor bem antes da tal de desburocratização, mas que no ano passado andou pegando muitos agricultores de surpresa, que é a medição das lavouras. Esta norma prevê que a área plantada deve ter a mesma extensão da que foi financiada.

Jorge Serpa lembra que em 1982 se constatou, quando da medição, que muitas lavouras tinham áreas inferiores às financiadas. "A alegação era de que havia diferenças em função do tamanho e do peso das sementes. Outras justificativas do produtor falaram da dificuldade da semeadeira ser ajustada para que não houvesse essa diferença de área, ondulações do terreno, etc" observa o gerente do Banco do Brasil.

E foi isso mesmo que a maioria dos produtores alegou ao Banco, pois não são poucos os agricultores que ainda plantam "por saco" e não por área. Mas também não foram poucos os que tiveram que devolver parte dos financiamentos, pois os argumentos, embora defensáveis, não foram aceitos. Serpa ressalta que o "Banco do Brasil admite que muitas vezes o produtor aplica realmente todos os recursos, mas o Banco Central nem sempre aceita esta justificativa".

A dificuldade, nestes casos, é a suspeita de desvios de recursos, e a punição prevista inicia pela obrigatoriedade da devolução da parcela que, segundo o Banco Central, não foi aplicada. Nos casos mais graves, o produtor pode inclusive ficar sem direito a recorrer ao crédito rural durante um bom tempo. Serpa relembra o que ocorreu em 82 e adverte: "O financiamento é para lavouras em hectares e não em quantidade de sementes".



Serpa: financiamento em hectares

UM ALARME: DOENÇAS NA RAIZ AMEAÇAM A CULTURA DA SOJA

Nematóides e Rhizoctonia. Estes dois nomes vão andar na boca dos produtores de soja, dentro de pouco tempo, se nada for feito para que não ganhem a mesma fama de pragas e doenças como a lagarta, o pulgão e a ferrugem do trigo. Os nematóides são vermes muito pequenos e a Rhizoctonia é um fungo. Os dois atacam as raízes da soja há tempos, mas nunca haviam proliferado como este ano na Região Pioneira, onde não são poucas as lavouras manchadas. O problema se configura como grave, pois nem mesmo os técnicos tinham enfrentado antes situação como esta, que é nova na Região.

As manchas nas lavouras ainda estão, por enquanto, longe uma da outra, e para quem só vê pela frente uma boa safra, até que elas não preocupam. Mas não é bem assim. As doenças que estão atacando as raízes já atingem, na verdade, "níveis considerados alarmantes", como diz o agrônomo Rivaldo Dhein, coordenador da área de solos na Cotrijuí. A preocupação dos técnicos da Cooperativa foi que determinou a vinda de um especialista no assunto a Ijuí, o professor Miguel Porto, que andou percorrendo algumas lavouras no dia 17 de março.

Porto leciona Microbiologia na Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Ele veio a Ijuí a convite da Diretoria Agrotécnica e, além de examinar algumas áreas atingidas pelas doenças, também andou conversando com agrônomos, técnicos agrícolas e produtores. Nessa conversa, ele ajudou no diagnóstico da situação e apontou possíveis saídas para redução na incidência das moléstias, com base em pesquisas que tem sido realizadas.

OS SINTOMAS

Os nematóides são vermes que dificilmente podem ser vistos a olho nu. Eles se alojam nas raízes da soja, e a planta começa a mostrar os sintomas de que foi atacada quando já está crescida, geralmente a partir da floração. Na lavoura, as manchas, que apresentam vários tama-



Miguel Porto: saída de emergência

nhos, podem ser notadas com o amarelamento da planta, que vai secando devido aos danos provocados pelos germes. Neste caso, a soja não forma grãos, ou quando forma estes são em reduzida quantidade.

As raízes atacadas pelos nematóides ficam atrofiadas, pois estes bichinhos sugam os nutrientes e vão formando galhas, que são um engrossamento da raiz. Mesmo depois da colheita, os nematóides permanecem nas raízes, e se reproduzem, ano a ano, aos milhares. Uma fêmea pode produzir de 100 a 200 ovos anualmente, e a sobrevivência dos vermes é assegurada inclusive pelas plantinhas que surgem dos restos da soja depois da colheita.



A esquerda, raiz atacada por nematóides. À direita, raiz sadia

RESISTENTES

Os nematóides também têm suas defesas, e isso acontece, por exemplo, quando a área atingida é deixada sem planta. Aí eles se transformam em quistos, e permanecem desta forma até que a terra volte a ser cultivada. Por isso, o combate aos nematóides não é nada fácil, mesmo porque os defensivos químicos se mostram inviáveis economicamente. Não será, portanto, com veneno que o produtor poderá terminar com estes vermes, que atingem não só a soja, mas também algumas outras plantas cultivadas e invasoras.

Segundo Miguel Porto, as pesquisas têm constatado que há uma saída para que as lavouras atacadas recebam tratamento de emergência. Isto pode ser conseguido com o plantio da crotalária, uma planta pouco conhecida na Região e também no Estado. Pois a crotalária funciona como uma isca para os nematóides, que são por ela atraídos e acabam morrendo.

ALTERNATIVAS

O plantio da crotalária pode ser feito nas áreas manchadas e nos terraços. Rivaldo Dhein lembra que

a primeira providência agora será experimentar esta opção, nas manchas atacadas pelos nematóides. Se o controle realmente ocorrer, o Departamento Agrotécnico irá então buscar e multiplicar sementes de crotalária para fornecimento aos associados.

É preciso ressaltar que este controle só poderá acontecer se, antes de mais nada, o produtor assinalar as áreas manchadas e não lavar nestes locais. Arado espalha os vermes e faz com que as manchas sejam cada vez maiores, o que, aliás, aconteceu também quando da incidência de outras doenças do solo, em qualquer cultura.

Já se sabe também que até a rotação de variedades de soja pode contornar o problema, e neste caso a Bragg parece ser a mais resistente, como se constatou inclusive numa lavoura de Ijuí. Mas é claro que a rotação de culturas deve, de preferência, ser bem mais abrangente, envolvendo o plantio de gramíneas perenes. Um aspecto importante é o de que, quando a rotação se limita à área atacada, deve ser deixada uma margem de segurança, plantando-se sempre numa extensão um pouco maior que a parte manchada.

O perigo se afasta com produção diversificada

O fungo Rhizoctonia também atinge as raízes da soja e preocupa tanto quanto os nematóides. Na lavoura, esta doença se manifesta com manchas em reboleira, distantes uma das outras. O fungo provoca o escurecimento da raiz e da base da planta, causando o enfraquecimento da soja, que começa a secar e igualmente não forma grãos. O fungo tem outras semelhanças com os nematóides: sobrevive de um ano para outro e se espalha na lavoura através do preparo do solo.

Para iniciar o combate, o produtor deve marcar a área manchada. Ali ele poderá então plantar sorgo, que é uma das poucas culturas resistentes à doença. Es-

te fungo também não será exterminado com o uso de produtos químicos, pois os fungicidas de solo não se mostraram eficientes, pelo menos economicamente. O sorgo é, no momento, a única alternativa, e deve ser cultivado nas áreas manchadas por no mínimo três anos, como ressaltou o técnico agrícola Cláudio Gonchoroski, da unidade de Ijuí.

Todas estas constatações e as alternativas propostas são, por enquanto, tanto para os nematóides quanto para o fungo, apenas o início do que se pode dizer sobre as doenças da soja. A verdade é que, conforme o professor Miguel Porto, as doenças atingem agora níveis que já preocupam na área de ação da Cotrijuí. E esta

situação, nova para técnicos e produtores não será contornada de repente. Porto já levou algumas amostras de raízes para Porto Alegre, e outras serão remetidas pela Cotrijuí, para que sejam analisadas em laboratório.

AS CAUSAS

Estas análises poderão revelar alguns detalhes importantes, mas não será preciso esperar por elas para que outras conclusões sejam tiradas. Está evidente, segundo Porto e Rivaldo Dhein, que a causa maior de tudo isso é a monocultura, que sempre favorece a proliferação de pragas e doenças. Também já se sabe que a erosão do solo, igualmente causada

pela monocultura, vem empobrecendo os solos. E, para completar, os níveis de adubação têm sido reduzidos, nos últimos anos, em função dos altos custos dos fertilizantes.

Este conjunto de fatores pode explicar o aumento das áreas atingidas pelas doenças da soja, pois os solos fracos fazem com que, automaticamente, as plantas também sejam enfraquecidas. Uma planta fraca não oferece maior resistência às moléstias e pragas. Daí se conclui que a médio e longo prazos os nematóides, a Rhizoctonia e outras doenças fúngicas da soja e de outras culturas só deixarão de preocupar com uma produção diversificada.



O VALOR DE UM PEDAÇO DE PASTO

As forrageiras ganham papel de destaque num sistema de produção que dá ênfase à diversificação de culturas. Além do retorno econômico, garantem a recuperação dos solos.

Quem não for plantar trigo ou outras culturas destinadas especificamente à produção de grãos, no próximo inverno, já pode começar a pensar na implantação de forrageiras. É a partir de março que a grande maioria das pastagens já pode ser semeada, para garantir a alimentação do gado nos meses frios. Mas não só os que desistiram do trigo e que ainda não apostam em outras alternativas de inverno devem se preocupar com a implantação de pastagens na propriedade, onde sempre deve existir um pedaço de lavoura destinado ao pasto.

As forrageiras passaram a ser difundidas na Região Pioneira ali por volta de 1974, junto com a diversificação da produção, e aos poucos vão ocupando maiores áreas. Para quem ainda não tem gado de corte ou de leite, há a opção da produção de sementes de algumas espécies. Mas ainda mais importante que o retorno econômico imediato que as pastagens possam assegurar, é o fato de que elas são decisivas hoje para a recuperação do solo, como tem sido enfatizado pelo Departamento Agrotécnico da Cotrijuí.

AS OPÇÕES

Para o inverno, as forrageiras preferenciais na Região continuam sendo a aveia e o azevém, gramíneas anuais que devem, quase sempre, ser cultivadas em consorciação com leguminosas, entre as quais começam a merecer atenção os trevos (veja na página 9). Mas o produtor é quem vai definir, a partir das condições da propriedade, as opções de inverno, mesmo porque

ninguém irá plantar sempre, todos os anos, a mesma cultura, como observa Sadi Pereira, técnico agrícola da unidade de Ijuí.

As forrageiras de inverno são, em sua maioria, gramíneas ou leguminosas anuais, ou seja, que devem ser semeadas ano a ano, ao contrário das perenes, que duram até cinco anos ou mais, como é o caso do trevo branco e do cornichão, que são leguminosas. Entre as gramíneas anuais, as espécies recomendadas para a Região Pioneira são a aveia, o centeio e o azevém, como mostra a tabela ao lado, e que se prestam também para plantio no Mato Grosso do Sul e em Dom Pedrito. Sadi lembra que, entre as aveias para pastagem, a preta é a mais recomendada na Região Pioneira.

AVEIA PRETA

"A aveia preta é resistente à ferrugem e tem um período maior para pastejo", afirma o técnico agrícola, observando que isso não quer dizer que as aveias branca e amarela não se prestem para pastagem. Para que o tempo de pastejo seja prolongado, o produtor deve semear a aveia de forma escalonada, em meses diferentes, de março a junho.

O manejo pode ser iniciado dentro de 60 a 70 dias, quando a planta está com uns 25 centímetros de altura ou quando as folhas começam a dobrar. Este é o ponto ideal para início do pastejo, pois nessa época a aveia já apresenta um bom valor nutritivo e as raízes estão firmes no solo, evitando que os ani-

mais arranquem a planta. O manejo em estágio mais adiantado, quando o caule já está resistente, é desaconselhado, pois implicaria numa redução da massa verde.

A aveia, como todas as gramíneas, deve ser consorciada com uma leguminosa, como a ervilhaca e os trevos vesiculoso, vermelho ou subtterrâneo, que também são forrageiras anuais. As características da aveia são, aliás, quase as mesmas do centeio, que igualmente se presta para o manejo. O centeio é outra gramínea que dá um bom volume de pasto e resiste bem ao pisoteio. Tanto a aveia como o centeio têm o forte da produção no outono e no inverno.

AZEVÉM

Outra gramínea anual importante para o gado é o azevém, que até complementa as necessidades dos animais, por ter uma produção um pouco mais tardia. O azevém produz no inverno e na primavera, e se constitui numa opção interessante, porque assegura a manutenção do pasto, quando começa a se esgotar a produção da aveia ou do centeio. Sadi lembra que muitos produtores se aproveitam desta vantagem, plantando junto aveia e azevém, com as sementes misturadas.

O azevém pode ser implantado em áreas de campo nativo, desde que estas tenham um solo com boa fertilidade. Esta forrageira também se desenvolve satisfatoriamente em áreas onde antes tenham sido implantadas a pensacola, pangola ou bermuda, que são gramíneas de verão. De qualquer forma, o azevém

deve também ser consorciado com uma leguminosa de inverno.

LEGUMINOSAS

As leguminosas anuais de inverno recomendadas para a Pioneira são os trevos e a ervilhaca. Os trevos são analisados em matéria na página ao lado, porque passam a merecer atenção especial. A ervilhaca produz bastante massa verde, mas é sensível ao pisoteio. Por isso, deve ser consorciada com gramíneas (aveia, centeio ou azevém), para que possa permitir o pastejo, que deve ser rápido. Não se recomenda o pastejo em ervilhaca plantada isoladamente, e nesse caso ela pode ser cortada verde para os animais ou estocada como feno.

Quanto às leguminosas perenes de inverno, há duas opções: as espécies trevo branco e cornichão. Elas podem ser consorciadas com gramíneas anuais, como o azevém, e plantadas sobre áreas onde antes tenham sido implantadas gramíneas perenes de verão, como pensacola, bermuda e pangola. O trevo branco pode ser semeado ainda em campos nativos, de preferência em áreas com boa umidade.

Sadi Pereira observa, aliás, que o trevo branco é uma boa alternativa para as baixadas, na Região Pioneira, onde o solo geralmente é fértil. Já o cornichão, que é plantado principalmente em Dom Pedrito, exige solos com PH mínimo de 5,5. O solo também deve apresentar bons níveis de fósforo, como exigem não só o cornichão mas todos os trevos.

FORRAGEIRAS DE ESTAÇÃO FRIA

ESPÉCIE	VARIETADE	PADRÃO MÍNIMO DAS SEMENTES		DENSIDADE DE SEMENTES		VARIETADES RECOMENDADAS PARA CONSORCIAR (*)	ÉPOCA DE SEMEADURA	REGIÃO PREFERENCIAL PARA CULTIVO
		% PUREZA	% GERMINAÇÃO	CULTIVO ISOLADO kg/ha	CULTIVO CONSORC. kg/ha			
GRAMÍNEAS ANUAIS								
Aveia para grão	UFRGS 1, UFRGS 2, UFRGS 3, Coronado, Suregrain, Epecoen	95	80	70	60	-	Mai a Jul	Pioneira, D. Pedr.
Aveia para pastejo e grão	Coronado, Suregrain, Epecoen, Estanzuela 1095-A, UPF 1	95	80	70	60	-	Mar a Abr	MS
Aveia para pastejo	Coronado, Suregrain, Preta Comum RS, UPF 1, Preta Argentina, Epecoen, Estanzuela 1095-A	95	80	60	50	Ervilhaca, Trevo vesiculoso, Trevo vermelho, Trevo subterrâneo	Mar a Mai	Pioneira D. Pedrito
Centeio para pastejo e grão	Crioulo RS, Abruzzi	95	70	60	50	Ervilhaca, Trevo vesiculoso, Trevo subterrâneo	Mar a Jun	Pioneira, D. Pedr.
Azevém anual	Comum RS	95	75	20	15	Trevo vesiculoso, Ervilhaca, Trevo vermelho, Trevo subterrâneo	Mar a Mai	Pioneira D. Pedrito
LEGUMINOSAS ANUAIS								
Trevo vesiculoso	Yuchi	95	80	6-8	5-6	Aveia, Centeio Azevém anual	Mar a Mai	Pioneira
Trevo vermelho	Kenland	95	70	8-10	6-8	Aveia, Centeio Azevém anual	Mar a Mai	Pioneira D. Pedrito
Trevo subterrâneo	Clare, Montbarker, Yarloop	95	70	10-15	8-10	Aveia, Centeio Azevém anual	Mar a Mai	Pioneira D. Pedrito
Ervilhaca	Comum RS	95	70	50	40	Aveia, Centeio Azevém anual	Mar a Mai	Pioneira
LEGUMINOSAS PERENES								
Trevo branco	Zapican (YI) Bayucua, Bagé	95	80	3	1-2	Pensacola, Bermuda, Pangola, Dilatato	Mar a Jul	Pioneira D. Pedrito
Cornichão	São Gabriel	95	65	8-10	6-8	Pensacola, Bermuda, Pangola, Dilatato	Mar a Jul	Pioneira D. Pedrito

Para introdução no campo nativo na região Pioneira e Dom Pedrito recomenda-se Trevo branco, Cornichão e Azevém anual.

(*) As informações disponíveis não possibilitam recomendar leguminosas de estação fria para a região Mato Grosso do Sul.

A implantação da alfafa

É nesta época, quando o produtor começa a pensar na formação das pastagens de inverno, que se planeja também a implantação da "rainha das leguminosas", que é a alfafa. Acontece que os meses de abril e maio são a melhor época para se implantar esta forrageira perene, que garante alimentação para o gado durante todo o ano. A alfafa é usada como feno, e produz tanto no verão quanto no inverno.

"Toda a propriedade com pecuária deveria ter uma área com alfafa, principalmente se o gado é de leite", diz Sadi Pereira. A alfafa tem um alto valor nutritivo, é rica em proteínas e, por isso, indispensável para que o animal tenha um crescimento normal. Além disso, conta a seu favor o fato de que pode ser armazenada como feno, garantindo a alimentação quando os outros pastos começam a ficar escassos.

Plantando a alfafa mais cedo, o produtor terá condições, é claro, de também fazer o primeiro corte mais cedo. Ao mesmo tempo, quanto menos tarde, melhor é o controle de invasoras na lavoura, mas isso não quer dizer que a alfafa não possa ser plantada até setembro. Sadi lembra que esta é uma planta exigente em PH, e por isso o solo deve estar bem corrigido, depois de feita uma análise. Esta leguminosa exige o dobro de calcário, em comparação com as outras culturas.

MEDO DA GEADA

O processo de semeadura tam-



A alfafa exige um solo bem corrigido para se desenvolver satisfatoriamente

bém é importante. "Se recomenda fazer o plantio a lanço ou com semeadeira, mas sempre cuidando para que a semente não fique numa camada muito profunda do solo", observa o técnico agrícola. É que a semente é muito pequena e deve ficar numa profundidade ao redor de uns dois centímetros, para que tenha boa germinação.

Muitos produtores, principalmente os que lidam há mais tempo com esta planta, têm um medo danado da geada, que pode de fato prejudicar a alfafa. Para que isso não aconteça, depois do plantio deve ser usado um rolo compactador. Assim a semente adere bem ao solo e fica protegida contra os problemas de uma geada. Se não tiver rolo, o produtor pode utilizar as pró-

prias rodas do trator para a compactação, passando a máquina sobre toda a área plantada. A geada pode ameaçar o desenvolvimento da alfafa até três semanas depois do plantio. Se ocorrer depois deste período, já não representa ameaça.

No Centro de Treinamento da Cotrijuí, em Augusto Pestana, estão sendo feitas novas experiências com a alfafa, através do plantio consorciado desta leguminosa com pensacola e bermuda, que são gramíneas perenes de verão. A alfafa é implantada em abril ou maio, e a pensacola ou o capim bermuda na primavera. O resultado disso é uma alimentação que oferece mais em quantidade e qualidade, tanto para o gado quanto para os suínos.

A consorciação sem nenhum mistério

Por que a consorciação é importante? Quem lida com forrageiras há tempo, tem a explicação na ponta da língua, mas nem todos os que só agora estão investindo em pastagem sabem a resposta. Abaixo, uma relação sintetizada de informações a respeito deste e outros assuntos, que o Departamento Agrotécnico tem divulgado, e que é lembrada pelo Sadi Pereira:

● A consorciação é uma forma de se obter uma alimentação o mais completa possível para o gado. As gramíneas possuem valor energético e as leguminosas são ricas em proteínas. São as leguminosas, por exemplo, que incorporam nitrogênio ao solo, através do *Rhizobium*, uma bactéria localizada junto às raízes, e com isso favorecem as gramíneas. É assim que o volume de massa verde sempre é maior, numa consorciação, em relação ao que se obtém num plantio isolado.

● A correção do solo é decisiva para que uma pastagem se desenvolva. A adubação de manutenção é feita quando do plantio, na base de 200 quilos por hectare para as gramíneas, mais 100 quilos de uréia em cobertura. Quando ocorre a consorciação com leguminosa, a aplicação de nitrogênio pode ser eliminada. É importante que as sementes das leguminosas sejam inoculadas e também recobertas por uma camada de carbonato de cálcio, através do processo de peletização.

● As pastagens anuais, como de resto todas as culturas, devem ser rotacionadas. Numa área em que plantou aveia, o produtor pode, no ano seguinte, plantar trigo, colza, linhaça ou outra espécie de forrageira. Com esta rotação, que já é recomendada há tempos pelo Departamento Agrotécnico, as condições do solo serão cada vez melhores e o produtor evitará, automaticamente, doenças na lavoura.

● As pastagens anuais devem, como está no próprio nome, ser renovadas a cada ano. Elas são importantes, dentro do processo de rotação. Mas o produtor pode e deve investir também em pastagens perenes, que garantem produção por mais tempo e são apontadas como fator importante na recuperação do solo. Por não serem renovadas anualmente, elas proporcionam ainda redução de custos. Entre as perenes, se destaca a alfafa (veja ao lado), que pode ser implantada já a partir de abril ou maio.

A DESCOBERTA DOS TREVOS

Pastagem de melhor qualidade, produção de grande quantidade de massa verde e fixação de nitrogênio ao solo são as vantagens que o trevo traz a uma propriedade. Por todos estes benefícios, o trevo foi assunto de vários dias de campo que andaram acontecendo por Ijuí, por fins de janeiro, tanto no Centro de Treinamento da Cotrijuí como na propriedade do seu Aداuto Manchini.

Na propriedade do seu Aداuto, os produtores reunidos no porão da casa, ouviram atentamente as explicações do Sadi Pereira, técnico agrícola responsável pelo dia de campo. Após as conversas, e feitos os esclarecimentos, o pessoal foi até a lavoura do seu Aداuto para dar uma olhada de perto no trevo vesiculoso.

VANTAGENS

Fora o fato de ser largamente uti-

TABELA A - NITROGÊNIO FIXADO AO SOLO

Tipo de pastagem	Kg/ha/ano
Alfafa	280
Trevo Branco	203
Tremoço	170
Trevo vermelho	130
Trevo Subterrâneo	80
Soja	65

TABELA B - GANHO DE PESO DOS ANIMAIS

Tipo de pastagem	Ganho de carne	Período
Pastagem nativa	80 Kg/ha	12 meses
Azevém sem adubo	114 Kg/ha	5 meses
Azevém consorciado com trevo vermelho	465 Kg/ha	5 meses
Azevém adubado	375 Kg/ha	5 meses

Fonte: Estação Experimental de São Gabriel

lizado como pastagem consorciada (com aveia, azevém) nos meses de inverno, o trevo também auxilia na recuperação de solos, através da incorporação do nitrogênio ou de suas raízes pivoteantes, que penetram mais facilmente nas camadas inferiores. O Sadi falou mais tempo sobre a fixação do nitrogênio ao solo, utilizando-se de algumas comparações (Ver tabela A). Na oportunidade ele comparou a uréia ao trevo branco:

— Quando o produtor usa 100 quilos por hectare de uréia no milho, ele está incorporando na verdade apenas 45 quilos de nitrogênio puro. Se ele substituisse essa uréia pelo trevo branco por exemplo, estaria incorporando 203 quilos de nitrogênio por hectare ao ano, o que equivaleria a aplicação de 451 quilos de uréia por hectare.

O Sadi reforçou a idéia da implantação de mais leguminosas na propriedade, principalmente nos meses de inverno, em áreas onde serão implantadas gramíneas no verão. "Através da prática de rotação de culturas, muitas doenças que vêm ocorrendo nas lavouras de soja da região terão seu ciclo interrompido."

CUIDADOS COM O SOLO

Em meio as conversas e recomendações do Sadi, os produtores ficaram sabendo que o trevo requer certos cuidados na hora do plantio, começando com a escolha da variedade e do tipo de solo. O



O pessoal foi dar uma olhada na área plantada com trevo vesiculoso

trevo branco, por exemplo, se adapta muito bem em solos úmidos, é exigente em fertilidade e possui o maior valor em proteínas. O trevo vermelho não se adapta em solos úmidos. O vesiculoso, além de não tolerar também solos úmidos, é bastante sensível à deficiência de fósforo no solo. O subterrâneo é o menos exigente em fertilidade, e com um pH a partir de 5,5 já produz satisfatoriamente. As demais variedades só produzem bem em solos com pH acima de seis.

O plantio poderá ser feito através do sistema convencional, desde que o produtor faça um bom preparo do solo, sem deixar torrões. Outra forma de plantio que pode ser utilizada é a lança, em cima de campo nativo. Neste caso, o Sadi aconselhou uma boa roçada na grama ou uma superlotação de animais, para deixar a pastagem no ponto ideal para a sementeira. O plantio deve ocorrer nos meses de abril e maio. De resto é usar semente inoculada para facilitar a fixação de nitrogênio. O Sadi ainda falou:

— Outro método para semear seria fazer uma gradeação leve no campo para que a semente fique bem agregada ao solo. A germinação será facilitada, se logo após o plantio os animais derem uma boa pisoteada por cima das sementes.

DEPENDENTE DO MANEJO

O manejo adequado do trevo influi na qualidade e na quantidade da pastagem que também vai ter a sua influência no ganho de peso dos animais. Se o trevo for

bem conduzido, o produtor pode conseguir até três pastoreios durante o inverno.

O trevo só estará pronto para o pastoreio mais ou menos uns 80 dias após a germinação, quando então a planta já atingiu o estágio mais avançado de crescimento. É nesta fase também que o trevo requer mais cuidados, como o de não permitir que o gado rebaixe demais a pastagem. O Sadi explicou em que ponto se deve retirar os animais da pastagem:

— Quando a pastagem alcançar nove centímetros de altura, os animais precisam ser retirados para que a planta se recupere.

Mais cuidados na época de formação de sementes, sempre levando em consideração a época de produção de cada espécie. Se a pastagem for de trevo subterrâneo, os animais precisam ser retirados em fins de setembro; do trevo branco em fins de outubro e do trevo vesiculoso em fins de novembro. Depois é dar um descanso na pastagem por uns 30 dias, para que aconteça a ressemeadura natural. Se as condições climáticas forem favoráveis, lá por março do ano seguinte o produtor terá, pronto para o pastoreio, o trevo subterrâneo; em abril o trevo branco e em maio o vesiculoso.

De tudo o que foi falado pelo Sadi ficou o consenso geral de que a implantação de três espécies de trevos numa mesma propriedade, com um manejo bem conduzido, pode produzir pastagem para todo o ano.

Boa pastagem e também adubo

Só para experiência, o seu Aداuto Manchini, de Dr. Bozano, plantou quatro quilos de trevo vesiculoso. Acredita que foi muito bem, e até anda pensando em deixar uma área maior para plantar outras espécies de trevo. Fle mesmo contou porque não se arrependeu de ter feito a experiência:

— Plantei pela primeira vez e já tive idéia de que é uma pastagem muito boa, tanto prôgado de leite como para os porcos, galinhas e até perus. As vacas trocam qualquer outra pastagem pelo trevo.

No dia de campo, o seu Aداuto era um dos poucos que tinha alguma informação para transmitir a respeito do trevo. O resto do pessoal tratava de examinar bem a planta, tirar as dúvidas, para saber se valia ou não a pena investir na cultura.

Na lavoura onde foi implantada o trevo vesiculoso, o seu Aداuto usou 400 quilos de calcário para correção do solo, um saco de fosfato e dois de adubo. "A planta veio viçosa

até demais", contava. Quanto a sementeira, fez questão de explicar que é melhor fazer meia rala, porque a planta se alastra demais e depois fica até ruim para colher a semente.

EXCELENTE ADUBO

O trevo também não era novidade para o seu Atilio Lena, do Salto, que já andou fazendo alguma experiência e achou que além de um bom pasto "é um excelente adubo". O seu Atilio está programando uma área de um hectare para plantar o trevo vesiculoso e o vermelho juntos. Para o trevo branco ele reservou a área do parreiral. "Quero recuperar o solo e produzir sementes nesta área", ele explica. O interesse do seu Atilio pelo trevo não é de agora. Conta que desde algum tempo vem notando a importância do trevo, não só como pastagem mas também como recuperador de solos. "Quem tem ladeira, só tem que plantar trevo para evitar erosão" afirmou.

O seu Albert Sheffer, da



Aداuto Manchini: primeira vez
Linha 11 Leste não conhecia o trevo e contou que foi até a casa do seu Aداuto para receber informações. "Vim aqui para conhecer melhor o trevo, saber sobre preparo do solo, plantio e manejo", contou. No fim da tarde, ele já tinha idéia de usar o trevo, ao lado do azevém, da aveia, do milheto e da alfafa, como pastagem para as 10 vacas de leite que mantém na propriedade. "Vou fazer uma experiência só para ver o que produz de massa verde", garantiu no fim do dia de campo.



Atilio Lena: interesse antigo
Embora não tivesse decidido pela variedade, o seu Albert já estava preocupado com a correção que teria de fazer no solo, "o que torna bastante cara a implantação".
Como a criação é pequena, o seu Nélcio Meinke de Dr. Bozano, ainda prefere ficar com uma pequena área de aveia. Gostou muito do que ouviu sobre o trevo, mas por enquanto não vai plantar nada. "Com o tempo até posso fazer uma experiência para ver os resultados".



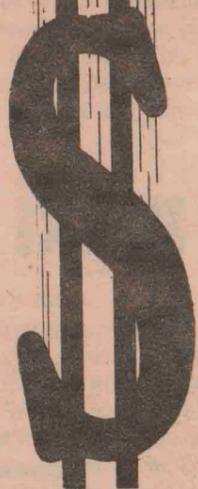
Albert Sheffer: experiência



Nélcio Meinke: com a aveia

Cr

Fazendo o cruzeiro valer, de uma vez só, 30 por cento a menos, o Governo voltou a adotar uma medida de impacto sobre a economia brasileira: a maxidesvalorização. De uma única tacada nossa moeda perdeu seu poder de compra, numa tentativa governamental de aumentar as exportações e conseguir trazer mais dólares para dentro do país. Mas, mesmo antes de um balanço final sobre suas vantagens e desvantagens, a máxi já mostrou quem sai perdendo: os produtores rurais e os consumidores em geral. O custo da produção agropecuária sofre de perto o impacto da medida, com o aumento nos preços dos insumos, e os eventuais benefícios na exportação ficam neutralizados com o confisco cambial. Os produtores de soja já mostraram que têm um poder de pressão, conseguindo reduzir o percentual deste imposto, numa vitória política que, porém, ainda não é completa.



INCERTEZAS DE OUTRA MÁXI

Depois do Brasil passar um fim-de-semana em ritmo de carnaval, enfrentou o fim-de-semana seguinte, dias 19 e 20 de fevereiro, mergulhado nas dúvidas e no pessimismo trazidos pela maxidesvalorização do cruzeiro decretada pelo Governo no anoitecer da sexta-feira, dia 18, no encerramento do expediente bancário e comercial. De início, para quem ouviu o anúncio da decisão em pleno Jornal Nacional, via Rede Globo de Televisão, em todo país, a notícia soou como um redondo engano. Afinal, uma semana antes, as próprias autoridades financeiras desmentiam os boatos de que uma maxidesvalorização do cruzeiro estivesse nos planos oficiais.

Mas assim como o Brasil não iria recorrer ao Fundo Monetário Internacional, e acabou recorrendo (veja Cotrijornal de dezembro e de janeiro), assim como a lei dos salários não seria alterada, e acabou sendo, o Governo afirmava que não iria mexer profundamente na política cambial. E acabou mexendo, fazendo com que o cruzeiro, da noite para o dia, passasse a valer 30 por cento a menos. Medida igual, e em idêntico percentual, também fora adotada em dezembro de 1979, num famoso pacote de Natal, como tentativa de aproximar a realidade cambial brasileira com a situação internacional. Mas aquela máxi não conseguiu colocar nos eixos a economia, e os brasileiros conheceram em 1980 os efeitos da medida, traduzidos numa inflação real superior a 120 por cento.

O cruzeiro já vinha sofrendo minidesvalorizações constantes. Foram nada menos do que oito alterações cambiais em um mês e meio de 1983, até antes desta máxi. Mas este artifício não foi suficiente para regularizar o câmbio em relação ao dólar, pelo menos nos níveis esperados pelo Governo e prometidos ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Segundo as autoridades financeiras do Brasil, em opinião expressa pelo ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto, a máxi veio para ajudar. Ele declarou na semana seguinte ao anúncio da medida, que "todos os países que têm necessidade de reajustar seu balanço de pagamentos fazem correções cambiais. Isso acontece tanto no chamado mundo capitalista como no chamado mundo socialista". Ele ainda disse que "a máxi protege o trabalho nacional, dá emprego para quem exporta, torna mais caro para quem importa".

O FRACASSO EM 79

Já os críticos da medida — e aí se alinham economistas, empresários nacionais e líderes sindicais — temem exatamente o contrário: desemprego, concordatas, falências. Eles lembram também o fracasso da máxi decretada em 1979, que veio acompanhada de algumas medidas complementares semelhantes às adotadas desta vez (imposto de exportação, por exemplo), mas não surtiram o efeito desejado. O que eles receiam é que os efeitos da máxi se multipliquem, provocando uma desenfreada alta do custo de vida e da inflação.

É claro que a situação do Brasil em 1983 é diferente da do Brasil no final de 1979, assim como é diferente o panorama mundial. A máxi decretada naquela vez encontrou as taxas de juros no mercado internacional em alta, o que provocou perda de competitividade dos nossos produtos em mercados europeus. Assim, os efeitos da máxi ficaram bastante comprometidos. As perspectivas, agora, são mais otimistas. Além de uma redução nas taxas de juros, os preços do petróleo também estão em baixa. Mesmo que proporcionalmente o petróleo tenha também ficado 30 por cento mais caro, a situação poderia ser ainda pior — como aconteceu em 1979 — se este produto estivesse sofrendo constantes altas. Em todo caso, o Governo se apressou em repassar este aumento aos consumidores, reajustando o preço da gasolina, do óleo diesel, do gás de cozinha e do óleo combustível. No bolso, os consumidores já começaram a sentir os efeitos da medida.

AS INTENÇÕES

São três os objetivos básicos que levaram o Governo a decretar a maxidesvalorização. Em primeiro lugar está a finalidade de aumentar o poder de competição das exportações brasileiras, tentando com isto equilibrar o balanço de pagamento (a diferença entre o que se importa do exterior, e aquilo que se vende para fora). Uma segunda finalidade seria reduzir as pressões sobre as taxas internas de juros, que são mais altas do que as taxas praticadas no mercado internacional, ou seja, o dinheiro aqui dentro do Brasil custa mais caro que o dinheiro que se pega no exterior. Um outro objetivo, finalmente, seria o de demonstrar aos credores da dívida externa brasileira que as autoridades econômicas estão perseguindo com "firmeza e seriedade" a meta de um resultado positivo de 6 bilhões de dólares na conta comercial.

Na realidade, o primeiro objetivo assume a maior importância. Como está muito difícil conseguir dólares para o Brasil entre os banqueiros internacionais (além do que qualquer empréstimo agora depende do aval do FMI), estes dólares devem entrar no país por conta das exportações. E os dólares são vitais para pagar, ou melhor, levar adiante, a dívida externa brasileira, para pelo menos conseguir pagar o juro desta dívida que hoje já alcança incríveis 88 bilhões de dólares. Com a máxi, teoricamente, os produtos brasileiros ficarão 30 por cento mais baratos quando vendidos para o exterior, aumentando assim sua competitividade no mercado internacional. É claro que a máxi não deverá afetar imediatamente — e de uma forma parelha — a pauta de exportações nacionais, mas as estimativas oficiais são de um ganho de 2 bilhões de dólares na balança comercial.

IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

Junto com a máxi, o governo também estabeleceu, entretanto, um imposto de exportação na venda de produtos primários.

QUEM GANHA	QUEM PERDE
<ul style="list-style-type: none">— Os exportadores de produtos industriais pois eles receberão mais cruzeiros por dólar que conseguirem com suas vendas para o exterior. Os ganhos de quem exporta produtos agropecuários e minerais não são tão expressivos, pois existe o imposto de exportação (confisco).— Quem possui dólares— As empresas que têm ORTNs com cláusula cambial. Com o dólar valendo mais, as ORTNs representam mais cruzeiros.	<ul style="list-style-type: none">— Os consumidores em geral. Quem compra produtos importados vai pagar mais caro do que antes, e mesmo os demais bens e serviços sofrerão o impacto da inflação, já que comerciantes e industriais repassarão aos consumidores seus aumentos de custo.— Os assalariados, porque crescendo a inflação eles vão perdendo cada vez mais seu poder aquisitivo. A nova lei, que reduziu os índices de reajuste salarial, aumenta os efeitos negativos desta medida.— As empresas que contrataram empréstimos em dólares, pois sua dívida, em cruzeiros, cresceu.

rios. A alíquota do imposto, num primeiro momento, foi de 30 por cento, visando desta forma anular os eventuais benefícios que estes produtos teriam com a maxidesvalorização. Mas já no domingo, as alíquotas foram reduzidas para 30, 20 e 10 por cento, conforme o produto. Na segunda-feira, surgiu outra alteração, mudando mais uma vez os percentuais, agora para 20, 10 e 0 por cento, num claro sintoma de que as autoridades econômicas fizeram mal suas contas. Se o objetivo do imposto era evitar os possíveis ganhos de 30 por cento com a máxi, um confisco no mesmo valor representaria, na verdade, um recolhimento de 39 por cento.

Só foram atingidos pelo imposto os produtos agropecuários e minerais, ficando isentos do confisco os produtos industriais. Também ficaram de fora o açúcar e o álcool, sendo depois retirados da lista o leite e seus derivados, plantas e flores, frutas, sementes, granito e mármore.

MEDIDAS COMPLEMENTARES

Nos dias seguintes passaram a ser adotadas algumas medidas complementares, com o objetivo de evitar os efeitos negativos da máxi sobre a economia. Uma das medidas foi a decretação de um controle de preços sobre 273 produtos, limitando seus aumentos a até 90 por cento da correção monetária. A lista inclui produtos de nove setores da indústria — passando por adubos, defensivos, automóveis, azulejos, refrigerantes, biscoitos, lâmpadas, etc — e também alguns serviços, como fretes e assistência técnica. Não se sabe ainda da eficiência da medida, e se existirá uma forma de fiscalizar efetivamente os preços cobra-



O principal objetivo, segundo o Governo, é aumentar as exportações brasileiras

dos do consumidor. Além disso, há ainda outra preocupação, como fala Carlos Karlinski, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí:

— O controle de preços vai até o dia 31 de agosto, mas quem garante que esta diferença não será repassada mais tarde? O preço dos adubos, por exemplo, sendo controlado apenas até esta data, pode disparar exatamente na época em que os produtores precisarem comprar o produto para a próxima safra de soja.

Mais tarde, o Conselho Monetário Nacional, em uma reunião de consulta telefônica, aprovou um pacote de medidas destinadas a baixar os juros. Foram seis medidas, mas nenhuma delas obriga os bancos a uma redução direta no custo do dinheiro no mercado interno. Os bancos apenas tiveram fixados seus limites de crédito no segundo trimestre do ano, e passam a ser

obrigados a explicitar em todos os contratos de empréstimo a taxa anual de juros que efetivamente irão cobrar de seus clientes.

Os efeitos da máxi, na verdade, somente serão conhecidos com o passar dos dias, e com a adoção — ou não — de novas medidas capazes de evitar os resultados negativos que uma decisão igual já trouxe em 1979. O que mais se teme é que ela venha colocar mais lenha na fogueira de preços, e que a inflação possa neutralizar os benefícios da máxi para as exportações e seu consequente benefício na balança comercial. Se nossa dívida externa não aumentou em dólares, aumentou muito em cruzeiros, e será preciso produzir muito mais para pagar as contas. Afinal, no dia 18 de fevereiro o Brasil devia Cr\$ 26,4 trilhões e dia 19 já estava devendo Cr\$ 34,3 trilhões.

REDUÇÃO DO CONFISCO É VITÓRIA POLÍTICA



Mas deve continuar a luta pela eliminação total do imposto de exportação

No espaço de apenas um fim-de-semana o Governo alterou três vezes os seus cálculos sobre as alíquotas do imposto de exportação decretado simultaneamente com a maxidesvalorização. E em menos de um mês de pressão de lideranças do setor rural gaúcho, reduziu de 20 para 5 por cento a taxa deste imposto sobre a soja, definindo que ele somente será extinto dia 1º de abril de 1984.

Logo que a notícia sobre a máxi e este novo imposto chegaram aos ouvidos de várias áreas do setor agrícola do Rio Grande do Sul, começou uma movimentação das lideranças para eliminar este injustificável confisco cambial. Imediatamente foi formada uma comissão que estudou os reflexos das medidas e decidiu adotar uma nova estratégia de pressão sobre o Governo Federal. Representantes da Fecotrig, da Farsul, da Fetag, Fearroz, Fecocarne, Fecolá e inclusive da Secretaria da Agricultura do Estado praticamente se abancaram em Brasília mantendo contatos com as áreas políticas. Na época do confisco de 1979, estes encontros envolviam os representantes da área econômica do Governo, como os Ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura. Desta vez, porém, a audiência mais importante foi exatamente com o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, João Leitão de Abreu.

VITÓRIA POLÍTICA

A nova estratégia, se não completamente vitoriosa, pois ainda existe confisco sobre a soja, mostrou que também deu certo, chegando a uma redução de 15 por cento sobre a taxa que o Governo Federal prometia nem reduzir e nem eliminar. As negociações foram difíceis, mas o resultado é considerado uma "vitória política" pelo presidente da Fecotrig, Jarbas Pires Machado, e ainda abre um precedente para uma revisão na taxa de outros produtos agrícolas. Além disso, a redução no imposto da soja não implicará — segundo o compromisso assumido pelo Governo — em outro contingenciamento, como aconteceu depois da eliminação total do confisco em 1980. Naquela ocasião, o imposto só foi eliminado depois de uma grande mobiliza-

ção dos agricultores, que levaram suas máquinas para as ruas durante uma manifestação que ficará para sempre na história das lutas dos produtores rurais. Só que em 1980 caiu o confisco e o Governo decretou o contingenciamento, estabelecendo cotas para exportação. Com esta medida, os benefícios que os produtores teriam com a queda do confisco foram neutralizados, e os preços do produto não acompanharam as expectativas.

ELIMINAÇÃO TOTAL

Não são todos, porém, que se declaram satisfeitos apenas com a redução do imposto. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado, por exemplo, exigem a eliminação total do confisco. Esta posição foi assumida em três grandes encontros estaduais realizados quando a notícia da redução do imposto já corria pelo Rio Grande do Sul. Participaram destas reuniões, promovidas pela Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), praticamente a totalidade dos sindicatos das áreas de produção de soja, que ali firmaram sua posição contrária a qualquer tipo de confisco sobre a produção. Carlos Karlinski, presidente do STR de Ijuí, por exemplo, traduz uma opinião geral:

— Aceitar os 5 por cento é legitimar o confisco sobre a nossa produção. Se hoje aceitamos a taxa, estamos ameaçados de conviver indefinidamente com o confisco.

Nestes encontros foi dado um prazo para o Governo eliminar de vez qualquer confisco. A data limite é o dia 31 de março (o mesmo dia do prazo final dado em 1980 para a eliminação do imposto). Caso a exigência não seja atendida, serão organizadas novas manifestações de protesto, isto através de assembleias municipais ou regionais, denunciando as falhas do modelo agrícola e exigindo a retirada total do imposto. Os Sindicatos também apontaram algumas formas de pressão que podem ser adotadas, como a redução das áreas de plantio de soja e também de outras culturas de exportação.

UM PRECEDENTE

A redução no imposto da soja abriu um precedente para que os produto-

res rurais tentem negociar também uma redução nas taxas que incidem sobre outros produtos agropecuários. Se a soja logo apareceu como o produto mais prejudicado por este confisco cambial criado com o objetivo de neutralizar os possíveis ganhos com a maxidesvalorização do cruzeiro, não se pode esquecer que também outros produtos podem ter sua comercialização prejudicada em função do imposto.

No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, pesa em importância a taxa de 10 por cento sobre a carne. Mesmo que a influência do confisco sobre a carne não seja tão expressiva como no caso da soja, deverão aparecer repercussões negativas sobre os preços a nível de produtor, como calcula o professor Argemiro Luís Brum, diretor do Centro Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas, da Fidene. Ele explica:

— A soja movimentou um volume muito maior de recursos de exportação, calculados entre Cr\$ 2,5 a Cr\$ 3 bilhões de cruzeiros. No caso da carne existe a previsão de o país exportar 400 mil toneladas de uma produção total de 2,5 milhões de toneladas, envolvendo recursos de Cr\$... 700 milhões em 1983.

Já o confisco no milho não deverá representar um impacto direto a nível de preços, pois a previsão é de se exportar um milhão das 24,5 milhões de toneladas que devem ser produzidas este ano.

Entre os produtos que o Rio Grande do Sul exporta, também deverão ser prejudicados o fumo e a lã, taxados com uma alíquota de 20 por cento (veja na tabela abaixo).

IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO SOBRE ALGUNS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

PRODUTO	ALÍQUOTA
Soja	5%
Carne	10%
Milho	20%
Cacau	20%
Fumo	20%
Algodão	20%
Lã	20%

A taxação atinge todo o produto

Com o confisco a 20 por cento, o produtor teria uma perda de Cr\$ 1.139,30 ao vender um saco de sua soja para o mês de maio. Isto de acordo com a cotação do produto para aquele mês que vigorou em 15 de março, um dia depois de aprovada a redução na alíquota do imposto de exportação. Já com o confisco a 5 por cento, a perda ficou reduzida para Cr\$ 284,82, conforme os cálculos do setor de Comercialização da Cotrijui na Regional Pioneira.

Mesmo que, a princípio, o confisco seja uma taxa de exportação, ele influi no preço de toda produção comercializada, seja a nível de mercado interno, seja para o mercado externo, através das exportações.

Acontece que o confisco da soja não atinge apenas os grãos vendidos para os outros países, mas também a produção exportada em óleo e farelo obtidos através da industrialização dentro do Brasil. Desta forma também incide o confisco sobre os grãos vendidos para as indústrias nacionais, que destinam parte da produção para o mercado externo.

Também vale lembrar que por não existir o contingenciamento, tanto os comerciantes de grãos, como de óleo e de farelo, irão procurar sempre o melhor preço para o produto que têm para vender, independente do fato do comprador estar no mercado interno ou no externo.

Um impacto relativo no mercado

"É do couro que sai a correia", diz o professor Argemiro Luís Brum, plagiando um conhecido ditado popular, quando comenta o imposto de exportação sobre os produtos agropecuários. Argemiro, que é diretor do Centro de Informações Agropecuárias e Econômicas, da Fidene, explica que "até na imposição do imposto o Governo mantém a política de tirar da agricultura para financiar o setor industrial, o que fica claro quando se vê que o confisco não atingiu os produtos manufaturados".

Segundo ele, mesmo com a redução no imposto de 20 para 5 por cento, o produtor sempre continuará perdendo, e perderá proporcionalmente cada vez mais, já que o Governo mantém a política de minidesvalorizações do cruzeiro (com pequenas e periódicas desvalorizações):

— A cada vez que o Governo desvaloriza a nossa moeda, o produtor perde mais com o confisco, pois subindo o preço da soja aumenta o valor descontado do produto a título de imposto de exportação.

AS OSCILAÇÕES DO MERCADO

Argemiro tem ficado conhecido em toda região por seus cálculos e projeções sobre a comercialização de produtos agropecuários, acompanhando diariamente as oscilações de preços e as tendências do mercado. É com esta sua experiência que ele afirma que medidas como a máxi, ou mesmo o confisco, apenas causam um impacto inicial a nível de mercado externo, que em última análise é quem define inclusive os preços pagos pela soja comercializada internamente no país:

— Mas este impacto dura dois ou três dias, ou no máximo por uma semana, sendo depois absorvido. O que anda realmente influenciando o mercado de soja são as perspectivas de uma safra brasileira recorde (com produção estimada em 15,2 milhões de toneladas) e também a queda do preço do petróleo, que são dois fatores que provocam uma redução no preço da soja. Esta questão do petróleo, inclusive parece contraditória, pois deveria influir num aumento nos preços, mas tem ajudado a cair as cotações do produto no mercado internacional. Esta queda se explica porque os investidores na bolsa de Chicago usavam os petrodólares (o dinheiro dos países exportadores de petróleo) para fazer seus negócios. Com o petróleo em baixa, os árabes estão com menos dinheiro para depositar nos bancos internacionais, e os investidores assim compram menos soja do que antes.



Argemiro: impacto absorvido

PAGAR PARA NÃO PLANTAR

Existe, porém, uma boa possibilidade dos preços começarem a subir. O que pode provocar uma alta na cotação da soja é o fato de que os Estados Unidos — os maiores produtores de soja — deverão reduzir em 5 por cento sua área de plantio com esta cultura, aumentando a área destinada para o milho. É que o país está com um grande estoque de soja, e inclusive o governo americano está pagando aos produtores para que não plantem soja. É uma coisa incrível, mas é o que está acontecendo, como explica o Argemiro:

— O governo está pagando em produto que tem estocado, para incentivar os produtores a não plantarem. Com isto, eles pretendem reduzir a oferta de soja e reduzir seu estoque, já que o custo de produção da soja americana está muito alto e os preços não satisfazem.

Como é antiga esta história de que o mercado de soja sofre muitas oscilações, a recomendação do Argemiro é que os produtores comercializem em etapas o seu produto, tentando formar um bom preço médio para sua safra. A melhor época de comercialização, no seu entender, deverá ser entre os meses de abril e maio, no início da safra, quando normalmente os preços são mais altos. Mas qualquer reação alista não será surpresa, como também não deverá causar espanto um nova queda nas cotações internacionais.

A alta registrada logo que foi reduzido o imposto da soja não serve muito para animar, pois ela representa apenas a vantagem, em termos de preço, representada pela maxidesvalorização do cruzeiro nos produtos de exportação.

O que está por trás da máxi

Uma pergunta que muita gente se fez foi a seguinte: se a máxi é uma medida tão boa para a economia, como foi justificada pelo Governo, por que não foi decretada mais cedo? Se é para dar mais emprego e proteger o trabalho nacional, valorizar nossos produtos no mercado internacional e trazer mais dólares para dentro do país, por que não foi adotada já em dezembro, por exemplo, no lugar das constantes minidesvalorizações?

Ela não foi adotada antes, como bem explica o comentarista econômico Joelmir Betting, porque o Brasil, depois do FMI, não é mais o mesmo. Num artigo que ele publicou no jornal Folha de São Paulo, em 23 de fevereiro, Joelmir conta que "da véspera do Natal ao depois do Carnaval mudou, por completo, o regime de captação de poupança externa via crédito. . . a captação de financiamentos internacionais não mais se fará, no caso brasileiro, pelos canais convencionais do mercado — dólar por dólar, contrato por contrato, banco por banco, empresa por empresa, projeto por projeto, dia a dia, mês a mês. O mercado acaba de ser substituído pela negociação em bloco, Brasil sob a tutela do FMI".

A situação fica mais clara quando se sabe que exatamente na sexta-feira, dia

18, o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, estava voltando de Nova Iorque, onde o FMI aprovou, um dia antes, um dos projetos do acordo entre o Fundo Monetário Internacional e o Brasil.

REVISAR PREVISÕES

É também na Folha de São Paulo, mas numa análise de Aloysio Biondi, que a questão do acordo com o FMI volta a ser abordada. Segundo o economista, a resposta para a máxi "talvez esteja nas notícias de que as previsões sobre a inflação brasileira, política monetária e déficit do governo brasileiro, apresentadas ao FMI, vão ser revistas. Todas as metas que os ministros deveriam conseguir nessas áreas já estavam estouradas. A máxi será a grande desculpa para os "estouros" — embora eles venham de muito antes, por força dos erros da política econômica". No seu artigo, publicado dia três de março, Aloysio mostra, por vários ângulos, que a máxi é uma medida desnecessária, e que serve, segundo ele, apenas para encobrir as falhas na condução da política econômica.

Diz Aloysio que as máxis realizadas em outros países no ano passado (Chile, Venezuela, Argentina e México, por exemplo), não completamente diferentes da máxi brasileira. A moeda venezuelana

não sofria qualquer desvalorização desde 1963 — quase 20 anos sem alteração frente ao dólar. Também os pesos argentinos, mexicanos e chilenos estavam congelados. Já no Brasil desde 1968 vem sendo adotada a política de desvalorização constante do cruzeiro. É com estas informações que Aloysio Biondi desmonta o argumento de que a máxi brasileira segue a mesma linha das desvalorizações adotadas em outros países.

Também não é a valorização do dólar no mercado internacional que serve, segundo Aloysio, de justificativa para a máxi. Se o dólar fica mais forte em comparação a outras moedas (como o marco alemão, franco francês ou iene, do Japão) o cruzeiro, proporcionalmente, também fica valorizado. Ele ainda não concorda que a crise mundial sirva de explicação para a necessidade da máxi, ainda mais nesta época em que foi adotada. Afinal, a máxi surgiu exatamente em fevereiro, quando existem claros sinais de que a economia norte-americana está se recuperando. Como a saúde dos Estados Unidos influencia todos os demais países capitalistas, estes sinais positivos se irradiam para as outras nações, permitindo uma recuperação de todo mercado internacional.

PODE FALTAR SEMENTE DE INVERNO

Cerca de 90 produtores de três Unidades da Região Pioneira (Santo Augusto, Ajuricaba e Chiapetta) estiveram reunidos no dia 22 de março, quando discutiram assuntos bem comuns, relacionados com a programação de recebimento de semente de soja na Unidade de Santo Augusto. Também abordaram

os problemas na formação das lavouras de trigo e aveia, considerando que vai faltar muita semente, e buscaram definir o valor a ser adiantado na hora da entrega da semente. A reunião, realizada em Santo Augusto, contou com a participação de dois agrônomos da Unidade, o Antônio Vieira dos Santos e o



Os critérios de recebimento e distribuição foram discutidos com os produtores

José Luis Kessler; do diretor agrotécnico da Cotrijuí, Renato Borges de Medeiros e do agrônomo Francisco Tenório Falcão Pereira, da unidade de Ijuí.

A primeira discussão ficou para a programação de recebimento de semente de soja, quando os produtores acharam que 120

mil sacos serão suficientes para que Santo Augusto cumpra com o seu compromisso de venda para com o Mato Grosso (44 mil sacos), atenda as necessidades de seus associados e da unidade de Chiapetta, e ainda fique com alguma sobra para uma eventualidade qualquer.

O Renato Borges de Medeiros, antes de falar em adiantamento de preços, lembrou que os tempos são outros, pois agora existe falta de recursos financeiros, houve mudanças no crédito rural, permitindo que os produtores guardem suas sementes em casa, e ainda as lavouras de verão estão prometendo uma boa safra. A sugestão levada aos produtores, e aceita em partes, propõe um adiantamento nos mesmos valores pagos na safra passada, com pequenas modificações.

FALTA SEMENTE

Quando se falou em formação da lavoura de trigo, a primeira preocupação foi para com o problema da falta de semente. E o Antonio Vieira dos Santos explicou que se nota a falta de semente em todo o país, mas mesmo assim, a Cotrijuí está tentando adquirir sementes de outros Estados. Em todo o caso, o Antônio sugeriu aos produtores que plantem apenas um terço da área, utilizando as técnicas recomendadas pelo Departamento Técnico da Cotrijuí e pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e adotando a rotação de culturas, para assim conseguirem melhorias nas lavouras.

A sugestão dos produtores para o caso da semente de trigo, é de que o estoque disponível na Cotrijuí seja distribuída le-

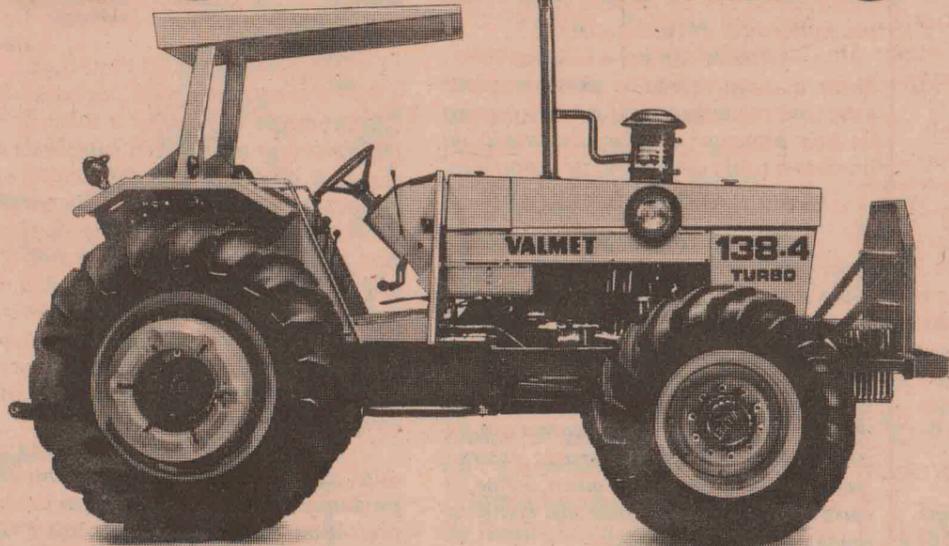
vando em conta os pedidos de reserva feitos no ano passado, e ignorando os deste ano. Estas medidas foram as mesmas adotadas nas demais Unidades, onde também os produtores já andaram se reunindo e discutindo estes mesmos problemas.

A SITUAÇÃO DA AVEIA

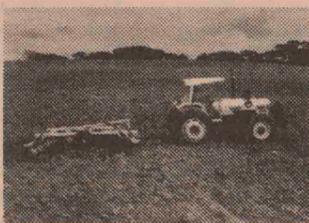
A situação da semente de aveia, segundo o agrônomo José Luis Kessler ainda é pior que a do trigo. Explicou que a disponibilidade de semente da Unidade de Santo Augusto cobre apenas 35 por cento dos pedidos, e o único caminho a tomar será o de suprir a falta de semente de aveia com a de avevém. Também no caso da aveia, os critérios utilizados na distribuição serão semelhantes aos do trigo. O José Luis também aconselhou os produtores a investirem um pouco mais na aveia, dando um cuidado especial para a produção de sementes, se quiserem bons resultados com a produção.

Bem no final da reunião, o Renato Borges de Medeiros falou sobre os experimentos com forrageiras que estão sendo feitos no Centro de Treinamento da Cotrijuí, e que apresentam excelentes resultados. Ele falou de duas novas variedades de trevo branco, a Guaíba e a Jacuí, da possibilidade de plantar milho em cima do trevo subterrâneo e da ervilhaca, com ótimos resultados; dos experimentos com feijão miúdo e de diversas variedades de forrageiras vindas da Austrália, como o pânico makoeni (alternativa para o pânico gatton) e a setária narok (alternativa para a Kazangula), bastante tolerantes à geadas, e do trevo safari.

CHEGOU O 138-4 TURBO



O pioneirismo turbinado da Valmet.



Fábrica em Mogi das Cruzes - Estado de São Paulo.

A Valmet está lançando seu novo trator: o Valmet 138-4 Turbo, o primeiro trator brasileiro com motor turbinado.

Ele chega a você com vantagens tão importantes e exclusivas que fazem dele, desde já, o início de uma nova era no mercado de tratores agrícolas.

Motor turbinado significa maior torque e potência, com menor consumo específico de combustível.

Isto vai representar para você maior área trabalhada por litro de combustível.

Esta tecnologia, exclusiva da Valmet, é utilizada com enorme sucesso nos principais países do mundo. Mas o Valmet 138-4 Turbo não é apenas econômico.

Em cada item, você vai descobrindo que cada detalhe construtivo foi cuidadosamente planejado para proporcionar o melhor desempenho: tração nas 4 rodas, direção hidráulica hidrostática, câmbio sincronizado com 12 marchas à frente e 4 à ré, sistema de levante hidráulico de grande capacidade e motor turbinado com 140 cv de potência bruta, que dão ao

Valmet 138-4 Turbo muita agilidade em qualquer tarefa.

E você ainda conta com a retaguarda da Assistência Técnica dos Concessionários Valmet, com pessoal especializado, peças genuínas e todo apoio que você precisa.

Fale com o concessionário Valmet da sua região e conquiste o seu! Em pouco tempo você vai ver como este investimento valeu a pena.

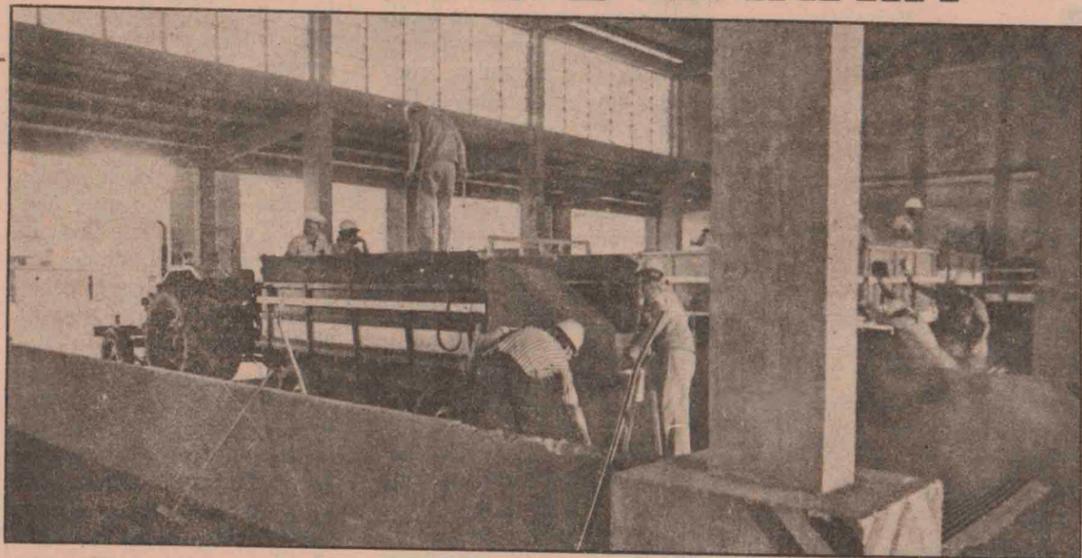
Valmet 138-4 Turbo.
Dê a partida!
Este pioneirismo é todo seu!

VALMET

O melhor investimento depois da terra.

Convênio de Armazenagem

ENTREGA DO PRODUTO MAIS FÁCIL E BARATA



Pela quarta safra consecutiva, os produtores associados da Cotrijuí poderão se beneficiar com as vantagens de um convênio de armazenagem realizado entre várias cooperativas do Estado. Através deste convênio, os produtores podem entregar seu produto nas instalações de qualquer uma das cooperativas participantes, mas escolhendo em nome de que cooperativa querem comercializar sua produção. Podem, desta maneira, entregar o produto para a Cotrijuí mesmo que plantem uma lavoura em um município onde nossa cooperativa não tenha um armazém instalado. Da mesma forma, produtores associados de outras cooperativas podem entregar seu produto nos armazéns da Cotrijuí, mas em nome da entidade da qual é associado.

Esta experiência começou em 1980, envolvendo algumas cooperativas das regiões Planalto Médio, Missões e Fronteira. Mas já na safra passada o convênio, que passou a ser realizado através da Fecotriço (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja), atingiu um número maior de entidades.

ECONOMIA

Para os produtores, isto representa uma considerável economia em frete, evitando que percorram grandes distâncias para depositar o produto num armazém de sua cooperativa. Também para as cooperativas o convênio possibilita economia, pois quanto mais produto elas armazenam menor é seu custo por este serviço. Além disso, representa uma integração do sistema, e uma racionalização das instalações em uma grande área do estado, como explica o diretor de Operações da Cotrijuí, Euclides Casagrande.

Mesmo que os sistemas de recebimento não sejam idênticos em todas as cooperativas, os descontos efetuados na produção obedecem os critérios adotados por cada entidade. Quem emite a nota fiscal é a cooperativa em nome de quem está sendo entregue a soja pelo produtor, que também efetua os descontos normais, como se o produto estivesse sendo entregue em um de seus armazéns. A cooperativa onde foi depositado o produto apenas informa os percentuais de umidade e impurezas, sem efetuar qualquer desconto. No final da safra, é feito um balanço das quantias de soja entregues em cada cooperativa, seguindo então uma mesma tabela de compensação.

QUEM ADERIU

Quando do fechamento desta edição do Cotrijornal, estava acertada a participação das seguintes cooperativas neste convênio de recebimento de safras agrícolas:

1. Cooperativa Triticola Carazinho Ltda (Coopera) — 5 armazéns em Carazinho e 1 em Chapada.
2. Cooperativa Triticola e Agropastoril Giruá Ltda (Cotap) — 3 armazéns em Giruá, um em Independência e um em Catuípe (Inhacorá).
3. Cooperativa Triticola Palmeirense Ltda (Copalma) — 1 armazém em Palmeira das Missões.
4. Cooperativa Agrícola Mista Santamariense Ltda — 1 armazém em Cacequi.
5. Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda (Cotirosa) — 1 armazém em Santa Rosa, 1 em Tucunduva, 1 em Santo Cristo e 1 em Cândido Godói.
6. Cooperativa Triticola Regional Santo Ângelo Ltda (Cotrisa) — 2 armazéns em Santo Ângelo, 1 em Caibaté, 1 em Roque Gonzales, 1 em Guarani das Missões, 1 em São Paulo das Missões, 1 em Cerro Largo e 1 em Porto Xavier.
7. Cooperativa Mista Agro-Industrial Gabrielense Ltda — 1 armazém em São Gabriel.
8. Cooperativa Triticola de Passo Fundo Ltda. (Coopasso) — 3 armazéns em Passo Fundo, 1 em Tapejara, 1 em Ibiaçá e 1 em Ciríaco.
9. Cooperativa Triticola Panambi Ltda — Panambi (RS) — 2 armazéns em Panambi, 2 em Condor.
10. Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. (Cotrijuí) — 1 armazém em Ijuí, 1 em Ajuricaba, 1 em Augusto Pestana, 1 em Chiapetta, 1 em Cel. Bicaco, 1 em Dom Pedrito, 1 em Jóia, 2 em Santo Augusto e 1 em Tenente Portela.
11. Cooperativa Triticola de Tapera Ltda — 1 armazém em Tapera, 1 em Victor Graeff e 1 em Selbach.
12. Cooperativa Triticola Agropecuária Alto Uruguai Ltda. (Cotrimaio) — armazéns em Três de Maio, Boa Vista do Buricá, Crissiumal, Horizontina, Independência (Esquina Araújo).
13. Cooperativa Regional Triticola Sãoluisense Ltda. (Coopatrigo) — um armazém em São Luiz Gonzaga.

As despesas com secagem não serão mais rateadas

No lugar de ratear entre todos os associados as despesas com secagem da soja entregue úmida por alguns produtores, a Cotrijuí a partir desta safra, passa a cobrar uma tarifa por este serviço. Esta é, por sinal, a única alteração nas normas de recebimento aprovadas pelo Conselho de Administração da Cooperativa para a safra de 1983.

"Até o ano passado", explica o diretor de Operações, Euclides Casagrande, "a Cooperativa não cobrava qualquer taxa por este serviço, mas o seu custo era dividido entre todos os produtores, inclusive aqueles que tinham entregue a soja seca". Mesmo que este custo não seja muito alto, sempre representa uma pequena redução no preço final do produto, como argumentaram os representantes eleitos que sugeriram a alteração. De acordo com a sua reivindicação, apenas quem entrega o produto úmido deve arcar com as despesas de secagem.

Para determinar o custo da secagem, de acordo com o grau de umidade, a área de operações calculou os gastos com combus-

tível, mão-de-obra e conservação dos equipamentos, e elaborou uma tabela com a discriminação das tarifas que serão cobradas nesta safra. Os demais descontos (impureza, umidade, armazenagem, etc), continuam inalterados, seguindo as tabelas que já foram publicadas no ano passado pelo Cotrijornal.

BONIFICAÇÃO

Também a partir desta safra a Cooperativa não estará bonificando a soja entregue seca, uma medida que vigorou por dois anos. A decisão de eliminar a bonificação, que vinha sendo paga apenas pela Cotrijuí, foi provocada por não se conseguir repassar este custo para os compradores do produto. A bonificação inclusive vinha sendo estudada a nível nacional, existindo a intenção do Ministério da Agricultura de estabelecer esta medida como uma norma em todo País. Mas as indústrias não se mostraram dispostas a assumir este custo, argumentando que também nenhum importador de soja brasileira bonifica desta forma a produção com reduzido teor de umidade.

TARIFA DE SECAGEM

UMIDADE	Desconto (Cr\$)	
	p/ton	p/saco
Até 14,0%	isento	isento
14,1 a 14,5%	150,00	9,00
14,6 a 15,0%	240,00	14,40
15,1 a 15,5%	330,00	19,80
15,6 a 16,0%	420,00	25,20
16,1 a 16,5%	510,00	30,60
16,6 a 17,0%	600,00	36,00
17,1 a 17,5%	690,00	41,40
17,6 a 18,0%	780,00	46,80
18,1 a 18,5%	910,00	54,60
18,6 a 19,0%	1.040,00	62,40
19,1 a 19,5%	1.170,00	70,20
19,6 a 20,0%	1.300,00	78,00
20,1 a 20,5%	1.450,00	87,00
20,6 a 21,0%	1.600,00	96,00

QUANDO O GADO FICA DOENTE

Na medida em que a pecuária vai assumindo uma maior importância econômica na região, com o crescimento da produção leiteira e mesmo de carne, o aspecto sanitário do rebanho bovino passa a preocupar de uma forma muito especial os criadores. Uma série de doenças contagiosas pode comprometer seriamente a rentabilidade dos animais e mesmo representar um grande perigo para a população, pois algumas destas moléstias são também transmissíveis aos homens.

O melhor tratamento para estas doenças, como explica o veterinário Otaliz de Vargas Montardo, de Ijuí, está exatamente na prevenção das suas causas. E a prevenção começa com um cuidado especial na alimentação dos animais, pois quando eles estão bem nutridos resistem muito melhor ao ataque e efeitos negativos destas moléstias. Um bovino fraco, por estar mal alimentado, corre riscos muito maiores de ficar doente do que um animal alimentado convenientemente. Outro ponto muito importante, e que ajuda a reduzir a incidência de moléstias, é a higiene e limpeza das instalações onde são mantidos os bovinos. Os germes que provocam doenças como a mastite ou o paratifo, se criam e se multiplicam em ambientes úmidos, sombrios e sujos, no meio de esterco e de urina.

Mastite

Esta doença é a principal responsável por problemas sanitários no rebanho leiteiro, trazendo um prejuízo constante aos criadores. Além de comprometer a qualidade da produção — causando a acidez do leite — a mastite pode até mesmo inutilizar os úberes atacados pela doença. É a situação fica cada vez mais grave, pois nem sempre o tratamento permite uma recuperação total das vacas atingidas, já que os germes causadores da doença vão ficando resistentes aos antibióticos.

A mastite, geralmente, é o resultado da falta de higiene na ordenha, como explica o veterinário Otaliz de Vargas Montardo. E isto fica comprovado, segundo ele, ao se verificar que o gado de corte — que não é ordenhado — raramente tem problema de mastite. É que os germes causadores da doença são muito difundidos na natureza, existindo praticamente em todos os ambientes, mas principalmente nos locais úmidos, pouco ventilados, sem insolação direta e sujos (com esterco, urina, moscas, etc). Se a ordenha é realizada em estábulos nestas condições, e ainda o ordenhador não se preocupa em lavar bem as mãos antes de iniciar seu trabalho, o animal seguramente será atingido pela doença. Os germes entram no úbere do animal e encontram no leite um excelente meio para se multiplicar, provocando sérias lesões no organismo do animal e comprometendo a produção leiteira.

OS SINAIS

O primeiro sinal da mas-

tite são uns pequenos coágulos no leite, que também fica com uma consistência mais grossa do que o normal. Podem também parecer alguns sinais de sangue e, mais tarde, com a evolução da doença, surge inclusive pus no leite. Na medida em que a infecção vai aumentando, o úbere da vaca começa a ficar dolorido e inchado, acontecendo então uma rápida queda na produção do teto ou tetos atingidos. O leite pode ficar ácido e a ordenha difícil, até que acontece um comprometimento do estado geral da vaca.

Pelo menos 90 por cento dos casos de mastite são adquiridos no galpão da ordenha, tanto pela falta de higiene nas instalações como pela falta de cuidado do ordenhador. Devem ser evitados o acúmulo de sujeira nos pêlos e no úbere da vaca, assim como o uso de panos sujos e água contaminada para a limpeza do úbere, as mãos sujas do ordenhador e a falta de limpeza e conservação inadequada das teteiras da ordenhadeira mecânica. Também a ordenha incompleta, quando o úbere não é esgotado totalmente, pode provocar o surgimento da mastite, pois os germes que penetram no esfínter da mama (o canal de saída do leite) logo após a ordenha, se multiplicam rapidamente. Outras causas podem facilitar o aparecimento da doença, como os movimentos bruscos da ordenha manual (que ferem os tetos das vacas), o excesso da pressão da ordenhadeira mecânica e a sobreordenha (as teteiras continuam sugando mesmo depois do úbere já estar esgota-

do). Também ferimentos externos no úbere, provocados por chifradras, arames farpados, pisoteios ou quedas, podem facilitar a penetração dos germes que causam a mastite.

LIMPEZA

A limpeza é o melhor preventivo contra a mastite. O galpão ou sala de ordenha devem ser bem ventilados, secos, ensolarados e, de preferência, contendo com água encanada, para facilitar a limpeza. Todos os dias, após a ordenha, as instalações devem ser muito bem lavadas com água, para remover restos de leite, esterco, urina e outras sujeiras. De tempos em tempos, as paredes, pisos e cochos devem ser desinfetados, usando para isso desinfetantes comerciais ou mesmo cal, pintando as instalações com uma mistura de 5 quilos de cal para 20 litros de água.

A higiene na ordenha também não pode ser esquecida, já que em 90 por cento dos casos a mastite é transmitida de uma vaca para a outra através da ordenha. Todos os equipamentos devem estar rigorosamente limpos; o úbere, e não apenas os tetos, deve ser bem lavado com água abundante; é preferível não secar o úbere a usar panos sujos para esse serviço; os primeiros jatos de leite de cada teto devem ser colocados numa caneca e não jogados no chão. Esta medida serve para diminuir a possibilidade de contaminação do estábulo e também para que o ordenhador observe a ocorrência de alterações no leite, como pus ou sangue. O criador deve ainda cuidar de lavar as mãos

Paratifo dos terneiros

É uma doença que ataca os animais recém-nascidos, provocando diarreia, febre alta, deixando o animal abatido, com pneumonia, e podendo levá-lo até à morte. A causa do paratifo é um germe, do gênero salmonela, que vive em locais úmidos e em águas paradas. Os chiqueiros e estábulos, onde existe umidade e restos de urina e esterco, são os locais ideais para o germe se alojar.

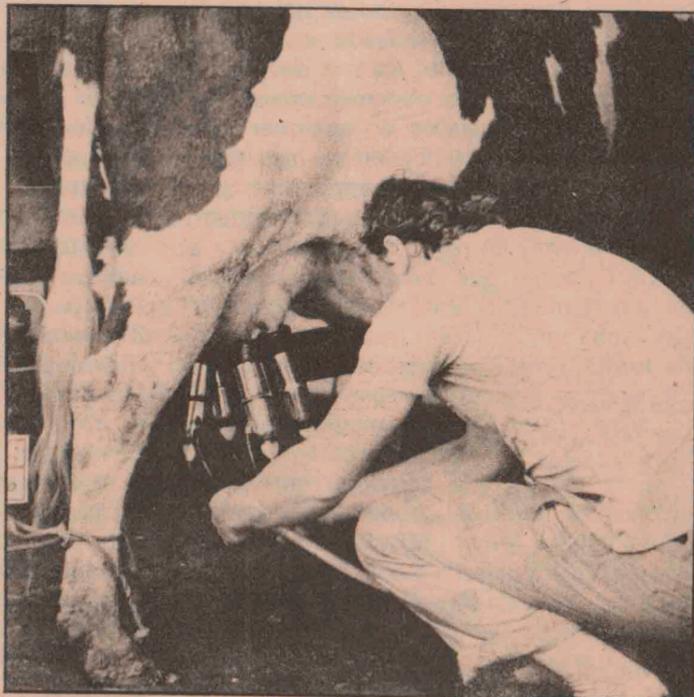
Muitas vezes, a contaminação acontece através do cordão umbilical do terneiro, imediatamente após seu nascimento. É por isto que os veterinários recomendam sempre mergulhar o coto do umbigo num vidro com iodo, para secar e acelerar a cicatrização.

A melhor prevenção contra o paratifo é a higiene das instalações onde ficam os terneiros logo após o nascimento. Os estábulos precisam ser limpos e arejados, recebendo bas-

tante ventilação e sol, devendo ainda ser periodicamente desinfetados, com uma pintura de cal nas paredes. As encerras devem ter o piso ripado, evitando que a urina e esterco se acumulem, e permitindo também que o chão fique sempre seco. O ideal mesmo é criar os terneiros em locais completamente abertos.

Como a doença já pode atacar nos primeiros dias de vida, existe a prática de vacinar as vacas no período entre 20 e 25 dias antes do parto. Assim a imunidade é transmitida aos terneiros, que devem receber também uma dose de vacina 30 dias depois do nascimento.

O tratamento para a doença é muito simples, mas deve ser feito na hora certa para evitar a morte dos terneiros. Ele inclui medicamento para combater a diarreia e evitar a desidratação, e também um antibiótico para eliminar os germes.



A higiene na ordenha é fundamental para prevenir a mastite

após ordenhar cada vaca, eliminando assim a possibilidade de transmitir os germes de uma vaca para a outra. Outra recomendação é mergulhar os tetos da vaca numa caneca ou copo com solução de iodo ou uma mistura de Q-boa e água (uma parte de produto para 500 de água). Também não se deve esquecer de esgotar totalmente cada teto, o que pode ser conseguido com uma rápida massagem de cima para baixo em cada um deles, tanto depois da ordenha manual como da mecânica. Uma técnica que tem apresentado bons resultados é deixar os terneiros mamarem nas vacas atacadas de mamite.

Para evitar que a mastite já instalada comece a progredir, é recomendado que se acompanhe diariamente o estado do leite. No momento em que aparecerem alguns coágulos a doença já está instalada,

mas pode ser facilmente curada com um tratamento específico. Sempre convém consultar um veterinário quando existe a desconfiança de mastite. Outro cuidado é deixar para ordenhar por último as vacas que já tiveram a doença ou que apresentam o problema. As novilhas em primeira lactação devem ser as primeiras na ordem da ordenha.

O tratamento consiste na aplicação de antibióticos, seguindo orientação de veterinários. Nos casos em que a doença já atingiu a fase crônica, quando alguns tetos ficam endurecidos e a produção de leite desaparece nos tetos atingidos, já não adianta mais nenhum tratamento. O animal deve ser encaminhado para o abate o mais breve possível, pois representa um perigo constante de infecção para as outras vacas do rebanho.

Carbúnculo hemático

De uma hora para a outra, e sem mais nem menos, um animal atacado pelo carbúnculo hemático cai morto no campo. A causa, porém, somente será atribuída a esta doença pela aparência do animal depois de morto: seu cadáver incha rapidamente, e começa a sair de seus orifícios naturais (boca, nariz, ânus) um sangue preto que não está coagulado. Estes são os únicos indícios que apontam para o diagnóstico do carbúnculo hemático, pois o animal doente não apresenta qualquer sintoma enquanto está vivo.

Esta é uma doença contagiosa, e que é transmitida através de um germe ingerido pelo animal juntamente com o pasto. Ao chegar no estômago do bovino, o germe encontra as condições ideais para se multiplicar. Para sobreviver, ele consome todo oxigênio do sangue do bovino, que acaba morrendo repentinamente por falta de oxigênio. O germe que provoca o carbúnculo hemático é extremamente resistente, sendo capaz de permanecer vivo no solo por até 60 anos, fazendo assim com que muitos campos sejam considerados "malditos", tornando-se impróprios para a criação de animais.

TRANSMISSÍVEL AO HOMEM

Além do prejuízo econômico, o carbúnculo ainda é muito perigoso para o homem, pois a doença também é transmissível para a espécie humana. É por isto que os técnicos recomendam o maior cuidado na lida com um animal morto re-

pentinamente. O certo é esperar pelo menos uma hora e meia depois da morte para constatar se o animal tinha a doença, o que se vê pelo rápido inchaço e sangramento. Eles aconselham que inclusive não seja feito o coureamento do animal morto, para evitar qualquer acidente, pois inclusive cortes muito pequenos, e nem sentidos, podem servir como porta de entrada dos germes do carbúnculo no corpo humano. A carne do animal também não deve ser consumida.

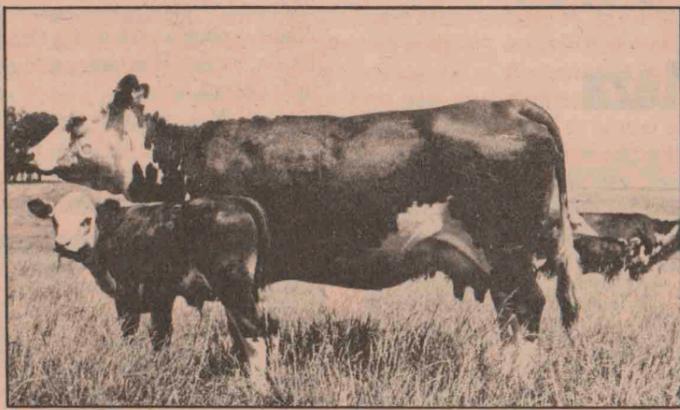
O cadáver do animal morto deve ser colocado dentro de uma valeta e queimado, cobrindo tudo com cal. O ideal é fazer esta sepultura longe do pasto, de preferência no interior de um mato, onde os outros animais não tenham acesso. No local onde morreu o animal, e houve derramamento de sangue, deve ser feita uma fogueira.

ANIMAIS ADULTOS

O carbúnculo hemático ataca o rebanho, com maior frequência, em períodos quen-

tes e úmidos. Ele atinge os animais adultos, e só muito raramente os bovinos com menos de dois anos. A explicação para isso, é que provavelmente as vacas adultas que adquiriram imunidade contra o carbúnculo transmitem esta propriedade aos terneiros.

A vacina contra o carbúnculo hemático é das mais eficientes que existe. Ela só exige um certo cuidado na sua aplicação, pois como a dose é muito pequena, é preciso usar uma seringa também pequena, e de plástico. A vacinação deve atingir todos os animais com mais de um ano de idade, e isto a cada seis meses. A primeira vacina deve ser aplicada no final do inverno e a outra no princípio do verão. Não devem ser vacinadas as vacas que estejam com mais de sete meses de gestação, pois a vacina pode provocar o aborto. Também não podem ser vacinados os animais que estejam cheios de feridas, com lesões generalizadas e profundas pelo corpo, ou vacas que recém pariram.



A doença raramente atinge animais com menos de dois anos

Carbúnculo sintomático e gangrena gasosa

São doenças diferentes, mas que andam sempre juntas. Tanto que a vacinação que serve como preventivo para o problema, pode ser aplicada numa única dose para evitar as duas de uma vez só. Estas doenças são transmitidas por germes — pequenos micróbios — e provocam infecções que podem até mesmo matar o animal.

O carbúnculo sintomático é provocado por um germe que é engolido pelo bovino juntamente com o pasto. Ele entra na circulação sanguínea do animal e vai se alojar nos grandes músculos de seu corpo, principalmente nas pernas. É por esta razão que a doença também é conhecida como "manqueira". O germe pode ainda, eventualmente, se alojar nos músculos do pescoço. Na gangrena, o germe se localiza em feridas externas no corpo do animal, provocando uma infecção.

O germe do carbúnculo causa lesões internas na região atacada, que fica dolorida e inchada, e provoca a formação de gás no meio dos tecidos. Ao se apalpar o músculo sente-se que o tecido está mole, exatamente por causa do gás que provoca a inchaço. Quando se corta a região atacada, dá para sentir um cheiro semelhante ao de manteiga rançosa, o que confirma o ataque do carbúnculo sintomático.

Se a doença não for tratada a tempo, o animal pode morrer, pois estes germes ao se multiplicarem lançam no organismo do bovino substâncias tóxicas. Com isto, o animal vai ficando abatido e com febre alta. O tratamento recomendado, no

caso da gangrena, é a limpeza da ferida, aplicação de um desinfetante e também de antibióticos. Para tratar o carbúnculo, primeiro é necessário fazer um corte na área inchada, colocando água oxigenada no interior do músculo, e administrar algum antibiótico para o animal.

ANIMAIS JOVENS

O carbúnculo sintomático só ocorre em animais jovens, e isto porque os bovinos com mais de dois anos já criaram, com o passar do tempo, uma resistência à doença. Esta imunidade foi adquirida com o próprio germe que provoca a doença, pois seguramente o animal já entrou em contato com ela. A exceção para esta regra é o animal estabulado, que por estar em confinamento nunca teve contato com o germe. Se o bovino criado desta forma não foi vacinado, pode adquirir a doença mesmo depois dos dois anos de idade.

Como prevenção contra o carbúnculo e a gangrena existe a vacina, que normalmente já é uma só para as duas doenças. Devem ser feitas duas vacinações, a primeira aos seis meses de idade e outra aos 18 meses. Há também vacinas separadas, específicas ou para o carbúnculo sintomático ou para a gangrena. A vacinação contra a gangrena não é uma recomendação de rotina dos veterinários. A prevenção se faz necessária apenas em propriedades onde já houve a ocorrência da doença, e deve ser repetida uma vez por ano. Para o carbúnculo bastam duas doses: uma aos seis e outra aos 18 meses de idade.

Tuberculose

É uma doença típica de gado leiteiro, pois ataca mais os animais que vivem em confinamento. A contaminação se dá através do alimento e da própria respiração, passando os germes da doença de um animal para o outro. É uma doença altamente contagiosa, e provocada pelo mesmo germe da tuberculose humana, podendo até mesmo ser transmitida para as pessoas que lidam com os animais doentes.

Enquanto no homem a forma mais comum de tuberculose é a que ataca os pulmões, nos bovinos predomina a infecção digestiva. Isto se explica porque os alimentos consumidos pelos animais não passam por nenhum processo anterior de descontaminação, como o cozimento. O germe da tuberculose entra no organismo do animal e se localiza num gânglio (conhecido como íngua ou carne morta), e ali pode ficar durante meses sem causar nenhum problema. Se o animal está em perfeitas condições físicas pode até acontecer do germe não provocar qualquer tipo de problema. Mas basta que alguma coisa reduza sua resistência — como uma alimentação desequilibrada — para que a doença comece a prejudicá-lo. Então o germe se desloca do gânglio para algum órgão, normalmente do aparelho digestivo, podendo ainda se localizar no úbere ou útero das vacas, ou até mesmo se generalizar por todo organismo.

DOENÇA CRÔNICA

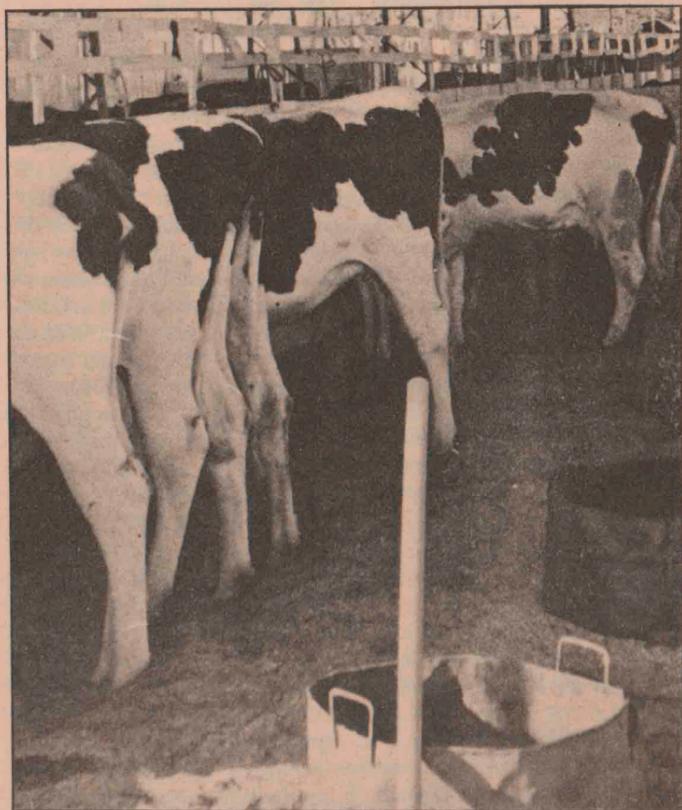
O grande problema da tuberculose é que ela é uma doença crônica. Até que o animal manifeste algum sintoma, já está doente há muito tempo

e, o que é pior, contaminando os outros animais do rebanho. Só na fase avançada da doença — o que acontece até dois anos depois que a tuberculose já está instalada no animal — podem aparecer alguns sintomas. Mesmo alimentando-se bem, o animal começa a perder peso a cada dia que passa. Este é o sintoma mais característico da tuberculose, que pode, entretanto, não aparentar qualquer outro sinal. Se a doença ataca o útero, por exemplo, a vaca não pega cria, e este problema pode ser atribuído a qualquer outra causa.

Existe tratamento contra a tuberculose bovina, mas ele nem é recomendado por se tornar anti-econômico. De tão caro e demorado, não compensa tratar um animal atacado pela doença. Quando a tuberculose é diagnosticada, o bovino deve ser imediatamente abatido em frigorífico, pois sua carne apenas se presta para o consumo humano depois de passar pelo processo industrial.

Para evitar os prejuízos da doença, o rebanho deve ser testado pelo menos uma vez por ano. Quem faz este teste são os veterinários injetando uma substância no animal que mostra uma reação caso esteja contaminado com o germe da tuberculose.

Por uma questão de saúde do próprio criador, é importante controlar a doença no rebanho, pois ela pode ser transmitida também para o homem, tanto através do leite, como da carne, e do próprio ambiente onde está o animal. Não dá para esquecer, entretanto, que o homem também pode transmitir a doença para o animal.



A tuberculose se propaga mais facilmente entre animais estabulados

Brucelose

A importância maior da brucelose não está especificamente nos seus níveis de incidência, que são muito menores do que os de outras doenças que atingem os bovinos, como a mastite ou mesmo a tristeza parasitária. A brucelose desperta atenção pelos riscos que oferece ao rebanho e principalmente à saúde pública, pois é transmissível para o homem.

A brucelose causa abortos nas fêmeas e esterilidade nos machos. Os sintomas, principalmente nas vacas, são difíceis de ser identificados, porque os abortos podem ser provocados por outra causa que não a brucelose. Inclusive uma vaca contaminada pode sofrer alguns abortos e depois disto ter um parto normal, só que geralmente o terneiro é muito fraco e acaba morrendo. Difícilmente os machos são atacados pela doença, mas quando isto acontece os sintomas são mais aparentes: seus testículos ficam bastante inchados, e o animal se torna estéril. As pessoas contaminadas pelo germe da brucelose também enfrentam uma série de problemas. As mulheres sofrem abortos, e os homens ficam estéreis. Além disso a brucelose provoca acessos de febre e artrite reumática, com dolorosas inflamações nas articulações.

A CONTAMINAÇÃO

Normalmente o animal se contamina com os germes da brucelose através da alimentação. Estes germes penetram no organismo do bovino e se alojam nos gânglios (que são conhecidos como íngua ou carne morta), sem provocar qualquer tipo de reação. Mas quando a vaca pega cria, os germes se deslocam para o útero, onde multiplicam-se rapidamente, provocando um aborto entre os seis e

oito meses de gestação. E este é o único sintoma da brucelose, pois ela não provoca nem febre e nem debilita o animal.

O homem se contamina ao beber o leite cru de uma vaca brucélica, ou através dos restos de um aborto ou mesmo de um parto (o feto, a placenta, o líquido). Estes restos contaminam também o local onde ficam esparramados, e os germes da brucelose vão infectar outros animais. É por isto que se recomenda a desinfecção destes locais, enterrando os restos e passando soda cáustica ou creolina em toda área.

VACINA

Para prevenir a brucelose, recomenda-se a vacinação das fêmeas com idade entre 4 a oito meses. Uma dose em toda vida do animal já é o suficiente. Os machos, que dificilmente são atingidos pela brucelose, não devem ser vacinados, porque a própria vacina pode provocar a infecção dos testículos. As pessoas que aplicam a vacina devem tomar muito cuidado na hora de dar a injeção, evitando que a agulha encoste em sua pele. Ao fincar a agulha em seu próprio corpo, a pessoa pode se auto-vacinar e pegar, desta forma, a doença. O animal, na hora da vacinação, deve ser então seguro de uma forma bem firme.

Existe tratamento contra a brucelose, mas ele é anti-econômico. O criador vai gastar muito dinheiro para recuperar a vaca, que não cobrirá com sua produção de leite todo o gasto com medicação. O animal com brucelose pode ser abatido na própria propriedade e sua carne consumida sem receio pelas pessoas, desde que bem cozida, pois o germe da brucelose é eliminado pelo calor.

Febre Aftosa

Se o animal estiver babando, com febre, e apresentar feridas na boca, nos cascos e nas patas, seguramente foi atingido pela febre aftosa. A doença não tem um alto índice de mortalidade, mas os prejuízos podem ser muito grandes: perda de peso dos animais e enfraquecimento geral, o que facilita o aparecimento de outras doenças.

A febre aftosa é provocada por um vírus que tem vários subtipos e provoca uma contaminação das mais fáceis, propagando-se pelos alimentos, pelo ar e pela água, e atingindo rapidamente um grande número de animais. Como a doença causa lesões na língua, o bovino vai perdendo inclusive pedaços deste tecido, começando a babar e não conseguindo comer. Isto sem contar que as feridas nos cascos e patas tornam muito dolorosa qualquer locomoção, e assim o animal também não consegue mais andar. Desta forma, o bovino vai enfraquecendo, e com o organismo muito debilitado, pode ser atingido por qualquer outra doença. A febre aftosa, em si, como explica o veterinário Otalíz de Vargas Montardo, não é uma doença mortal:

— Mas ela abre “as portas” para outras doenças, e o bovino pode morrer em função da fraqueza provocada pelo

surto de aftosa.

VACINA OBRIGATÓRIA

A prevenção da doença é feita a partir da vacinação periódica dos animais. Existe uma campanha oficial do Governo, que torna obrigatória a vacinação de todo rebanho a cada quatro meses. É que o poder de imunização da vacina tem um período muito curto, o que exige a sua repetição em pequenos espaços de tempo. Além disso, a febre aftosa é provocada por nada menos do que sete espécies de vírus, sendo que três deles são os que atingem os rebanhos brasileiros. Isto sem contar que cada vírus é dividido em subtipos, o que força a aplicação de vacinas polivalentes. Devem ser vacinados todos os animais da propriedade (inclusive ovinos), pois todos são atingidos pela doença mesmo que entre os bovinos exista uma maior sensibilidade.

Tratamento contra a febre aftosa não existe, pois os vírus são resistentes a antibióticos (da mesma forma como não se cura gripe, e sim se trata seus efeitos). A medicação recomendada inclui vitaminas e soros, para tentar recuperar um pouco o debilitado organismo do animal. Às vezes também são indicados antibióticos, mas isto para tratar outros problemas paralelos, como as infecções provocadas pelas feridas.

Carrapato traz a tristeza

Por causa do inverno muito úmido e quente do último ano, os carrapatos praticamente tomaram conta dos campos e dos pastos, atingindo um nível de infestação que nem os banhos carrapaticidas vêm conseguindo controlar. O carrapato, em si, não é o problema mais importante, e sim a doença que ele transmite aos animais, que é a tristeza parasitária. Ao se alojar no couro do bovino, e sugar o seu sangue, o carrapato injeta uma saliva cheia de micróbios que destroem os glóbulos vermelhos do sangue e assim causam a tristeza. Os carrapatos ainda são os responsáveis pela perda do valor comercial do couro dos bovinos e também por um certo atraso no seu desenvolvimento.

Só existe uma espécie de carrapato no Sul do Brasil, como explica o veterinário Otalíz de Vargas Montardo, mesmo que muitos produtores acreditem que mais de uma espécie infeste o rebanho. A confusão, segundo o veterinário, é causada pelo fato de que os carrapatos alojados no couro dos bovinos estão em diferentes fases de desenvolvimento, apresentando assim tamanhos e aspecto diferentes. Além disso, os machos são muito pequenos, enquanto as fêmeas adultas são bastante grandes. É que apenas as fêmeas sugam o sangue, e os machos alimentam-se unicamente da gordura do pêlo dos bovinos.

COMBATE

O banho carrapaticida é a medida mais importante para



O banho carrapaticida é uma das medidas de controle

controlar a infestação dos carrapatos já alojados no animal. Mas ele não tem qualquer eficiência para evitar a contaminação dos campos, já que é no solo que as fêmeas adultas vão depositar os ovos e dar início a um novo ciclo do carrapato. É por esta razão que se recomenda deixar os animais, depois do banho, num local onde as larvas do carrapato não possam se proteger do calor e do sol. Deve-se evitar, portanto, levar os animais de volta para o pasto, onde estas larvas podem se abrigar junto à raiz das plantas. O local ideal é uma mangueira ou um pátio, sem vegetação.

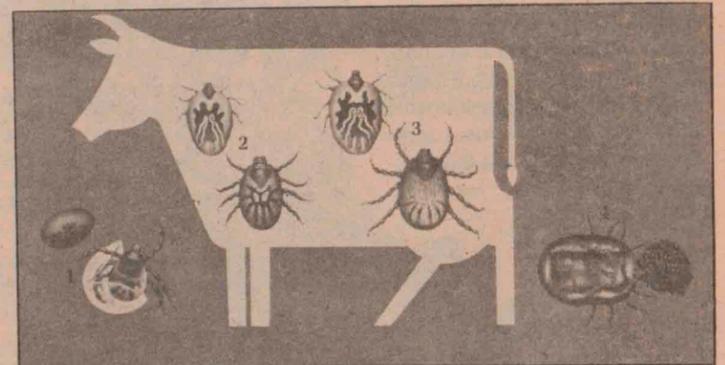
Nas propriedades onde o ataque de carrapatos é muito grande, devem ser feitas três aplicações de banho carrapaticida, mantendo o intervalo de 15 dias entre um banho e outro. Desta forma será possível cortar o ciclo do carrapato, que é de 21 a 25 dias no couro do animal. O banho deve ser dado quando o bovino estiver bem carrapateado, cuidando, porém

para que o número de fêmeas adultas não seja muito grande, pois assim as fêmeas conseguirão do mesmo modo colocar seus ovos.

Para evitar a contaminação dos pastos, a medida mais eficiente é a rotação de culturas, intercalando o plantio de lavouras e de pastagens. Se não existir o animal para os carrapatos se hospedarem, as larvas não conseguem sobreviver por mais de seis ou oito meses. Isto porque o carrapato é um parasita do bovino, e ele precisa se alojar no couro do animal e sugar o seu sangue para dar continuidade ao seu ciclo de desenvolvimento.

EQUILÍBRIO

Por incrível que pareça, é recomendado que não se elimine totalmente o contato do bovino com o carrapato. É necessário manter um certo equilíbrio na infestação, pois com a convivência controlada entre bovino e carrapato, o animal vai adquirindo imunidade contra a tristeza parasitária. Um



O CICLO DO CARRAPATO

- 1 — Os ovos são incubados no solo, em lugares quentes e úmidos, onde emergem as larvas.
- 2 — As larvas sobem no hospedeiro e sugam seu sangue. Ali realizam uma muda e se transformam em ninfas, que também se alimentam do sangue do bovino.
- 3 — As ninfas cheias de sangue realizam outra muda, de onde se originam machos e fêmeas. A fertilização é realizada no couro do bovino, após o que as fêmeas começam a ingerir uma grande quantidade de sangue.
- 4 — As fêmeas caem no solo, procurando um lugar úmido para a postura de seus ovos. Cada fêmea põe de 4 a 5 mil ovos.

bovino que nunca ficou carrapateado está sem imunidade contra a doença, que pode atingi-lo de uma forma violenta.

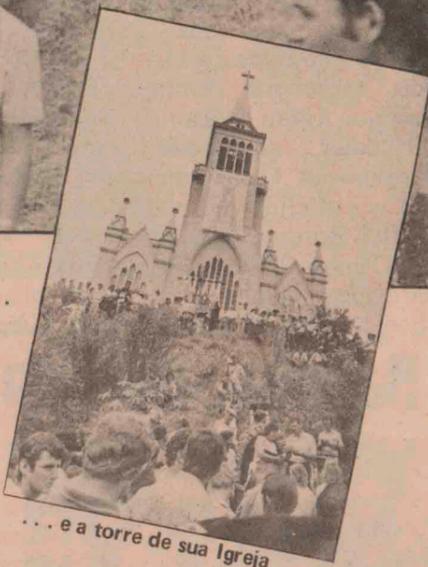
Normalmente a tristeza ocorre mais em novilhas, já que as terneiras são criadas encerradas e sem o convívio com os carrapatos. É por esta razão que os animais jovens devem entrar em contato com o parasita, pois nesta fase de sua vida a tristeza parasitária atinge o bovino numa forma benigna, pois os glóbulos de seu sangue são produzidos rapidamente.

Os sintomas da tristeza parasitária são febre alta e apatia. O animal pode até continuar comendo normalmente,

mas se afasta do restante do rebanho. Pode acontecer também de sua urina ficar escura, da cor de vinho tinto, e depois aparece um amarelão, que é identificado nas mucosas, nos olhos e na boca do bovino. Se não for tratada a tempo, com o auxílio de um veterinário, a tristeza pode até mesmo provocar a morte do animal. O socorro chegando no momento oportuno, pode recuperar até 90 por cento dos animais atingidos. O tratamento consiste na aplicação de antibióticos, um protetor hepático (para recuperar o sangue) e de soro. Em alguns casos também é preciso fazer uma transfusão de sangue.



A Romaria denunciou o projeto das barragens, tendo por cenário a vila de Carlos Gomes...



... e a torre de sua Igreja

Catando informações

A construção das barragens na bacia do rio Uruguai é considerada uma violência oculta pelos organizadores da Romaria da Terra porque as informações sobre o projeto estão sendo escondidas e disfarçadas pelos responsáveis por sua execução. As comissões de agricultores criadas nas regiões que serão atingidas, têm enfrentado enormes dificuldades em conseguir estas informações, sempre enfrentando a omissão das autoridades. Não sabem, nem ao menos, qual a data dos alagamentos, se existe algum projeto de reassentamento, quais os critérios de indenização, e assim por diante.

O que existe de concreto, por enquanto, são 16 propriedades indenizadas para a construção do canteiro de obras da usina de Machadinho, e também todo um trabalho de organização dos agricultores para negociar as futuras indenizações. Os atingidos não vão querer receber dinheiro pela terra e pelas benfeitorias que serão alagadas. Querem terra por terra, e terra no Rio Grande do Sul.

Pelo pouco que se sabe do projeto, serão 22 barragens construídas pelo Brasil e mais três barragens (Garabi, Roncador e São Pedro) em associação com a Argentina. No Cotrijornal de maio de 1980 foi publicada uma ampla matéria sobre isto. As obras deveriam iniciar agora, mas tudo foi retardado. O governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza, e o futuro governador do Estado, Jair Soares, garantem que nenhuma barragem será construída nos próximos 20 anos, o que transfere a discussão do problema para depois do ano 2.000. Mas Manoel Dornelles, diretor do escritório da Eletrosul em Erechim, afirmava numa entrevista ao jornal Zero Hora que não sabe de nenhuma outra versão do plano. Segundo ele, a barragem de Machadinho, a primeira a ser construída, deverá estar gerando energia em 1990 ou 1991, "no máximo". Para que isto seja possível as obras devem iniciar cinco anos antes, ou seja, já em 1985 ou 1986.

ÁGUAS PARA A MORTE

Um folheto da CPT distribuído antes da 6ª Romaria da Terra diz que a construção das barragens é "um dilúvio das águas para a morte. E tudo isso não porque falte energia para o nosso país, antes pelo contrário, temos energia sobrando, e muita. Mas essa catástrofe acontece unicamente porque os grandes grupos econômicos, por interesses gananciosos, simplesmente resolveram dividir a América do Sul em três grandes regiões: o Pólo Andino, o Pólo Amazônico e o Pólo do Cone Sul. O Cone Sul, que é onde estamos, vem de São Paulo para baixo, incluindo Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile. É onde querem colocar suas grandes indústrias modernas, especialmente as agro-indústrias, explorando a nossa mão-de-obra, energia e matéria-prima baratas; e, além disso, aproveitando-se da falta de leis sociais do trabalho e do controle da poluição. Isso significa que não virão aqui para fazer fraternidade, mas para alimentarem os seus falsos deuses: do lucro, do dinheiro, do poder".

ANTES QUE AS ÁGUAS CHEGUEM

Perto de 20 mil pessoas, a grande maioria agricultores, enfrentaram uma terça-feira de carnaval de muito sol e muito calor, entremeados por fortes pancadas de chuva, para participar da 6ª Romaria da Terra, realizada este ano em Carlos Gomes, uma localidade do município gaúcho de Viadutos. Entre os presentes também estavam 10 bispos, além de mais de duas dezenas de padres e também de freiras. Ninguém estava se preparando para passar uma noite pulando nos salões ou nas ruas, tentando espantar a tristeza com marchinhas de carnaval. A concentração servia para denunciar uma das grandes violências ocultas dos dias de hoje, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que organizou a mobilização. Esta violência é a construção de 25 barragens na bacia do rio Uruguai, que servirão para gerar energia elétrica, mas também alagarão uma área de 75 mil quilômetros quadrados, desalojando cerca de 150 mil pessoas, a maioria pequenos produtores rurais gaúchos e catarinenses.

Com o tema "Águas para a vida e não para a morte", foi encenada a Romaria, que teve missa, representações e denúncias, com o objetivo também de atrair a atenção do povo para o drama dos agricultores que terão suas terras alagadas. No cenário escolhido para a Romaria, dentro do espírito desta manifestação, Jesus Cristo estava sendo recrucificado junto com os fracos e oprimidos, que são no caso os agricultores diretamente prejudicados pelas barragens. Carlos Gomes, por exemplo, será uma localidade completamente sepultada pelas águas represadas por uma das barragens. Ali vivem atualmente cerca de 800 pessoas, que perderão suas casas, terras, lavouras e instalações. Toda vila será alagada, inclusive a Igreja construída no ponto mais alto da localidade.

ENCENAÇÃO DA VIA SACRA

Na primeira parte da Romaria foi encenada a Via Sacra. O palco foi uma carroceria de caninhão, e os atores eram colonos, moradores de vila e operários, auxiliados por religiosos e elementos da Comissão Regional de Barragens. O primeiro quadro da Via Sacra abordou exatamente a questão das barragens, com a representação de uma conversa entre agri-

cultores e um dirigente da Eletrosul (a empresa do governo responsável pela construção das barragens). Os atores eram colonos da própria região que será atingida. Enquanto o dirigente da Eletrosul falava que este projeto era um bem para o povo, um agricultor afirmava que se os colonos não foram consultados e nem existe projeto de reassentamento, não pode ser para o bem da classe. Uma agricultora falava das dúvidas sobre os destinos dos filhos, das criações, das lavouras, das escolas.

No segundo quadro a representação era das dificuldades vividas pelos agricultores, o que ficou a cargo de um pessoal de Venâncio Aires. Falaram dos preços dos produtos, da saúde e dos problemas de envenenamento provocados pelo uso de defensivos agrícolas. O terceiro quadro foi interpretado por moradores de vilas de Porto Alegre, que contaram as dificuldades de viver na periferia das cidades.

AS VITÓRIAS NA RESSURREIÇÃO

O quarto e último quadro era a Ressurreição, e foi encenado por agricultores de Erval Grande, Pelotas e Ronda Alta. Neste último município foi realizada a Romaria da Terra do ano passado, na Encruzilhada Natalino, onde estavam acampadas 200 famílias de colonos sem terra. Neste quadro se falou das vitórias que os agricultores têm conseguido com as suas lutas, como uma oposição sindical em Erval Grande e a própria compra de terra, por parte da Igreja, para reassentar famílias de Encruzilhada Natalino. A Via Sacra terminou em frente à igreja de Carlos Gomes, com o povo aglomerado em torno da cruz com cinco panos brancos que representam as mortes ocorridas no acampamento de Encruzilhada Natalino (veja Cotrijornal de fevereiro de 1982).

Já passava do meio-dia quando a primeira parte da Romaria foi encerrada. Uma chuva forte atrapalhou a sua continuidade, forçando muitos romeiros a se abrigarem dentro dos ônibus e impedindo que todos participassem da Tribuna Livre, onde mais denúncias e propostas de luta foram levantadas. Nem todos puderam entrar dentro da Igreja, onde mesmo com atraso a Tribuna era levada adiante. Assim que parou de chover, a programação continuou na rua. Agricultores, crianças, re-

presentantes de sindicatos e políticos, apontavam os problemas da classe rural, falando das deficiências do atendimento à saúde e previdência, da má distribuição de terra e de renda, do custo de produção, do baixo preço dos produtos.

O último ato da Romaria foi a missa, celebrada pelos bispos e alguns padres ali presentes. Por sinal, nunca uma Romaria foi tão prestigiada pela hierarquia da Igreja Católica brasileira, e teve a participação dos bispos de Cruz Alta, Santo Ângelo, Erechim, Passo Fundo, dois de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), Chapecó e Joinville (de Santa Catarina), Joazeiro (da Bahia) e também do bispo do estado do Acre, dom Moacir Grecchi, que é o presidente da Comissão Pastoral da Terra.

POR UMA NOVA SOCIEDADE

As palavras de dom Moacir, durante a missa, foram um chamamento para a organização do povo na busca de uma saída para mudar a sociedade. Segundo ele, "a sociedade brasileira não está organizada para produzir a vida. Ela está organizada para produzir a morte", fazendo uma ligação não só com a questão das barragens e com o próprio tema desta Romaria, como também com a situação de vida dos pobres e oprimidos de todo Brasil. Ele se referiu, por exemplo, às dificuldades enfrentadas por agricultores expulsos da área de Itaipu e reassentados no Projeto Rio Branco, no Acre. Não há, de acordo com as palavras do bispo, a menor estrutura e a menor assistência para as famílias transferidas para lá. Famílias inteiras são mortas pela malária, pois não há um controle da doença, e além disso não existem nem estradas para o escoamento das safras nas épocas de cheia.

Também as palavras do bispo de Chapecó, dom José Gomes, empolgaram os participantes da missa. Ele falou que o suor do trabalho dos agricultores derramado na terra não será indenizado, e questionou as declarações de que as barragens trarão benefícios à população brasileira, perguntando por que não são divulgados os detalhes do projeto. Dom José ainda colocou que, apesar dos protestos, as barragens certamente serão construídas. Mas alertou:

— Não nascemos para ser ovelhas. Não ficaremos quietos na hora de ir para o matadouro.

A solução para a conta do Proagro

Quem plantou trigo ou outra cultura, na última safra de inverno, e enfrentou frustração, poderá saldar o débito não coberto pelo Proagro com a atual safra de verão, que começa a ser colhida. O Banco Central determinou que as agências do Banco do Brasil concedam prazo de espera aos produtores, mesmo porque não haveria como contar com o pagamento destas dívidas de outra forma.

Segundo Jorge Serpa, gerente da agência do Banco do Brasil em Ijuí, esta recomendação, que vale também para todos os demais municípios da zona de produção do trigo, beneficia muita gente. "Esta é a situação da expressiva maioria dos produtores", diz ele, referindo-se aos agricultores que até agora não pagaram a parte do financiamento que o Proagro não cobriu.

O produtor deve se dirigir ao Banco logo depois da safra, para saldar a dívida de uma só vez. Este débito, que deveria ter sido pago no final de dezembro último, se não tivesse ocorrido frustração da safra, não terá correção nem juros de mora. O Banco cobrará apenas a taxa normal de custeio em vigor na época em que o financiamento foi tomado, ou seja, 45 por cento ao ano.

Cotrijuí: maior contribuinte de ICM no Mato Grosso do Sul

Mais uma vez a Cotrijuí recebe um troféu de maior contribuinte de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) no Mato Grosso do Sul. A Cooperativa foi a empresa que mais arrecadou este imposto no Estado, recebendo como prêmio um troféu da revista Fiscomat, responsável pela promoção. O segundo maior contribuinte foi o frigorífico Bordon, instalado em Campo Grande; em terceiro lugar ficou o Frigorífico Kaiowa, de Anas-

tácio; em quarto a Cotrisa, que assim como a Cotrijuí atua em diversos municípios do Estado; em quinto lugar ficou o Frigorífico Dourados, de Dourados.

O troféu de maior contribuinte foi entregue ao diretor regional da Cotrijuí no Mato Grosso do Sul, Nedy Rodrigues Borges, das mãos do secretário da Fazenda do Estado, Gentil Zocante, durante uma solenidade promovida pela revista Fiscomat.



Banana, mesmo com geada



As geadas sempre foram um problema para os produtores da região que pensam em cultivar banana em seu quintal. Mas seu Arnaldo Goergen, de Bom Princípio (Augusto Pestana), conseguiu superar este impasse, cuidando de proteger a muda contra as geadas. Ele também atentou de implantá-la num solo hortado com água em abundância. Seu Arnaldo trouxe a muda de Seberi, isto há três anos, e a bananeira morreu no primeiro ano por causa da geada, mesmo assim conseguindo produzir um cacho com 192 bananas. Ele replantou e, em novembro do ano passado, a bananeira recomeçou a produzir, comportando cinco cachos.

Quatro gerações



Quatro gerações de uma família de Marmeleiro, Augusto Pestana: Maria Guilhermina Frantz, está com 89 anos; sua filha, Elsa Frantz Scherer, tem 53 anos; a neta, Maritê Scherer Wiltner, 32 anos; e a bisneta, Ivana Regina Wiltner, tem quatro anos.

Contra Oídios e Ferrugens do trigo, SaproI[®] BR é a única solução líquida e certa.



- SaproI BR é um moderno fungicida sistêmico, preventivo e curativo.
- SaproI BR é líquido, mais fácil de aplicar.
- Recomendado pelas Comissões Norte e Sul Brasileira de Pesquisa de Trigo.
- Dispensa o uso de espalhante adesivo.

SaproI[®] BR



SaproI é marca registrada da Celamerck GmbH & Co. KG - Ingelheim am Rhein - República Federal da Alemanha. Registrado na Divisão de Defesa Sanitária Vegetal sob o nº 030078 - Registrante: Boehringer & Cia. Ltda.

Com a segurança **Hoechst**



COTRIEXPORT - CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

INVESTIMENTO EM SEGURO, SEJA INCÊNDIO, VEÍCULOS, ROUBO, VIDA, ACIDENTES PESSOAIS E OUTROS, REPRESENTA TRANQUILIDADE CONTRA AS INCERTEZAS DO DIA-A-DIA.

A COTRIJUI ATRAVÉS DE SUA CORRETORA DE SEGUROS, PRESTA TODAS AS INFORMAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

Em Ijuí: Rua das Chácaras 1513 - fone 332-1914 ou 332-2440 ramal 364
Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342 5º andar - fone 33-50-32

Isca com Aldrin por mais dois anos



Com o fim da proibição, a indústria retirou o cartaz onde fazia sua queixa

Os produtores gaúchos poderão continuar usando venenos para formiga fabricados com Aldrin, um produto clorado que tinha sua utilização proibida no Rio Grande do Sul desde julho do ano passado. O governo decidiu reestudar o assunto, depois de decretar a proibição do Aldrin e de permitir o uso do tal de Mirex. Acontece que esta decisão provocou uma grande polêmica, porque beneficiaria uma multinacional e prejudicaria pequenas empresas gaúchas.

Foi no final do ano passado que a Blitz, uma empresa de Ijuí que tem três fábricas de formicidas, começou a protestar contra o decreto 30.787. Os dirigentes da Blitz não aceitavam o argumento do governo, de que o Mirex era menos nocivo à saúde que o Aldrin. E lembravam que, na verdade, a decisão favorecia um grande grupo, que controla a fabricação do Mirex, um veneno reconhecidamente cancerígeno. Estudiosos do assunto opinaram sobre a questão (veja Cotrijornal de setembro de 82), e a medida foi reestudada.

No início de fevereiro, o diretor de uma das fábricas da Blitz, Fridthold Kelm, foi informado pelo secretário da Agricultura, José Alfredo Marques da Rocha, de que o formicida com Aldrin poderia ser usado por mais dois anos. Esta decisão foi tomada em conjunto pelas secretarias da Agricultura, da Indústria e Comércio e da Saúde e Meio Ambiente, com a participação da Sociedade de Agronomia do Estado e Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

Os técnicos chegaram à conclusão de que não há, na verdade, muita diferença entre um veneno e outro, e sugeriram uma alteração na lei. Isso beneficia não só a Blitz, mas também a Landrin, de Carazinho, que fabrica formicidas com Aldrin. Em Ijuí, o seu Kelm já havia até colocado sua fábrica à venda. Ao receber a informação do secretário, ele mandou retirar da frente do prédio uma faixa que havia colocado ali com a seguinte queixa: "Vende-se esta propriedade. Trocaram-nos por uma multinacional".

Jarbas continua na Fecotrigo

Dirigentes cooperativistas de todo estado reelegeram Jarbas Pires Machado como presidente da Fecotrigo (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul) por um período de mais três anos. A Assembléia da Federação foi realizada dia 11 de março, em Porto Alegre, e também confirmou o nome de Mário Krul Guimarães como vice-presidente.

O novo Conselho Fiscal é formado por João Cesca, da Cotripal; Setembrino Pagnussatti, da Cotrirel; e de Adagyr Rorato, da Coopsil. Os suplentes

são Aquelino Dalia Libera, da Coopibi; Raul Annes Di Primo, da Cosul; e Telmo Wolmann, da Cotricasul.

No Conselho de Administração estão Alceu Cunegatto Marques, da Camil; Julio Gasparotto, da Coopasso; Luiz Laurindo Gracioli, da Cotrisal; Jandyr Schau de Araújo, da Cotrisa; José Luiz Leal, da Cotrijuc; Terciso Redin, da Cotrisul; João Francisco Martins, da Cosulagri; Eclair Dumoncel da Rosa, da Cotrisabal; e José Jairo Teixeira, da Triticola São Gabriel.

Um anestesista para o Bom Pastor

A ausência de um anestesista já atrapalhou bastante o perfeito atendimento médico e hospitalar pretendido pelo Hospital Bom Pastor de Ijuí, que faz parte de um grupo hospitalar subsidiário da Cotrijuí. Nos casos de cirurgia, por exemplo, estava sendo necessário deslocar um anestesista do Hospital de Santo Augusto. A partir de março, porém, isto não é mais problema, pois foi contratado o serviço de um médico anestesista para Ijuí.

O médico é Carlos Dutra,

formado pela Fundação Faculdade Católica de Medicina, de Porto Alegre. Ele fez residência durante três anos no Hospital de Clínicas, especializando-se em Anestesiologia e Dorologia, e também fez um curso de extensão universitária em Anestesiologia Condutiva.

Com a chegada de Carlos, a equipe médica do Bom Pastor recebeu um bom reforço, pois já é integrada por um clínico geral, um cirurgião, um pediatra, e um ginecologista e obstetra.

SEMENTES



COTRIJUI

- CAPIM GUENOARO
- SETÁRIA NANDI (semente básica)
- RHODES CALLIDE (semente básica)
- SETÁRIA NAROC
- PÂNICO CV. RIVERDALE
- ALFAFA CRIOLA

Informações junto ao Departamento Técnico, nas unidades da Cotrijuí

Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. Rua das Chácaras, 1513 Fone: 332-2400 Ijuí - RS

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ

Rua 14 de Julho, 146 - IJUÍ - RS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem os estatutos e a legislação vigente, convoca todos os associados e trabalhadores vinculados a este Sindicato, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no dia 31 de março de 1983, na sede social do Sindicato situada à rua 14 de Julho, 146, nesta cidade de IJUÍ-RS, às 8,00 horas em primeira convocação; em segunda convocação às 8h30min e em 3ª (terceira) e última convocação às 9,00 horas, com qualquer número de associados presentes, para tratar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

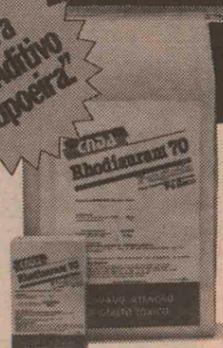
- 1) Deliberar sobre a necessidade ou não de firmar Convenção Coletiva de Trabalho;
- 2) Em caso afirmativo, decidir sobre condições de trabalho e de remuneração;
- 3) Em caso de malogro nas negociações, decidir sobre a instauração do Dissídio Coletivo, votando bases para acordo e para julgamento, pela Justiça do Trabalho;
- 4) Autorização de desconto em favor do Sindicato;
- 5) Dar poderes ao Presidente do Sindicato para encaminhamento de ambos os processos, assinar acordo e outorgar mandato de procuração.

IJUÍ, 16 de março de 1983
Carlos Karlinski - presidente

Atenção.

A Helminthosporiose vai atacar na safra que vem. Use Rhodiauram 70 agora para não perder seu trigo.

"Agora com Aditivo Antipocstra"



Devido à grande ocorrência de Helminthosporiose nesta safra, é quase certo que as sementes que você for plantar agora estejam infectadas com fungos dessa doença. A Helminthosporiose, você sabe, é uma doença danada. Ao atacar a parte aérea, faz o estrago que você já conhece. Ao atacar as raízes, provoca podridão no sistema radicular, debilitando a planta e tornando-a suscetível a outras doenças. Mas o pior de tudo isso é que quando a Helminthosporiose aparece, não tem mais remédio. O único remédio é a prevenção. Previna-se já com o único produto que pode evitar a destruição de seu trigo pela Helminthosporiose: Rhodiauram. Veja o que diz o trabalho "Saúde de Sementes de Trigo no Paraná e seu Efeito na Infestação

do Sistema Radicular", publicado nos resumos e comunicados técnicos do XII RENAPET. "Tratamento de sementes com Thiran" mostrou menor infestação da doença** no

sistema radicular das plantas, e também a menor taxa de infecção dessa doença, comparando-se com sementes não-tratadas". Portanto, na próxima safra, trate as sementes do seu trigo com Rhodiauram. Você vai ver seu lucro nascer e crescer.

*Rhodiauram **Helminthosporiose

CNDIA - Cia Nacional de Defesa do Produto Agrícola
Av. Marechal Deodoro, 150 - São Paulo, SP
Nome: _____ Cargo: _____
Data: _____
Deixe receber o produto em nome de _____
Assinatura: _____

A habilidade em costura em Rosário e Formigueiro

O encerramento dos cursos de corte e costura nas localidades de Rosário e Formigueiro, em Augusto Pestana, foi motivo de festa para as duas comunidades. Os cursos tiveram sua realização coordenada pelo setor de comunicação e educação da unidade, e tiveram como instrutora a professora Liane Maria Ketzer. No encerramento, as participantes prepararam comes e bebes, organizaram um desfile das peças que confeccionaram e ainda por cima aproveitaram a oportunidade para divertidas danças que envolveram os moradores das duas localidades.

O encerramento em Rosário aconteceu no dia dois de março, e contou ainda com a presença de Iolanda Teixeira, responsável pelo trabalho nos núcleos de senhoras e filhas de associados em Augusto Pestana; de Liane Ketzer, a professora; e do técnico agrícola Anilton dos Santos, que atende a região.

As concluintes do curso em Rosário foram: Alvanir Mirian Scarton, Beatriz Fracaro, Cecília Armany, Claires Paschoal, Clarice Anesi, Dozolina Lagunde, Iris Fritz Arnold, Isabel Anesi, Loiva Klein, Loni Fritz, Maria Elena Scarton, Maria Jacinta Scarton, Maria de Lurdes Tissot, Marli Pletsch, Marli Scarton, Marta Regina Scarton, Neuza Scarton, Normi Heign, Renate Ladwig, Solange Heberard, Sueli Tissot e Valesca Bletsch.

Em Formigueiro o encerramento aconteceu no dia três de março, contando com a participação de Iolanda Tei-



As participantes do curso em Formigueiro



No encerramento em Rosário foram realizadas várias brincadeiras

ra e Liane Ketzer, e também do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, Bruno Van der Sand, e de sua esposa, dona Hedi. Concluíram o curso nesta localidade: Alice Menegol, Beatriz Zardim, Celir Scarton, Delonice Marinho, Delonir Marinho, Eli Gishlene, Inês Fátima Froner, Leda Vieira, Luci Paschoal, Marilene Paschoal, Marisa Paschoal, Marli Zardim, Nadir Neuberger, Neiva Barbosa, Neli Neuberger, Neli dos Santos, Noemi Barbosa, Noemi Nogara, Odete Barbosa, Santina dos Reis, Sueli Froner, Loreni Gishlene e Sueli Nogara.

Nas duas confraternizações, a professora Liane Maria

Ketzer agradeceu o carinho e a atenção recebidos das comunidades durante o período em que ali permaneceu. Também Iolanda Teixeira elogiou o trabalho nos núcleos, ressaltando o fato de ele ser feito em conjunto e surgir como consequência da própria organização das comunidades. O fundamental, segundo ela, é que os grupos se organizem através da união das pessoas e da participação da família como um todo. Iolanda ainda destacou que o encerramento dos cursos representa o final apenas de uma etapa técnica do trabalho, que deve ter prosseguimento através do esforço dos núcleos como comunidade.

A mulher e seu duplo trabalho

Maria Adelaide Camacho

O trabalho da mulher identifica-se com os esforços físicos e também intelectuais que ela desenvolve para levar ao fim, diariamente, suas tarefas como dona-de-casa e como agente econômico. Este trabalho é de grande importância para a comunidade, pois além de contribuir para a formação da riqueza nacional tem um enorme significado para a família, pelos grandes benefícios e satisfações que lhe proporciona. Por outro lado, o trabalho da mulher também se caracteriza por uma enorme diversidade de tarefas, que vão desde o trabalho da terra, passando pelas atividades essencialmente domésticas (cozinhas, lavar, passar, etc), até o acompanhamento e orientações dos filhos.

Pode-se até mesmo afirmar que o valor do trabalho executado pelas donas-de-casa, tanto rurais como urbanas, é superior ao valor do trabalho executado mediante uma remuneração — o salário — pelo conjunto de homens e mulheres que exercem atividades remuneradas. Quando se fala em dona-de-casa rural, percebe-se seu duplo papel na economia: ela realiza o trabalho doméstico e o trabalho para o mercado agropecuário, cuidando dos animais, da horta, auxiliando nas atividades da lavoura. São duas atribuições que ela acumula, como atividades que ela não pode deixar de fazer.

SEM RECONHECIMENTO

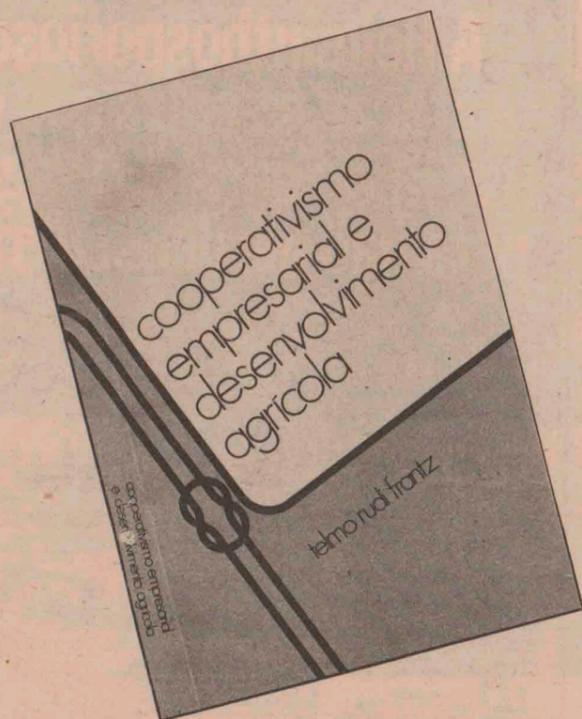
A mulher está cada vez mais condicionada pelo processo capitalista — onde o importante é o lucro —, mas ela nem chega a colher o fruto do seu trabalho. Na verdade, todo este processo não inclui a mulher como agente econômico, e ela nem ao menos existe na políti-

ca de distribuição de riqueza. A falta de reconhecimento do trabalho feminino é uma realidade antiga, e não se limita apenas ao trabalho da dona-de-casa rural, mas sim o da mulher como um todo. As raízes dessa desvalorização podem ser encontradas na própria história do mundo, onde sempre foi negado à mulher o direito de participar e tomar decisões. Todo este processo, conseqüentemente, fez com que a mulher se tornasse um membro aparentemente inútil e o seu trabalho se tornou praticamente uma mão-de-obra "fantasma".

Esta situação permanece até hoje. Junto com o homem e na família, a mulher soma atividades e é um elemento que de forma alguma pode ser substituída ou faltar. A ausência da mulher, implicaria na desestruturação familiar e, conseqüentemente, num colapso da economia.

AUTO-VALORIZAÇÃO

O processo de reconhecimento de todo este trabalho deve começar pela valorização daquilo que é feito pela mulher. Em primeiro lugar, a própria mulher deve entender que é um agente de produção econômica e que seu trabalho é importante. Deve ainda entender que é responsável pela educação das mulheres e dos próprios homens que constituirão o futuro, e que ela pode ser um agente de transformação desse futuro. A partir do momento em que a mulher reconhecer que é importante, e que tem um valor igual ao de qualquer pessoa, ela não precisará provar nada. Será consciente e tomará decisões, participando e tendo acesso a todos os direitos que como ser humano a mulher faz juz.



O CASO COTRIJUÍ

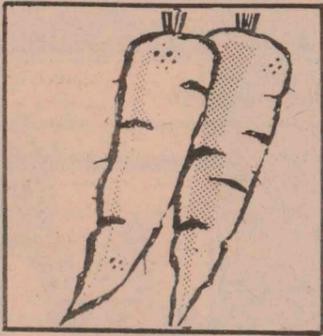
Um livro que conta o desenvolvimento da agricultura regional, analisando a fundação e o crescimento da Cotrijuí. Os 25 anos de história da Cooperativa estão nas páginas deste livro escrito por Telmo Frantz

A venda na livraria da Fidene, em Ijuí

A LAVOURA NO MÊS

QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/VARIEDADES/ÁREA

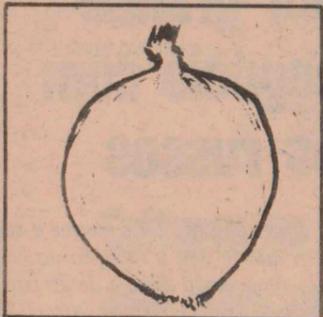
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Repolho			12 m ² Coração de Boi e Mat- Matzukase				12 m ² Matzukase Chumbinho				12 m ² Matzukase Chumbinho	
Couve			12 m ² Manteiga				12 m ² Manteiga					
Rabanete	4 m ² Saxa Redondo vermelho		4 m ² Saxa Redondo vermelho		4 m ² Saxa Redondo vermelho		4 m ² Saxa Redondo vermelho		4 m ² Saxa Redondo vermelho		4 m ² Saxa Redondo vermelho	
Rúcula	6 m ² Cultivada			6 m ² Cultivada			6 m ² Cultivada			6 m ² Cultivada		
Cenoura			18 m ² Nantes						18 m ² Kuroda			
Alface	12 m ² Kograner e Maravilha vermelha		12 m ² Boston Branca e Rainha Mai		12 m ² Boston Branca e Rainha Mai		12 m ² Boston Branca e Rainha Mai		12 m ² Kograner e Maravilha vermelha		12 m ² Kograner e Maravilha vermelha	
Beterraba			18 m ² Tall Top						18 m ² Tall Top			
Tomate	50 plantas Yokota							50 plantas Koda P. Gig.				
Pepino	50 plantas Wisconzi							50 plantas Wisconzi				
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								



HORTALIÇAS DIVERSAS

Março e abril são os meses de maior produtividade nas hortas domésticas, pois é justamente neste período, de temperaturas mais amenas, que o clima é favorável ao desenvolvimento da maior parte das hortaliças. Repolho, couve, rabanete, rúcula, cenoura, alface, beterraba e cebola, são semeados bem nestes meses.

A tabela ao lado sugere outras épocas de semeadura, fora dos períodos considerados tradicionais, mas mesmo assim importantes, pois mantém a propriedade sempre com hortaliças para o consumo da casa.



CEBOLA

Na Região Pioneira a cebola vem sendo utilizada largamente para o consumo familiar e, em menor escala, com interesse comercial.

A variedade Baia Periforme é a que melhor tem se adaptado na região. Apresenta boa produtividade e maior durabilidade na armazenagem. As demais variedades não estão sendo recomendadas na região.

A terra a ser utilizada na semeadura em canteiros deverá sofrer uma leve compactação para facilitar a germinação. A quantidade de sementes a ser plantada vai depender do destino que o produtor dará à produção.

Levando em conta experiências de comercialização de anos anteriores, o pessoal técnico recomenda um retardamento na entrega da produção, pois é a

partir do mês de janeiro que aparecem os melhores preços.

ALHO

Como está chegando o período de plantio de alho, o Departamento Técnico da Cotrijuí está fazendo algumas recomendações importantes e que devem ser consideradas se o associado quiser obter bons resultados na lavoura. Na hora do plantio, o produtor precisa considerar duas situações bem distintas que se apresentam na região. Uma delas seria a de que as sementes distribuídas pela Cooperativa, que são tratadas contra algumas pragas, podem apresentar chochamento devido aos cortes ou pelo fato de estarem ensacadas por muito tempo. Uma segunda situação acontece com o caso da semente própria, que embora não apresente chochamento pode estar infestada de pragas.

Por causa destas duas situações, todo o plantio de semente própria deve ser precedido de análise da semente para verificar a existência ou não de pragas. Quando estas existirem, o caminho a seguir é um tratamento de acordo com a orientação técnica. O alho que apresentar chochamento deve ser plantado em separado, de preferência em canteiros e bem longe das sementes saudáveis.

O alho não deve ser cultivado em áreas úmidas, e variedades como a Portela se adaptam melhor em terrenos com fertilidade média. O alho Portela pode até ser prejudicado se o solo for fértil demais.

Observação: As sugestões para as épocas de semeadura são aproximadas. Nada impede que algumas delas sejam antecipadas ou retardadas. As áreas propostas, medindo 12 por 13 metros, procuram garantir a existência de hortaliças suficientes para o consumo de uma família de cinco elementos. Esta sugestão permite que o produtor possa dispor de hortaliças em qualquer época do ano.

Brasileiro, solteiro, vacinado.



As Vacinas Irfa imunizam os rebanhos contra a febre aftosa, garantindo saúde aos animais e maiores lucros ao criador.

É um produto totalmente gaúcho, com a qualidade e eficiência Irfa.

Prestígio o que é nosso.



Vacinas Irfa
Instituto Riograndense
de Febre Aftosa

Comercialização

O POOL GANHANDO MERCADOS

O pool de comercialização das cooperativas gaúchas, criado em dezembro com a intenção de conseguir uma melhor remuneração para a soja, nem bem iniciava suas atividades e já encontrava pela frente um mercado conturbado. A decretação do confisco e os reflexos da recente maxidesvalorização do cruzeiro, atrapalharam as tentativas de fechar contratos de comercialização através deste consórcio de cooperativas. O pool atua como uma central de informações sobre preços de mercado e ainda como intermediário entre as cooperativas e os compradores de soja. Com o confisco e com a máxi, a primeira reação do mercado foi de retração. Nenhuma cooperativa se arriscava a vender sua produção, enquanto a situação não melhorasse.

Mesmo diante dos impasses iniciais, os operadores do pool mostravam-se bastante satisfeitos com os primeiros resultados. Antes da parada do mercado, mais de 60 por cento das cooperativas gaúchas já tinham se utilizado da Central de Informações do pool. "Começamos muito bem, até que sofremos o impacto do confisco, que não só paralisou o mercado, como também atrapalhou os nossos primeiros contatos com as cooperativas, que no momento não tinham interesse em comercializar sua produção com uma taxa tão elevada", lamenta o Ricardo Leão, que juntamente com Larry Pinto de Farias Filho e José Strázulas forma o grupo de operadores do pool.

DÚVIDAS

Segundo o Ricardo Leão, não restam dúvidas de que a receptividade do pool entre as cooperativas está sendo muito boa. "O que pode existir ainda é alguma dúvida de uma ou outra cooperativa com relação ao seu funcionamento. Talvez seja até por esta razão que ainda não tenham solicitado os nossos serviços", conta o Ricardo. Com a redução do confisco, os operadores garantem que as coisas se normalizarão rapidamente, e o mercado voltará a se agitar.

Tanto os operadores estavam certos, que ainda na mesma semana em que foi reduzido o confisco de 20 para 5 por cento, as cooperativas gaúchas, através do pool, fechavam o primeiro grande negócio de exportação de soja em grãos com a empresa Cobec (Ver no quadro ao lado).

À FRENTE DO MERCADO

Nas metas traçadas pelas próprias cooperativas, o pool fica na obrigação de informar, diariamente, a todas as cooperativas a situação do mercado, "independente do tamanho e da distância da cooperativa, para colocá-la à frente do merca-

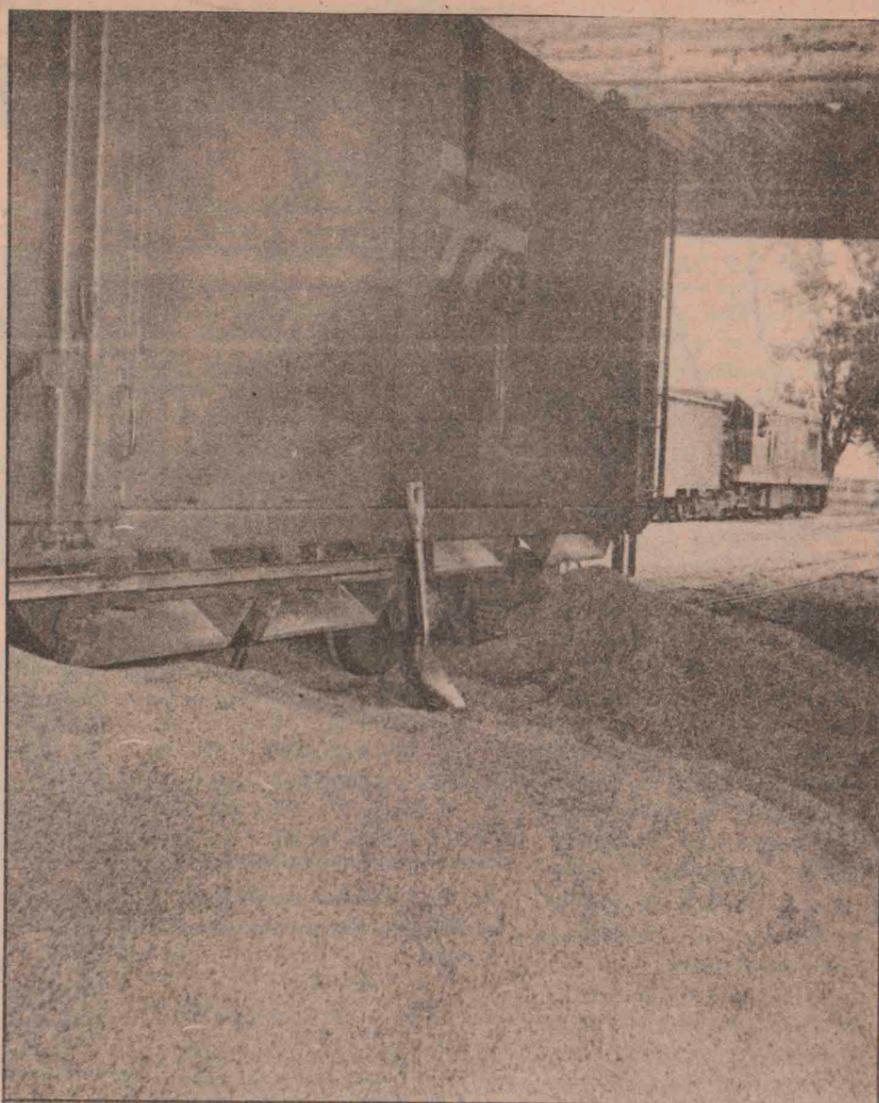
do ao mesmo nível de outras cooperativas de maior porte. Queremos que as cooperativas menores ou menos estruturadas tenham o mesmo acompanhamento de comercialização das demais", falou o Ricardo Leão.

Uma outra meta que o pool já começa a colocar em prática, é a organização de um banco de estatísticas, para onde estão sendo encaminhadas todas informações enviadas pelas cooperativas, desde recebimento de soja, estoques, vendas e compras. Este banco de estatística vai auxiliar os operadores na racionalização do escoamento da produção. O Ricardo até chega a citar um exemplo bem simples de racionalização de custos e que pode muito bem ser seguido pelas cooperativas, desde que elas se aproximem ainda mais: a Cooperativa de Santa Rosa fez um contrato de exportação e precisa levar a produção até Rio Grande, enquanto a Cooperativa de Pelotas vendeu produto para Canoas. As duas cooperativas estarão racionalizando custos, com economia de fretes, se fizerem uma permuta: a Cooperativa de Pelotas leva a produção até Rio Grande e a de Santa Rosa entrega em Canoas. "De uma aproximação maior entre as cooperativas, vai depender qualquer racionalização no escoamento da produção comercializada", explica o Ricardo.

OBRIGAÇÕES

Mas não é só o pool que tem compromissos e obrigações a cumprir com as cooperativas. Para que haja eficiência nas transações comerciais, ("e o que queremos é buscar eficiência e não ganhos", explicou o Ricardo), as cooperativas também têm deveres a cumprir, como o de ofertar toda a sua produção ao pool antes de vendê-la a outros compradores. Devem também comunicar sempre as ofertas de preço de outros compradores, para que possa compará-lo com as informações de preços que dispõe, e depois repassá-las as demais cooperativas. Devem ainda manter o pool sempre informado sobre a produção recebida, a produção necessária para o consumo próprio e a produção disponível para a venda.

Ainda dentro das obrigações, conta a de que as cooperativas deverão contribuir com uma taxa de 0,05 por cento sobre o total da produção de soja recebida, o que corresponde a mais ou menos Cr\$ 2,00 por saco de soja. Caso a cooperativa comercialize a sua produção através do pool, pagará mais a contribuição de outros 0,05 por cento sobre o valor do produto vendido. Os recursos captados através destas duas taxações serão utilizadas para cobrir salários e encargos, despe-



Perto de 80 por cento da safra gaúcha deverá ser comercializada através do pool

sas com telefone, telex, xerox, viagens e estadias do pessoal que trabalha no pool.

GARANTIAS

Dentro das normas operacionais que asseguram o funcionamento do pool e garantem certeza nos negócios para as cooperativas, ficou estabelecido que toda a vez que o volume de soja oferecido pelas cooperativas for superior à procura de compra encontrada, será feito um rateio proporcional às ofertas de cada cooperativa, para que nenhuma fique prejudicada. Nas ofertas recebidas pelo pool os preços deverão ser líquidos, já tiradas as comissões de corretagem. A mesma coisa deverá acontecer com os preços indicados pelo pool. Toda a vez que uma cooperativa oferecer soja através do pool por tempo determinado, não poderá, nesse meio tempo, oferecer a um outro comprador. O pool, por sua vez, não pode aceitar oferta de soja das cooperativas através de corretores. A transação entre pool e as cooperativas deverá ser direta.

RODÍZIOS

Criado e oficializado durante o Terceiro Seminário de Cooperativas Gaúchas ligadas ao sistema Fecotriga, realizado em Porto Alegre, nos dias 18, 19 e 20 de janeiro, o pool está instalado no 15º andar do edifício da Fecotriga, na rua Andrade Neves, número 106.

A coordenação geral das atividades desenvolvidas pelo pool está a cargo dos presidentes da Fecotriga e da Central-sul, Jarbas Pires Machado e Hermann Strobel, respectivamente. A administração geral fica a cargo de três comissões formadas por três representantes das nove regiões. Estas comissões, além de traçar as normas operacionais e funcionais do pool, farão rodízios de fiscalização nas suas atividades administrativas.

Um grande negócio com OS RUSSOS

Antes mesmo de encerrar a semana em que se deu a redução do imposto de exportação da soja de 20 para 5 por cento (veja na página central), as cooperativas gaúchas do sistema Fecotriga, através do pool de comercialização a qual estão integradas, fechavam o seu primeiro grande negócio de exportação de soja em grão da safra deste ano. Quinze cooperativas gaúchas serão beneficiadas com esta exportação.

A transação comercial das cooperativas num total de 60 mil toneladas, alcançou um valor estimado em perto de 14 milhões de dólares (mais de Cr\$ 5,5 bilhões). A soja vendida para a empresa Cobec (Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio), deverá ser embarcada em abril, tendo por destino a União Soviética. Segundo os próprios operadores do pool, encarregados pela intermediação, as negociações foram rápidas e aconteceram em menos de dois dias.

Ainda na semana passada, o pool já havia comercializado no mercado interno quase um milhão de sacos de soja (60 mil toneladas). As expectativas de comercialização para esta safra são de que o pool consiga colocar no mercado, perto de 80 por cento de toda a safra colhida no Estado. Isto significaria a comercialização de mais de quatro milhões de toneladas de soja, de uma colheita total estimada em 5,5 milhões de toneladas nesta safra.

Caderno de Balanço

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/82



COTRIJUI

Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda.



A T I V O

<u>CIRCULANTE</u>			
<u>DISPONIBILIDADES</u>			
BENS NUMERARIOS	36.024.617,35		
DEPOSITOS BANCARIOS A VISTA	<u>411.161.270,51</u>	447.185.887,86	
<u>CLIENTES</u>			
DUPLICATAS A RECEBER	1.695.155.937,06		
TITULOS DESCONTADOS	(229.259.068,00)		
PROVISAO P/CREDITO LIQ. DUVIDOSA	(13.051.973,73)		
CLIENTES NO EXTERIOR	<u>870.591.924,98</u>	2.323.436.820,31	
<u>ASSOCIADOS</u>			
CONTA PARTICULAR	2.629.369.665,60		
CONTA FINANCIAMENTO - RACAO E LEITE	12.313.254,08		
CONTA FINANCIAMENTO - REPASSE	3.695.393.999,36		
CONTA FINANCIAMENTO - ASSIST. MEDICA	88.796.008,98		
CONTA PROMISSORIA A RECEBER	1.204.278.659,62		
NOTAS PROMISSORIAS - INSUMO E SACARIA	<u>626.949.394,72</u>	8.257.100.982,36	
<u>OUTROS CREDITOS</u>			
REPRESENTANTES NO EXTERIOR	16.151.936,02		
ANTECIPACAO A FORNECEDORES	32.726.020,70		
CHEQUES EM COBRANCA	12.434.575,16		
ADIANTAMENTO DE VIAGEM	2.461.000,00		
CREDITOS FUNCIONARIOS	144.235.132,05		
CREDITOS COOPERATIVAS E CENTRAIS	233.435.797,04		
CREDITOS DE ARMAZENAGEM	17.624.198,42		
CREDITOS FISCAIS	25.383.646,22		
APLICACOES FINANCEIRAS	199.390.372,32		
CREDITOS COM SUBSIDIARIAS OU COLIGADAS	3.868.600.407,35		
OUTROS CREDITOS	<u>259.095.665,40</u>	4.811.538.750,68	
ESTOQUE		8.010.801.097,89	
<u>DESpesas EXERCICIO SEGUINTE</u>			
DESpesas DIFERIDAS		<u>535.865.562,59</u>	24.385.929.101,69
<u>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</u>			
<u>ASSOCIADOS</u>			
CONTA FINANCIAMENTO - REPASSE	165.939.160,51		
CONTA PROMISSORIA CAPITALIZACAO	<u>171.304.000,44</u>	337.243.160,95	
<u>OUTROS CREDITOS</u>			
INVESTIMENTOS A REALIZAR	89.960.819,54		
DEPOSITOS JUDICIAIS	<u>2.063.203,00</u>	<u>92.024.022,54</u>	429.267.183,49
<u>PERMANENTE</u>			
<u>INVESTIMENTOS</u>			
PARTIC. EMPRESAS SUBSIDIARIAS .. (NOTA 04)	812.570.674,20		
PARTICIPACAO COOPERATIVAS E CENTRAIS	768.871.575,31		
OUTRAS PARTICIPACOES	157.358.306,80		
PARTICIPACOES P/INCENTIVOS FISCAIS	<u>13.109.239,85</u>	1.751.909.796,16	
<u>IMOBILIZADO (NOTA 05)</u>			
VALOR HISTORICO - CORRIGIDO	56.327.358.543,72		
DEPRECIACAO ACUMULADA	<u>(4.461.854.242,65)</u>	51.865.504.301,07	
<u>DIFERIDO</u>			
DESpesas PRE-OPERACIONAIS	595.059.254,26		
BENFEITORIAS EM PREDIOS DE TERCEIROS	15.448.015,22		
AMORTIZACAO ACUMULADA	<u>(3.619.830,74)</u>	606.887.438,74	54.224.301.535,97
TOTAL DO ATIVO			79.039.497.821,15

P A S S I V O

<u>CIRCULANTE</u>			
<u>ASSOCIADOS</u>			
CONTA SAFRAS A LIQUIDAR	1.775.274.312,18		
CONTA PARTICULAR	<u>1.442.293.613,39</u>	3.217.567.925,57	
<u>DEBITOS DE FINANCIAMENTOS (NOTA 06)</u>			
FINANCIAMENTOS	16.881.470.818,49		
CONTRATOS DE CAMBIO	<u>8.007.295.485,57</u>	24.888.766.304,06	
<u>OBRIGACOES SOCIAIS E TRIBUTARIAS</u>			
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.196.175.347,24		
OBRIGACOES SOCIAS	208.463.060,63		
OBRIGACOES COM PESSOAL	119.776.111,25		
OBRIGACOES DIVERSAS	<u>671.669.914,27</u>	2.196.084.433,39	
<u>OUTROS DEBITOS</u>			
TITULOS A PAGAR	147.409.573,44		
FORNECEDORES	3.433.668.463,94		
EMPRESAS SUBSIDIARIAS OU COLIGADAS	24.067.495,29		
DEBITOS COOPERATIVAS E CENTRAIS	<u>39.132.870,87</u>	3.644.278.403,54	
<u>RECEITAS EXERCICIO SEGUINTE</u>	<u>1.453.991.599,01</u>		35.400.688.665,57
<u>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</u>			
FINANCIAMENTOS	1.370.650.631,26		
ASSOCIADOS CAPITAL A RESTITUIR	1.756.217,75		
FINANCIAMENTOS TELEFONIA RURAL	<u>11.133.996,00</u>		1.383.540.845,01
<u>PATRIMONIO LIQUIDO</u>			
<u>CAPITAL SOCIAL (NOTA 07)</u>			
SUBSCRITO	4.236.524.566,83		
A REALIZAR	(1.099.078.634,94)		
REALIZADO POR FINANCIAMENTO	<u>171.304.000,44</u>	3.308.749.932,33	
<u>RESERVA DE SOBRAS</u>			
FUNDO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	424.559.503,33		
FUNDO ASSIST.TECNICA EDUC. E SOCIAL	<u>107.829.249,05</u>	532.388.752,38	
<u>RESERVA DE CAPITAL</u>			
CORRECAO MONETARIA DO ATIVO	1.978.101.667,05		
CORRECAO MONETARIA DO CAPITAL	1.724.168.943,39		
SOBRA INFLACIONARIA A REALIZAR	623.912.978,08		
REAVALIACAO ATIVO IMOBILIZADO	<u>35.190.253.069,58</u>	39.516.436.658,10	43.357.575.342,81
<u>RESULTADO DO EXERCICIO</u>			<u>(1.102.307.032,24)</u>
TOTAL DO PASSIVO			79.039.497.821,15

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA
PRESIDENTE
CIC 056268970-20

ARNALDO OSCAR DREWS
VICE-PRESIDENTE
CIC 028619400-34

CLOVIS ADRIANO FARINA
SUPERINTENDENTE
CIC 010133350-15

CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABIL
CRC-RS 31357 - CIC 093483010-04

IJUI(RS), 31 DE DEZEMBRO DE 1982.

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS E PERDAS - 31.12.82

1.- REGIAO PIONEIRA

1.1.- TRIGO INDUSTRIA

VENDAS AO BANCO DO BRASIL	2.711.006.736,03		
VENDAS DE RESIDUOS	3.802.495,50		
ARMAZENAGEM	51.019.013,12		
RECEITAS DE CUSTEIO E SECAGEM	<u>60.033.379,16</u>	2.825.861.623,81	
CUSTO DE VENDAS	2.639.367.901,43		
DESPEAS	<u>212.861.520,31</u>	2.852.229.421,74	(26.367.797,93)

1.2.- SEMENTE DE TRIGO

VENDAS	<u>601.118.870,60</u>	601.118.870,60	
CUSTO DE VENDAS	550.937.596,43		
DESPEAS	<u>50.110.738,16</u>	601.048.334,59	70.536,01

1.3.- SOJA INDUSTRIA

EXPORTACAO	544.675.830,00		
VENDAS MERCADO INTERNO	1.606.478.891,79		
VENDAS DE RESIDUOS	<u>46.383.599,85</u>	2.197.538.321,64	
CUSTO DE VENDAS	1.892.538.605,94		
DESPEAS	<u>476.904.489,80</u>	2.369.443.095,74	(171.904.774,10)

1.4.- SEMENTE DE SOJA

VENDAS	<u>781.095.323,78</u>	781.095.323,78	
CUSTO DE VENDAS	736.227.431,13		
DESPEAS	<u>42.722.920,16</u>	778.950.351,29	2.144.972,49

1.5.- FORRAGEIRAS

VENDAS	<u>91.454.716,32</u>	91.454.716,32	
CUSTO DE VENDAS	83.789.308,17		
DESPEAS	<u>12.000.848,73</u>	95.790.156,90	(4.335.440,58)

1.6.- MILHO

VENDAS	<u>472.162.707,63</u>	472.162.707,63	
CUSTO DE VENDAS	409.264.627,16		
DESPEAS	<u>62.817.012,95</u>	472.081.640,11	81.067,52

1.7.- FEIJAO PRETO

VENDAS	<u>101.178.421,91</u>	101.178.421,91	
CUSTO DE VENDAS	88.085.121,43		
DESPEAS	<u>15.205.086,70</u>	103.290.208,13	(2.111.786,22)

1.8.- CERVADA

VENDAS	<u>45.237.639,14</u>	45.237.639,14	
CUSTO DE VENDAS	36.518.355,72		
DESPEAS	<u>8.630.018,58</u>	45.148.374,30	89.264,84

1.9.- LINHACA

VENDAS	<u>19.376.474,43</u>	19.376.474,43	
CUSTO DE VENDAS	14.848.636,27		
DESPEAS	<u>4.512.100,69</u>	19.360.736,96	15.737,47

1.10.- SORGO

VENDAS	<u>23.613.771,06</u>	23.613.771,06	
CUSTO DE VENDAS	20.715.339,69		
DESPEAS	<u>2.857.938,18</u>	23.573.277,87	40.493,19

1.11.- ARROZ

VENDAS	<u>866.562,54</u>	866.562,54	
CUSTO DE VENDAS	780.060,72		
DESPEAS	<u>719.985,87</u>	1.500.046,59	(633.484,05)

1.12.- COLZA

VENDAS	<u>122.561.966,74</u>	122.561.966,74	
CUSTO DE VENDAS	102.598.971,23		
DESPEAS	<u>20.802.421,34</u>	123.401.392,57	(839.425,83)

1.13.- AVEIA

VENDAS	<u>278.777.994,69</u>	278.777.994,69	
CUSTO DE VENDAS	184.367.677,94		
DESPEAS	<u>102.819.219,39</u>	287.186.897,33	(8.408.902,64)

1.14.- HORTIGRANJEIROS

VENDAS	<u>251.295.425,05</u>	251.295.425,05	
CUSTO DE VENDAS	203.222.283,21		
DESPEAS	<u>55.397.016,05</u>	258.619.299,26	(7.323.874,21)

1.15.- OUTROS GRAOS

VENDAS	<u>30.726.652,40</u>	30.726.652,40	
CUSTO DE VENDAS	17.513.240,68		
DESPEAS	<u>13.178.447,69</u>	30.691.688,37	34.964,03

1.16.- BOVINOS - GADO LEITEIRO

VENDAS	<u>40.686.000,00</u>	40.686.000,00	
CUSTO DE VENDAS	35.272.068,87		
DESPEAS	<u>7.595.098,16</u>	42.867.167,03	(2.181.167,03)

1.17.- LEITERIA

VENDAS	<u>897.498.011,91</u>	897.498.011,91	
CUSTO DE VENDAS	877.836.260,64		
DESPEAS	<u>43.818.711,08</u>	921.654.971,72	(24.156.959,81)

1.18.- BOVINO DE CORTE

VENDAS	<u>4.833.869,14</u>	4.833.869,14	
CUSTO DE VENDAS	3.832.560,00		
DESPEAS	<u>2.566.645,20</u>	6.399.205,20	(1.565.336,06)

1.19.- SUINOS

VENDAS	<u>146.188.709,14</u>	146.188.709,14	
CUSTO DE VENDAS	140.869.542,02		
DESPEAS	<u>6.157.250,97</u>	147.026.792,99	(838.083,85)

1.20.- SECAO DE CONSUMO

VENDAS DE PRODUTOS	1.784.045.178,00		
VENDAS DE MERCADORIAS	3.796.448.269,80		
EVENTUAIS	1.891.342,05	5.582.384.789,85	
CUSTO DE VENDAS INSUMOS	1.137.462.717,78		
CUSTO DE VENDAS MERCADORIAS	2.545.016.245,21		
DESPEAS	1.791.495.836,55	5.473.974.799,54	108.409.990,31
1.21.- SACARIA			
VENDAS	27.561.153,12	27.561.153,12	
CUSTO DE VENDAS	31.312.602,88		
DESPEAS	2.874.622,21	34.187.225,09	(6.626.071,97)
1.22.- MAQUINAS E EQUIPAMENTOS			
VENDAS	8.523.194,00	8.523.194,00	
CUSTO DE VENDAS	3.271.194,43		
DESPEAS	8.682.515,12	11.957.709,55	(3.434.515,55)
1.23.- SEMEM			
VENDAS	2.779.414,00	2.779.414,00	
CUSTO DE VENDAS	2.625.401,61		
DESPEAS	7.004.240,23	9.629.641,84	(6.850.227,84)
1.24.- FABRICA DE RACAO			
VENDAS	65.295.768,85	65.295.768,85	
CUSTO DE VENDAS	38.256.769,82		
DESPEAS	27.004.207,96	65.260.977,78	34.791,07
1.25.- FABRICA DE OLEO			
VENDAS MERCADO EXTERNO	6.406.103,04		
VENDAS MERCADO INTERNO	273.731.513,89		
EVENTUAIS	1.336.912,77	281.474.529,70	
CUSTO DE VENDAS	259.009.791,56		
DESPEAS	40.870.969,06	299.880.760,62	(18.406.230,92)
1.26.- DEPARTAMENTO TECNICO			
F.A.T.E.S.	24.418.197,59		
RECEITAS	15.657.540,80	40.075.738,39	
DESPEAS	134.213.881,12		
RATEIO	(94.138.142,73)	40.075.738,39	-x-
1.27.- CENTRAL DE MADEIRAS			
VENDAS	10.294.926,68	10.294.926,68	
CUSTO DE VENDAS	6.510.569,99		
DESPEAS	4.047.993,34	10.558.563,33	(263.636,65)
1.28.- DAMS			
F.A.T.E.S.	28.825.232,37		
RECEITAS	171.740.074,11	200.565.306,48	
DESPEAS	200.565.306,48	200.565.306,48	-x-
1.29.- CENTRO DE TREINAMENTO			
F.A.T.E.S.	9.469.637,02		
RECEITA	27.059.384,26	36.529.021,28	
DESPEAS	36.529.021,28	36.529.021,28	-x-

2.- REGIAO RIO GRANDE

2.1.- TERMINAL			
RECEITAS ORDINARIAS	862.676.224,66		
RECEITAS EXTRAORDINARIAS	70.426.039,22	933.102.263,88	
DESPEAS	1.042.694.732,14	1.042.694.732,14	(109.592.468,26)
2.2.- FABRICA DE OLEO			
EXPORTACAO	8.961.970.960,13		
VENDAS MERCADO INTERNO	4.730.535.594,96		
RECEITA FINANCEIRA	35.712.161,80		
TAXA DE INDUSTRIALIZACAO	58.565.690,49		
RECUPERACOES	3.371.424.954,79	17.158.209.362,17	
CUSTO DE VENDAS	15.433.708.782,05		
DESPEAS	2.127.828.157,34		
HEDGE	156.419.016,13	17.717.955.955,52	(559.746.593,35)
2.3.- COLONIA DE FERIAS			
RECEITAS	710.667,00	710.667,00	
DESPEAS	6.126.481,78	6.126.481,78	(5.415.814,78)
2.4.- MANUFATURADOS DE LA			
VENDAS	11.317.550,00	11.317.550,00	
CUSTO DE VENDAS	3.356.399,00		
DESPEAS	7.869.656,00	11.226.055,00	91.495,00
2.5.- SECAO DE CONSUMO			
VENDAS	278.965.675,49		
EVENTUAIS	261.269,15	279.226.944,64	
CUSTO DE VENDAS	201.611.091,83		
DESPEAS	79.368.790,82	280.979.882,65	(1.752.938,01)
3.- REGIAO DOM PEDRITO			
3.1.- TRIGO INDUSTRIA			
VENDAS AO BANCO DO BRASIL	23.532.423,82		
RECEITA CUSTEIO E SECAGEM	523.212,85	24.055.636,67	
CUSTO DE VENDAS	25.816.829,62		
DESPEAS	15.001,50	25.831.831,12	(1.776.194,45)
3.2.- SEMENTE DE TRIGO			
VENDAS	10.040.800,00	10.040.800,00	
CUSTO DE VENDAS	10.035.582,72		
DESPEAS	1.085.440,41	11.121.023,13	(1.080.223,13)
3.3.- SOJA INDUSTRIA			
VENDAS	44.365.871,74		
EVENTUAIS	961.314,94	45.327.186,68	
CUSTO DE VENDAS	43.176.000,00		
DESPEAS	23.553.412,53	66.729.412,53	(21.402.225,85)
3.4.- SEMENTE DE SOJA			
VENDAS	67.189.170,50	67.189.170,50	
CUSTO DE VENDAS	46.107.881,24		
DESPEAS	25.396.105,00	71.503.986,24	(4.314.815,74)

3.5.- FORRAGEIRAS				
VENDAS	65.874.766,74	65.874.766,74		
CUSTO DE VENDAS	52.972.806,56			
DESPESAS	14.694.929,23	67.667.735,79	(1.792.969,05)	
3.6.- MILHO				
VENDAS	4.139.362,79	4.139.362,79		
CUSTO DE VENDAS	1.783.040,44			
DESPESAS	7.503.213,86	9.286.254,30	(5.146.891,51)	
3.7.- ARROZ				
VENDAS	2.486.112.657,98			
EVENTUAIS	9.839.147,24			
RECEITAS FINANCEIRAS	10.821.390,64	2.506.773.195,86		
CUSTO DE VENDAS	1.954.241.356,86			
DESPESAS	585.546.242,82	2.539.709.599,68	(32.936.403,82)	
3.8.- SORGO				
VENDAS	194.822.176,33	194.822.176,33		
CUSTO DE VENDAS	143.035.673,40			
DESPESAS	55.277.446,38	198.313.119,78	(3.490.943,45)	
3.9.- FEIJAO PRETO				
VENDAS	63.200,65	63.200,65		
CUSTO DE VENDAS	98.344,90			
DESPESAS	37.262,62	135.607,52	(72.406,87)	
3.10- HORTIGRANJEIROS				
VENDAS	4.405.068,23	4.405.068,23		
CUSTO DE VENDAS	3.284.052,42			
DESPESAS	1.116.813,45	4.400.865,87	4.202,36	
3.11- FRIGORIFICO				
VENDAS	1.535.990.854,12			
EVENTUAIS	192.936,00	1.536.183.790,12		
CUSTO DE VENDAS	1.133.244.607,16			
DESPESAS	405.463.016,74	1.538.707.623,90	(2.523.833,78)	
3.12- FRUTOS DO PAIS				
VENDAS	4.543.037,58	4.543.037,58		
CUSTO DE VENDAS	2.918.314,89			
DESPESAS	4.740.392,74	7.658.707,63	(3.115.670,05)	
3.13- LA				
VENDAS	475.310.437,80	475.310.437,80		
CUSTO DE VENDAS	375.482.762,94			
DESPESAS	99.357.052,05	474.839.814,99	470.622,81	
3.14- SECAO DE CONSUMO				
VENDA DE MERCADORIAS	400.577.137,44			
VENDA DE INSUMOS	146.729.756,75	547.306.894,19		
CUSTO DE VENDA MERCADORIAS	272.668.188,81			
CUSTO DE VENDA INSUMOS	71.524.066,09			
DESPESAS	202.418.635,17	546.610.890,07	696.004,12	
3.15- SEMEM				
VENDAS	11.008.803,27	11.008.803,27		
CUSTO DE VENDAS	4.432.837,72			
DESPESAS	7.015.635,91	11.448.473,63	(439.670,36)	
3.16- SACARIA				
VENDAS	6.348.805,00	6.348.805,00		
CUSTO DE VENDAS	6.550.952,45			
DESPESAS	1.033.947,70	7.584.900,15	(1.236.095,15)	
3.17- C.T.C.				
RECEITAS	137.776,07			
F.A.T.E.S.	547.236,16	685.012,23		
DESPESAS	685.012,23	685.012,23	-x-	
3.18- DEPARTAMENTO TECNICO				
F.A.T.E.S.	6.781.684,00			
RECEITAS	387.427,56	7.169.111,56		
DESPESAS	33.324.216,36			
RATEIO	(26.155.104,80)	7.169.111,56	-x-	
3.19- DAMS				
F.A.T.E.S.	1.593.368,28			
RECEITAS	199.777,67	1.793.145,95		
DESPESAS	1.793.145,95	1.793.145,95	-x-	
4.- REGIAO MATO GROSSO DO SUL				
4.1.- TRIGO INDUSTRIA				
VENDAS AO BANCO DO BRASIL	3.433.611.443,41			
VENDAS RESIDUOS	14.020.434,57			
RECEITAS DE ARMazenagem	44.015.815,74			
RECEITAS DE CUSTEIO E SECAGEM	121.981.383,77	3.613.629.077,49		
CUSTO DE VENDAS	3.407.591.337,27			
DESPESAS	156.521.944,27	3.564.113.281,54	49.515.795,95	
4.2.- SEMENTE DE TRIGO				
VENDAS	375.020.460,00	375.020.460,00		
CUSTO DE VENDAS	337.866.304,85			
DESPESAS	31.550.036,00	369.416.340,85	5.604.119,15	
4.3.- SOJA INDUSTRIA				
VENDAS	11.580.597.086,89			
EVENTUAIS	342.958.974,37	11.923.556.061,26		
CUSTO DE VENDAS	9.445.959.358,27			
DESPESAS	2.559.258.122,05			
HEDGE	330.133.562,28	12.335.351.042,60	(411.794.981,34)	
4.4.- SEMENTE DE SOJA				
VENDAS	1.298.620.712,38	1.298.620.712,38		
CUSTO DE VENDAS	1.307.113.686,63			
DESPESAS	25.875.537,52	1.332.989.224,15	(34.368.511,77)	
4.5.- ARROZ				
VENDAS	630.639.835,26			
EVENTUAIS	1.233.172,58	631.873.007,84		
CUSTO DE VENDAS	473.240.474,75			
DESPESAS	125.780.664,85	599.021.139,60	32.851.868,24	

4.6.- FORRAGEIRAS

VENDAS	26.452.185,18	26.452.185,18	
CUSTO DE VENDAS	20.477.618,69		
DESPEAS	5.936.463,03	26.414.081,72	38.103,46

4.7.- MILHO

VENDAS	388.481.605,39		
EVENTUAIS	419.168,32	388.900.773,71	
CUSTO DE VENDAS	361.275.654,29		
DESPEAS	47.987.065,42	409.262.719,71	(20.361.946,00)

4.8.- FEIJAO PRETO

VENDAS	224.621.580,80		
EVENTUAIS	295.143,00	224.916.723,80	
CUSTO DE VENDAS	196.041.164,08		
DESPEAS	28.022.660,61	224.063.824,69	852.899,11

4.9.- SORGO

VENDAS	16.265.455,92		
EVENTUAIS	65.704,70	16.331.160,62	
CUSTO DE VENDAS	14.919.464,73		
DESPEAS	5.818.202,79	20.737.667,52	(4.406.506,90)

4.10- HORTIGRANJEIROS

VENDAS	10.197.465,23	10.197.465,23	
CUSTO DE VENDAS	8.001.908,24		
DESPEAS	2.033.717,00	10.035.625,24	161.839,99

4.11- SECAO DE CONSUMO

VENDA DE INSUMOS	2.060.154.205,08		
VENDA DE MERCADORIAS	1.606.530.683,90		
VENDA DE MAQUINAS	39.995.480,00		
EVENTUAIS	2.291.598,39	3.708.971.967,37	
CUSTO DE VENDAS	2.282.154.961,85		
DESPEAS	1.309.215.807,74	3.591.370.769,59	117.601.197,78

4.12- LEITERIA

VENDAS	167.050.063,28	167.050.063,28	
CUSTO DE VENDAS	163.935.620,83		
DESPEAS	2.055.766,90	165.991.387,73	1.058.675,55

4.13- SACARIA

VENDAS	10.793.562,76	10.793.562,76	
CUSTO DE VENDAS	11.314.321,51		
DESPEAS	3.619.282,40	14.933.603,91	(4.140.041,15)

4.14- DEPARTAMENTO TECNICO

F.A.T.E.S.	10.151.850,14		
RECEITAS	18.547.939,38	28.699.789,52	
DESPEAS	67.839.890,74		
RATEIO	(39.140.101,22)	28.699.789,52	-x-

4.15- DAMS

RECEITA	13.541.824,00		
F.A.T.E.S.	2.639.961,00	16.181.785,00	
DESPEAS	16.181.785,00	16.181.785,00	-x-
RESULTADO OPERACIONAL			(1.197.287.219,56)

5.- PROVISOES PARA CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA

REVERSAO	6.473.263,09		
(-) FORMACAO	13.051.973,73		(6.578.710,64)

6.- ENCARGOS FINANCEIROS

DESPEAS FINANCEIRAS	14.893.982.122,29		
(-) RECEITAS FINANCEIRAS	4.128.257.179,79		(10.765.724.942,50)

7.- SOBRA INFLACIONARIA REALIZADA

6.468.444.637,02

8.- RESULTADO VENDA BENS ATIVO IMOBILIZADO

VENDAS	5.757.780.749,81		
CUSTO DE VENDAS	1.690.199.536,62	4.067.581.213,19	

9.- RESULTADO DE COLIGADAS

34.407.616,82

RESULTADO DO EXERCICIO (1.399.167.405,67)

10- UTILIZACAO FUNDO DE RESERVA

296.850.373,43

11- PERDA DO EXERCICIO

(1.102.307.032,24)

IJUI (RS), 31 DE DEZEMBRO DE 1982.

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA
PRESIDENTE

CPF 056268970-20

ARNALDO OSCAR DREWS
VICE-PRESIDENTE

CPF 028619400-34

CLOVIS ADRIANO FARINA

SUPERINTENDENTE

CPF 010133350-15

CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABILIDADE
CRC-RS 31357 - CPF 093483010-04

**NOTAS EXPLICATIVAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.82**

Nota 01 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- 1.1 – Os produtos agrícolas encontram-se avaliados ao preço de recebimento. Os produtos industrializados ao custo da produção. Os produtos beneficiados estão avaliados com base nos percentuais regressivos do preço de venda, previstos na legislação vigente. As mercadorias, insumos, sacaria e almoxarifado, encontram-se avaliados aos preços da última compra. Todos os valores são inferiores ao preço de mercado vigentes e encontram-se líquidos de I.C.M.;
- 1.2 – Os investimentos em controladas foram avaliados pelo sistema de equivalência patrimonial, com base no Patrimônio Líquido da controlada em 31.12.82; Os investimentos em outras empresas estão valorizados ao custo de aquisição, acrescidos da correção monetária;
- 1.3 – Os valores arrolados no permanente diferido são corrigidos monetariamente e amortizados nos períodos previstos na legislação;
- 1.4 – As obrigações junto a Instituições Financeiras, encontram-se com seus encargos apropriados até a data de encerramento do exercício social. As despesas cobradas de forma antecipada encontram-se diferidas de forma proporcional ao período de vigência;
- 1.5 – Os adiantamentos de Câmbio recebidos encontram-se com seus desgãos respectivos apropriados até a data do encerramento do exercício social.

Nota 02 – ALTERAÇÕES DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

- 2.1 – No exercício encerrado em 31.12.81, foram contabilizados a conta do Imobilizado o valor de Cr\$ 2.980.000.000,00, correspondentes a despesas com financiamento para o Ativo Imobilizado. No presente exercício o montante global de despesas financeiras foi levado a conta de resultados.
- 2.2 – Neste exercício foram contratadas junto a Câmara de Valores Imobiliários do Rio Grande do Sul, empresa especializada em avaliação de Bens Imóveis uma avaliação dos Prédios, Terrenos e Terminal Marítimo, de propriedade da Cooperativa. O valor da avaliação montou Cr\$ 35.190.253.069,58, que foi contabilizado no Permanente da empresa, sendo a contrapartida levada a Reserva de Reavaliação, não havendo, portanto, qualquer reflexo deste procedimento, na composição do resultado do exercício.

Nota 03 – ESTOQUES

É a seguinte a composição analítica dos estoques:

EXISTÊNCIAS	Cr\$
Produtos Agrícolas	2.621.286.411,52
Produtos Pecuários	208.410.892,97
Produtos Industrializados	612.881.470,39
Produtos Beneficiados	75.009.925,00
Mercadorias-Insumos	1.922.274.942,81
Mercadorias – Lojas e Mercados	2.185.027.695,04
Comércio em Geral	134.112.224,20
Outros Estoques	251.797.535,96
TOTAL	8.010.801.097,89

NOTA 04 – EMPRESAS SUBSIDIARIAS

AS PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS SUBSIDIARIAS APRESENTAM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

EVENTOS/EMPRESAS	COTRIEXPORT CIA COM. INTERNAC.	INSTITUTO RIOGR. FEBRE AFTOSA LTDA	COTRIDATA-PROCESSA MENTO DADOS LTDA	HOSPITAL BOM PASTOR SA
CAPITAL SOCIAL	239.981.750,00	99.000.000,00	55.000.000,00	20.000.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	516.377.471,12	277.894.370,70	110.611.345,40	88.935.308,33
PARTICIPACAO ACIONARIA	345.952.250,56	270.018.844,24	109.505.231,95	87.094.347,45
PARTICIPACAO %	66,99	97,16	99,00	97,93
LUCRO LIQUIDO	6.515.317,24	12.075.843,44	18.105.622,50	392.560,32
SALDO EM CONTA CORRENTE	3.729.084.442,26	57.515.311,05	(24.067.495,29)	25.329.911,34
SALDO EM CLIENTES	384.782.261,00	5.000.000,00	-	-
PARTICIPACAO DO B.N.C.C.	32,35	-	-	-
PARTICIPACAO DE TERCEIROS	0,66	2,84	1,00	2,07

NOTA 05 – IMOBILIZACOES TECNICAS

E A SEGUINTE A COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DOS VALORES EM 31.12.82:

CONTA	REGIAO PIONEIRA	REGIAO RIO GRANDE	REGIAO DOM PEDRITO	REGIAO MATO G. DO SUL	TOTAL
MARCAS E PATENTES	3.272.588,94	94.135,44	431.826,80	-	3.798.551,18
TERRENOS	765.956.523,57	54.000.000,00	230.383.899,54	501.149.831,49	1.551.490.254,60
PREDIOS	16.013.571.586,48	11.852.170.455,66	2.497.226.686,37	12.303.087.489,04	42.666.056.217,55
MOVEISE UTENSILIOS	496.319.435,93	76.396.398,12	67.010.677,71	178.941.540,20	818.668.051,96
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.046.540.955,64	2.877.222.611,50	479.440.130,33	2.195.182.039,03	7.598.385.736,50
INSTALACOES	370.459.876,11	362.114.184,53	35.593.305,03	166.561.065,74	934.728.431,41
VEICULOS	204.012.590,55	109.890.179,40	101.193.757,13	104.063.397,04	519.159.924,12
CONSTR. EM ANDAMENTO	433.649.520,03	22.278.191,42	1.336.327.231,72	246.998.960,84	2.039.253.904,01
SEMOVENTES	663.052,34	-	348.173,66	-	1.011.226,00
REFLORESTAMENTO	646.718,94	-	-	-	646.718,94
EQUIPAMENTO EM CONSTR.	188.687.361,55	-	-	5.472.165,90	194.159.527,45
SUB-TOTAL	20.523.780.210,08	15.354.166.156,07	4.747.955.688,29	15.701.456.489,28	56.327.358.543,72
(-) DEPREC. ACUMULADA	2.297.395.350,09	1.203.852.723,71	336.375.333,99	624.230.834,86	4.461.854.242,65
TOTAL	18.226.384.859,99	14.150.313.432,36	4.411.580.354,30	15.077.225.654,42	51.865.504.301,07

NOTA 06 – FINANCIAMENTOS

6.1.- OS FINANCIAMENTOS APRESENTAM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

FINALIDADE	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
CAPITAL DE GIRO	3.864.551.742,78	202.992.804,00	4.067.544.546,78
CAPITAL DE GIRO RURAL	220.147.860,34	354.500,00	220.502.360,34
SAFRAS	7.214.674.774,78	-	7.214.674.774,78
IMOBILIZADO	210.531.746,34	948.076.413,70	1.158.608.160,04
INSUMOS	602.346.319,36	-	602.346.319,36
REPASSE	3.840.532.487,05	219.166.913,56	4.059.699.400,61
FINANC. MOEDA ESTRANG.	928.685.887,84	-	928.685.887,84
TITULOS A PAGAR	147.409.573,44	-	147.409.573,44
CONTRATOS DE CAMBIO	8.007.295.485,57	-	8.007.295.485,57
TOTAL	25.036.175.877,50	1.370.590.631,26	26.406.766.508,76

- OS EMPRESTIMOS FORAM CONTRATADOS A JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS QUE VARIAM DE 24% A 114,48% AA.
- OS FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO APRESENTAM VENCIMENTO A PARTIR DE 01/84 A 08/92.
- AS GARANTIAS OFERECIDAS COMPREENDEM HIPOTECA, PENHOR E AVAL DE DIRETORES.

6.2.- O VALOR DOS CONTRATOS EM MOEDA ESTRANGEIRA ESTAO COM OS SALDOS ATUALIZADOS A DATA DE 31.12.82.

NOTA 07 - CAPITAL SOCIAL

O CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO E SUA RESPECTIVA EVOLUÇÃO SE APRESENTA DA SEGUINTE FORMA:

REGIOES	CAPITAL INTEGRAL, 31.12.81	VARIACAO		CAPITAL INTEGRAL, ATE 31.12.82	% DE VARIACAO
		01/01	A 31.12.82		
PIONEIRA	552.025.204,86	1.017.679.861,69		1.569.705.066,55	184,36
DOM PEDRITO	112.361.181,33	301.166.984,19		413.528.165,52	268,04
MATO GROSSO DO SUL	326.079.012,04	828.133.687,78		1.154.212.699,82	253,97
T O T A L	990.465.398,23	2.146.980.533,66		3.137.445.931,89	216,77

Nota 08 - APRESENTAÇÃO DO SOBRAS E PERDAS

No cálculo do resultado por regiões e nestas por produtos, não foram considerados o rateio das despesas financeiras, bem como o saldo credor da correção monetária, valores estes considerados no resultado de forma global, como pode ser constatado pelo exame das demonstrações correspondentes.

Nota 09 - VENDA DA UNIDADE INDUSTRIAL

No decorrer do exercício, com a devida autorização do Conselho de Administração, foi alienada a nossa coligada, Cotriexport - Cia de Comércio Internacional, nossa Unidade Industrial, sediada junto ao Super Porto de Rio Grande. A referida operação acusou um resultado positivo na ordem de Cr\$ 4.027.322.737,31, já considerado no balanço.

PARECER DOS AUTIDORES INDEPENDENTES

11 de março de 1983

Ilmos. Srs.
Conselheiros da
COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.
Ijuí - RS

1) Examinamos o Balanço Patrimonial anexo, da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda - COTRIJUI, levantado em 31 de dezembro de 1982 e a respectiva demonstração do resultado econômico do exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, conseqüentemente, inclui as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

2) Neste exercício a Cooperativa procedeu através de empresa especializada, uma reavaliação de seus imóveis, terrenos e terminal marítimo. A referida avaliação resultou num incremento na ordem de Cr\$ 35.190.253.069,58, em seu Ativo Permanente, em contrapartida com igual valor contabilizado no seu Patrimônio Líquido.

3) Após o encerramento das demonstrações do exercício, verificou-se a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar em 30 por cento. Os efeitos desta maxidesvalorização apresentarão seus efeitos no exercício subseqüente.

4) Em nossa opinião, sujeito ao descrito no parágrafo 3, o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Econômico acima referidos, lidas em conjunto com as Notas Explicativas do Conselho, representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - COTRIJUI, em 31 de dezembro de 1982, e o resultado de suas operações correspondentes ao período findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicamos de maneira uniforme em relação ao exercício anterior, exceto no descrito no parágrafo 2 e Notas Explicativas números 2 e 8.

NARDON, NASI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CGCMF 92.838.150/0001 - CRC/RS 542 - OCB 015

ARTHUR NARDON FILHO
Responsável Técnico
Contador CRC/RS 13.866
CIC 004.036.440-20



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI



Brinco, penso, aprendo

Crianças! Saibam que os jogos são muito importantes, pois através deles a gente desenvolve o hábito de reagir diante de novas situações e de solucionar problemas de uma maneira mais criativa. Enquanto brincamos também pensamos e as nossas idéias aumentam, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade. Brincando estamos aprendendo sempre mais, pois estamos observando o mundo ao nosso redor e esses dados ficam na nossa cabecinha e a gente aprende a viver conforme pensou, julgou e brincou.

“Nada mais sério que uma criança brincando”
(Claparéde).

A MENINA E O VELHO

Lia Dalva Jacy Grosso e Thelma Bellotti

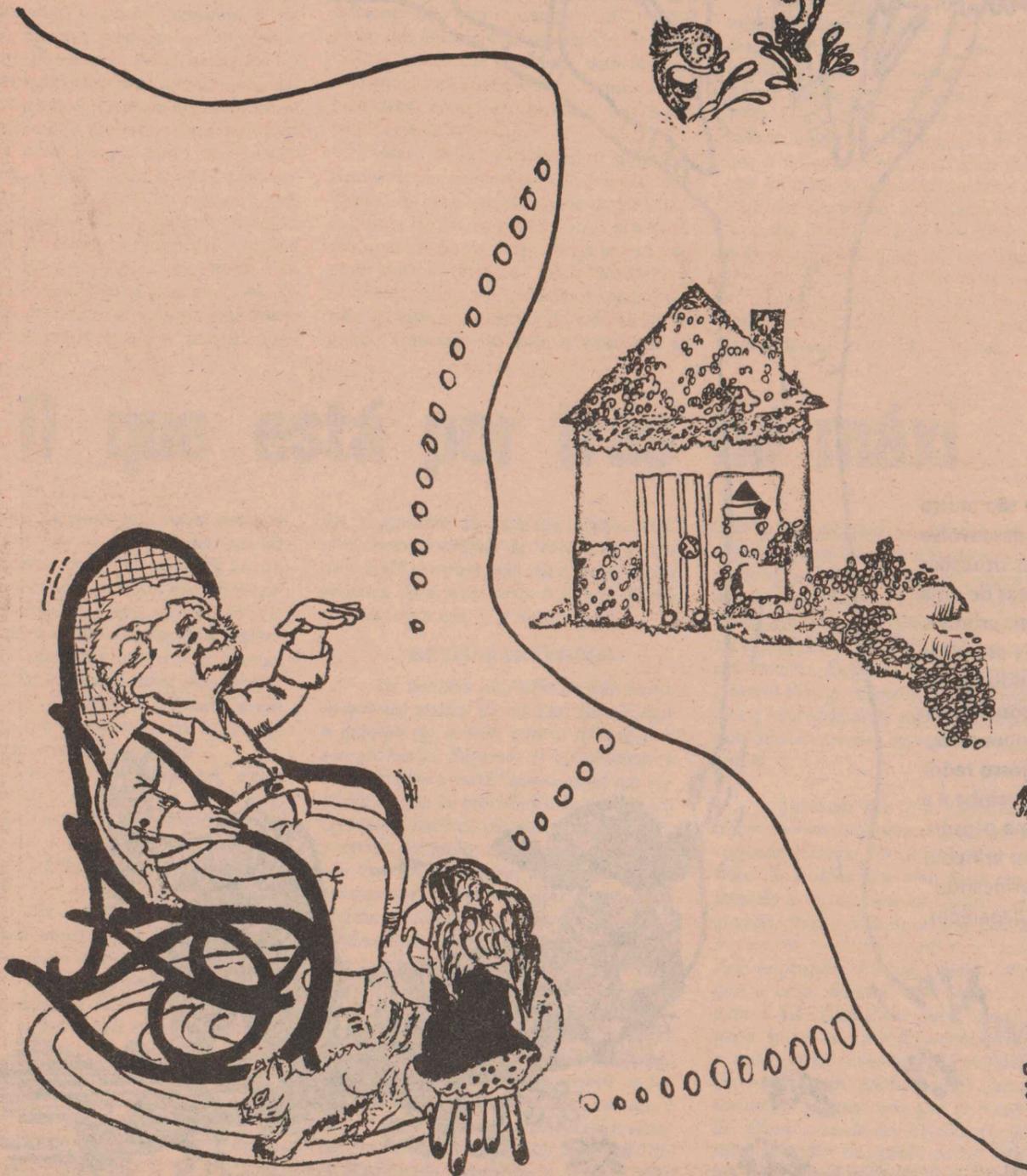
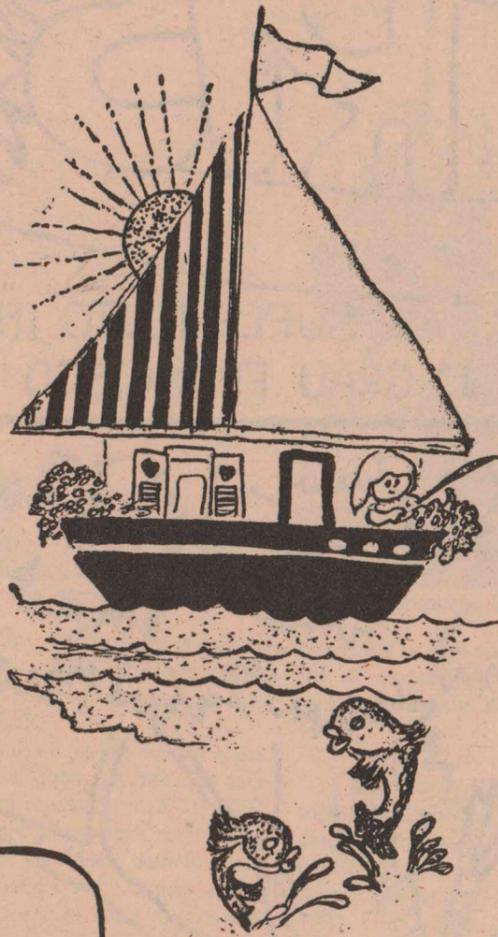
Era uma vez um Velho
que contava histórias.
Era uma vez uma menina
que ouvia histórias.

O Velho contava histórias
de gente
de casas
de lugares distantes.

A Menina ouvia.
E ficava sonhando, inventando...
E pedia:
- Velho, conta a história das casas.

O Velho contava:
- Andei pelo Mundo.
Via casa de todo jeito.
Vi até casa de gelo!

- Num lugar bem distante,
Vi casa toda de pano.
De pano colorido.



E o velho contava:
 - Numa cidade cheia de gente,
 tem uma casa em cima da outra.

Tem gente que mora na casa-barco.
 A casa virou barco.
 Ou o barco virou casa.
 Não sei. . .

- Vi também casa feita de árvore.
 E casa de madeira,
 feita de tronco de árvore.

Um dia, a Menina foi viajar.
 Foi correr o Mundo.
 O Velho ficou esperando.

A Menina andou, andou. . .
 Viu gente.
 Viu casas.
 Viu lugares diferentes.

A Menina viu casa de todo jeito.

Viu o iglu.
 Feito de gelo.

Viu também casa de pano.
 São tendas de muitas cores.

Um dia a Menina chegou na cidade.
 E viu uma casa em cima da outra.
 Visitou a casa-barco.
 É igual a uma casa.
 Tem sala, quarto e cozinha.

Num lugar cheio de árvores,
 viu a casa de madeira.

Um dia, a Menina voltou.
 O Velho estava esperando.
 - Velho, olha as casas que eu vi.

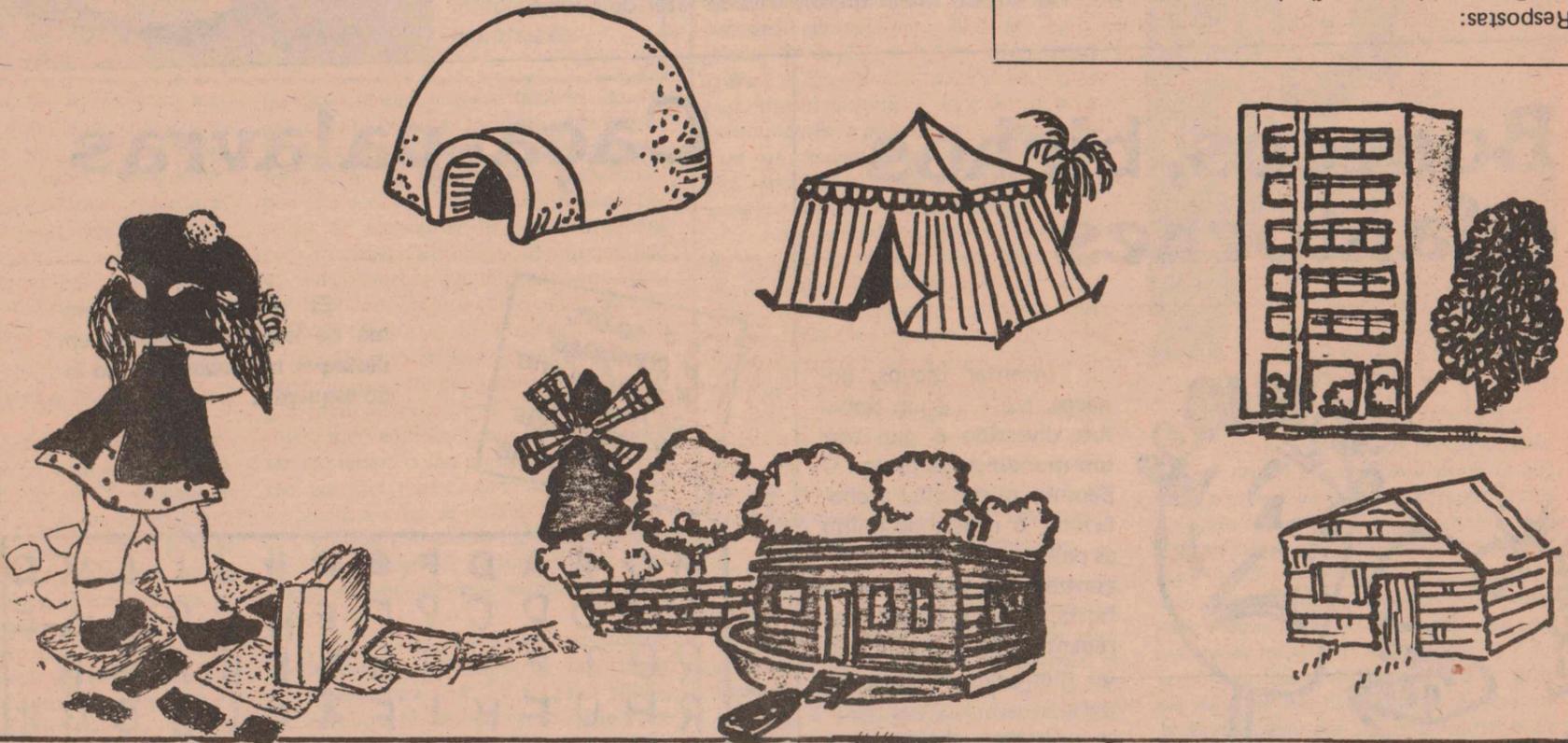
Era uma vez uma
 Menina que contava histórias.
 Era uma vez um Velho que
 ouvia histórias.

O que é, o que é?

- 1 - Por que quando o galo canta fecha os olhos?
 Resp.:
 2 - Quem não trabalha um dia sequer, mas vive trabalhando?
 Resp.:
 3 - Quantos lados tem a bola?
 Resp.:
 4 - Qual a diferença entre a onça e a moça?
 Resp.:
 5 - O que sai de sua casa, bate a cabeça na parede e morre queimado?
 Resp.:

Colaboração de Dilce Drews - Paraíso -
 Augusto Pestana

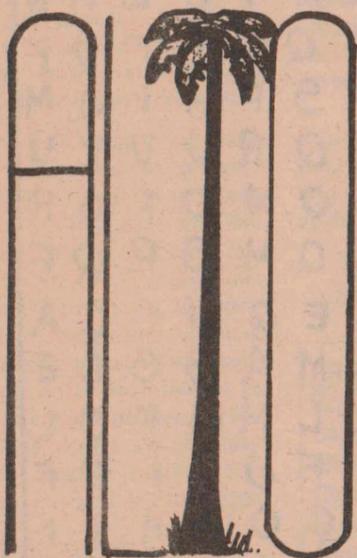
- Respostas:
 1 - Porque sabe a canção de cor.
 2 - O Guarda-Noturno
 3 - Dois lados - um dentro e um fora.
 4 - A moça se pinta e a onça é pintada.
 5 - O palito de fósforo.



Brincando com as letras

Além de palavras cruzadas, caça-palavras, invenção de histórias, poesias, etc. . . ainda podemos escrever as palavras de modo a ilustrar o seu próprio significado.

Agora você. Pesquise e ilustre outras palavras e envie para o Cotrisol. O endereço é COTRIJORNAL - Rua das Chácaras, 1513, C.P. 111 - IJUÍ.



BAIXO

COMPRIDO

CURVA

INCLINADO

ABERTO

TORÇO

GORDO MAGRO

JOGOS DIVERTIDOS

O Lenço da Gargalhada

As crianças em círculo, sentadas ou em pé. Uma criança joga um lenço de seda para o ar, as outras dão gargalhadas até o lenço tocar no chão. A criança que continuar rindo após o lenço cair no chão pega uma prenda. Aquela que atirou o lenço determina qual a tarefa a ser feita.

Chicote Queimado

As crianças em círculo com as mãos para trás. Uma criança fica com o chicote na mão.

Aquele que possuir o chicote corre ao redor do círculo e entrega-o para qualquer uma. Esta que recebeu deverá correr atrás da criança que entregou, até que ela chegue no seu lugar.

Maestro Invisível

Crianças em círculo. Uma das crianças abandona a sala onde estiverem. O grupo escolhe uma criança para ser o maestro invisível. Todos deverão imitar os seus gestos, mas cuidando para não dar pistas de quem é o maestro. A criança que havia abandonada a sala retorna e tenta identificar quem é o maestro invisível.

Mandrake

As crianças em fileiras ou dispersas pelo pátio. Ao sinal de uma das crianças todas começam a correr. A voz de comando de "Mandrake", as crianças param imediatamente, como estão, sem

se mexer. Quem se mexer cai fora ou paga uma prenda.

Colocar Rabo no Burro

Após colocar a turma sentada defrente de uma parede ou de um quadro negro, colocar ou desenhar um burro todo dividido em partes, e em cada parte colocar a pontuação de 10 a 100, sendo zero qualquer parte fora do desenho e 100 bem no lugar do rabo do burro.

A criança escolhida, com os olhos vendados e com o rabo do burro na mão, tentará colocar o rabo o mais próximo possível do seu local. Vencerá o aluno que marcar mais pontos.

Dança das cadeiras

Cadeiras em círculo — crianças sentadas nelas e uma criança de pé.

Ao iniciar a música as crianças começam a dançar ao redor das cadeiras, sem tocar nelas.

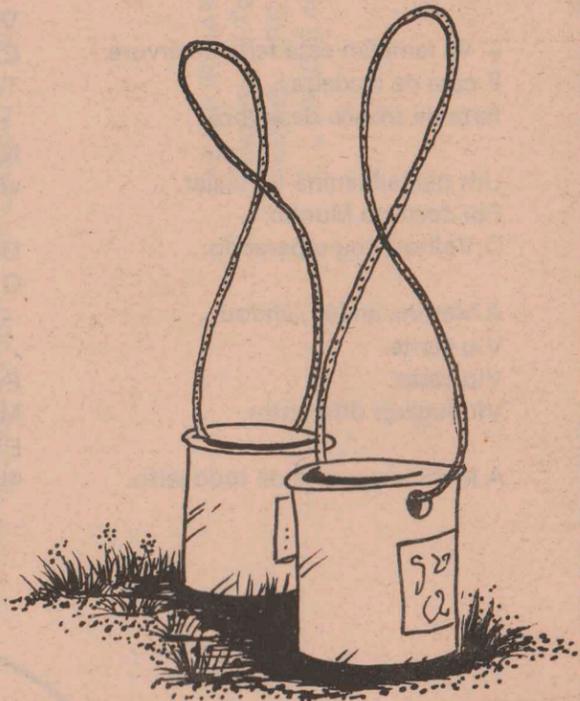
Ao parar a música, ou ao sinal do apito, ou ao sinal de "AGOOORA", todos devem sentar. A criança que ficar em pé estará eliminada.

Regra: Se por ventura duas sentarem na mesma cadeira, continuam as duas, mas quem sentar no colo está fora.

Pés de lata

Para fazer os pés é preciso juntar duas latas do mesmo tamanho (as melhores são as de leite em pó, meio quilo); deve-se fazer dois furos

(com abridor de latas) na parte superior, logo abaixo do arremate, e fazer passar por esses furos um barbante grosso ou um cordão. Esse barbante será a alça que, do pé de lata até a mão da criança, servirá para segurar esses sapatos divertidos.



Bonecos, bichos e fantoches



Inventar bichos, bonecos, etc. . . é um trabalho divertido e que traz um mundo de surpresas. O pepino, o chuchu, a abobrinha, o cabelo do milho as palhas, e as esponjas encontradas na lavoura ou na horta, transformam-se de repente num lindo ratinho ou numa encantadora boneca.

Criança alguma deve rezear a falta de jeito ou de materiais para criar brinquedos com elementos da natureza.

Começa-se com coisinhas simples e aos poucos vocês se tornarão hábeis, espertos e satisfeitos.

Vejam estes fantoches feitos de batata. Os cabelos são feitos de palha e os dentes de pauzinhos.

Não há dúvida de que estes dois personagens, num teatrinho, serão muito aplaudidos em suas falas.

Caça-palavras

*o color
o canhoto
o desânimo
a moleza
a preguiça
o sono*

Ei! procurem no diagrama de letras, as palavras em destaque no quadrinho, ao lado esquerdo.

H	O	H	A	D	F	G	D	H	J	L	L	M	O
P	M	S	D	O	P	F	E	M	F	B	O	A	F
Q	O	T	F	N	H	G	S	N	H	I	B	B	I
R	P	U	F	M	I	F	Â	O	I	J	C	C	H
S	Q	B	H	L	J	J	N	P	J	L	D	D	G
V	R	A	I	J	H	H	I	Q	L	M	E	E	F
A	P	Q	R	F	S	T	M	H	I	J	L	M	N
B	C	A	L	O	R	P	O	Q	R	S	T	U	F
C	F	H	I	J	L	H	F	S	F	H	I	J	M
O	H	M	L	M	N	O	P	Q	R	U	V	X	V
F	F	O	G	H	I	J	S	O	N	O	F	G	H
G	I	L	X	I	X	P	Q	O	M	O	P	Q	F
H	F	E	G	X	H	P	R	E	G	U	I	Ç	A
I	X	Z	X	H	I	J	L	M	A	B	C	D	E
J	I	A	Q	K	G	H	J	L	M	M	F	O	L
I	S	F	T	I	J	H	I	F	J	H	I	O	F
J	H	P	C	A	N	S	A	Ç	O	F	H	I	I
O	S	O	F	G	H	O	F	G	H	I	J	F	O